CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ: 08.837.556/0001-49

Relatório da administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.** ("CONASA") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

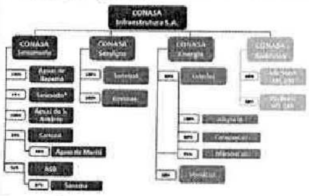
APRESENTAÇÃO

A CONASA atua por meio de Sociedades de Propósito Específico que operam nos setores em que está presente.

Buscando contribuir para suprir a carência de investimentos nos diversos setores de infraestrutura, a CONASA vem diversificando desde 2015 suas áreas de atuação, que passaram a incluir, além dos segmentos de saneamento básico e tratamento de efluentes, serviços de iluminação pública e, mais recentemente, rodovias.

Com sede em Londrina (PR), a Conasa reúne 15 empresas, em 7 estados da União: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas, Pará, Roraima e Mato Grosso.

No intuito de integrar as especificidades de cada setor, a Conasa instituiu internamente quatro grandes áreas, que gerenciam as unidades operacionais de cada segmento: Saneamento, Serviços, Energia, Rodovias.



Destaques de 2018

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).

A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões.

Durante o exercício, a controlada Águas de Itapema obteve autorização do Ministério das Cidades para emissão de R$ 100.000 (cem milhões de reais) em debêntures incentivadas, conforme Lei 12.431, e contratou o Banco Santander como Coordenador Líder. Em 22 de março de 2019, a emissão foi concluída, com prazo total de 8 anos, juros remuneratórios de IPCA + 7,0065% e rating de emissão atribuído pela Moodys de Aa3.br.

Áreas de Atuação

Saneamento

Abastecimento de água | Coleta e tratamento de esgoto

A Agenda 2030 da ONU, em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reservou singular atenção à questão do saneamento básico, enunciando o ODS 6 – "Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos".

Todavia, as lacunas ainda existentes no Brasil no que concerne à infraestrutura de saneamento se demonstram em números expressivos: 17% dos brasileiros não têm acesso à água tratada e 48% não estão conectados à rede coletora de esgoto, segundo os últimos dados* publicados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS).

Em 2014, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) fixou para 2033 a meta de universalização do Sistema de Água e Esgoto no Brasil. No entanto, o estudo realizado em 2018 pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) demonstrou que a média dos investimentos realizados entre 2010 e 2017 – R$ 13,5 bilhões ao ano – está defasada em 62% em relação ao objetivo traçado no plano.

A participação efetiva da iniciativa privada pode contribuir para reduzir esse déficit de investimentos, assegurando que os problemas sejam solucionados na escala e no prazo desejados.

Com o propósito de atenuar o cenário precário relativo às deficiências de acesso à água potável e ao tratamento de esgoto em suas regiões de atuação, amparada em políticas públicas adequadas e fundamentada na legislação vigente, a Conasa atualmente opera em regime de concessão em Itapema (SC) e Salto (SP). Além disso, detém participação de 49% em concessionária de São João de Meriti (RJ) via Sanesul e detém participação em contrato de locação de ativos de coleta e tratamento de esgoto em Maceió (AL).

Conasa Águas de Itapema

Município: Itapema - SC

Concessão plena (água e esgoto) - 2004 a 2044

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2018): R$ 168 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 510 milhões

Acesso à água tratada: 100% da população

Acesso à coleta de esgoto: 74% da população

AVANÇOS CONQUISTADOS

	2004	2018
[illegible]	600.000	3.000.000
[illegible]	135.000	280.000.000
[illegible]	23	280
[illegible]	141	671
[illegible]	-	74%

Desde 2004 a Conasa Águas de Itapema detém a concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto de Itapema, no litoral de Santa Catarina. Até 2018 já foram investidos R$ 168 milhões, assegurando a universalização do acesso à água tratada no município e dotando o município de rede coletora de esgoto que já alcança 74% da população. Com uma capacidade de produção diária de quase 50 milhões de litros de água tratada, o sistema tornou o município autossuficiente em abastecimento, sem interrupção nas temporadas de verão, período em que o consumo chega a aumentar em 550% - aumento registrado pela companhia em 2018. A instalação de reservatórios de água bruta podendo armazenar até 290 milhões de litros representa medida preventiva ao risco de eventual escassez dos recursos hídricos da região.

A captação de recursos finalizada em 2019 permitirá à Águas de Itapema investir no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº320/2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes; ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes; construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo e novos reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar 7 milhões de litros e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros.

Sanesalto

Município: Salto - SP

Concessão de tratamento de esgoto - 2004 a 2032

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2018): R$ 75 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 1 milhão

Acesso à coleta de esgoto: 98% da população

Exemplo do potencial de ampliação do acesso ao saneamento mediante o aporte de investimentos da iniciativa privada, a cidade de Salto, no Estado de São Paulo, viu o nível de tratamento de esgoto crescer de 0% (2004) para 70% já nos três primeiros anos de gestão da Sanesalto. Até 2018, além da construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os investimentos da Conasa permitiram ainda a instalação de onze elevatórias na cidade, assegurando à 98% da população o acesso à rede coletora.

Evolução comprovada

Salto figura atualmente acima da média brasileira de eficiência no tratamento de esgoto, entre as mais eficientes do Brasil. O Ranking da Universalização do Saneamento 2018, realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), aponta a cidade na 19ª posição entre os 234 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

Sanema – Saneamento de Maceió

Município: Maceió - AL (oito bairros da parte alta)

Contrato de Locação de ativos tratamento de esgoto - 2020 a 2050

INVESTIMENTO REALIZADO (em 2018): R$ 10 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 171 milhões

Início da operação: 2020

A CONASA ingressou em 2017 na Sanema que tem como objeto a construção e implantação de sistema de tratamento de esgoto em oito bairros, situados na Zona Alta de Maceió, totalizando investimentos de R$ 171 milhões, com a consequente locação do sistema para a CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas). Em 2017 foram iniciadas as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Cápaderes e a implantação da rede coletora de 112km. As instalações cobrirão 100% dos domicílios do perímetro do contrato, beneficiando uma população de 123 mil habitantes a partir de 2010.

Prêmio PNQS

Em 2018, as unidades Sanesalto e Conasa Águas de Itapema – esta pelo segundo ano consecutivo – foram agraciadas pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) com o Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS) na categoria "AMEGSA – As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental" que reconhece as empresas do setor que se distinguem pela boa gestão dos serviços de saneamento.

Conasa Serviços

Saneamento Industrial

Além de prevenir a contaminação do solo, de águas superficiais, de lençóis freáticos e do ar, preservando os recursos naturais no presente e para as gerações futuras, o tratamento de efluentes industriais reveste igualmente um aspecto de impacto econômico.

A complexidade do processo de tratamento tende a deslocar a empresa da sua atividade principal, visto que a gestão dos efluentes industriais apresenta especificidades e requer capacitações muito diferentes daquelas diretamente vinculadas ao processo produtivo.

Uma solução adotada por grande número de indústrias, independente do porte, consiste na terceirização do serviço, assegurando que todo o processo seja operado por especialistas, dentro de estações de tratamento específicas para este fim nas instalações da empresa (onsite) ou em plantas de propriedade da terceirizada (offsite), respeitando as exigências legais para a destinação final dos resíduos.

A Sanetrat Saneamento S.A. vem atuando no tratamento de efluentes industriais e residenciais desde 2006, atendendo clientes nos estados de São Paulo e de Santa Catarina para clientes Offsite, e em todo o Brasil para clientes Onsite. A Sanetrat atende atualmente mais de 200 empresas públicas e privadas ou municipalidades.

Conasa Energia

Iluminação Pública e Cidades Inteligentes

O ordenamento do tráfego urbano, a segurança pública, a valorização do patrimônio e a ocupação de espaços públicos são alguns dos aspectos relacionados à relevância da iluminação pública (IP) para a sociedade. Buscando a melhoria contínua desses serviços, o mercado de iluminação pública ganhou importância nos últimos anos com mudanças significativas, ensejando novos paradigmas, desafios e perspectivas para o setor, rumo à construção de cidades inteligentes.

A transferência dos ativos de IP para os municípios foi o primeiro passo para as mudanças. Desde janeiro de 2015, foi entregue à administração municipal o encargo da elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, que anteriormente cabia às distribuidoras de energia, abrindo espaço para parcerias público privadas com municípios. Com a aquisição da Urbeluz, em 2014, a Conasa ingressa no segmento.

Caraguatatuba - SP

Primeiro município do Estado de São Paulo a criar uma PPP para a gestão da Iluminação Pública, Caraguatatuba foi também o primeiro no Brasil a concluir os investimentos previstos em contrato. A cidade conta hoje com 100% dos pontos contratuais equipados com tecnologia LED. O novo sistema gerou economia de 67% no consumo de energia elétrica e 2.068 novos pontos foram instalados, com impacto significativo para a população. Caraguatatuba também é o primeiro município a beneficiar da parceria entre a Conasa e a NEC (multinacional japonesa de tecnologia), para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

São João de Meriti - RJ

Conhecida como "Formigueiro das Américas", São João do Meriti é uma das cidades de maior densidade populacional do Brasil e a primeira do país a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública. O contrato prevê a substituição de 100% do parque pela tecnologia LED nos primeiros 5 anos, além da manutenção das instalações elétricas e eficientização da iluminação interna e sistemas de climatização nos 131 imóveis municipais.

Mauá Luz

A criação da Mauá Luz, em 2018, reuniu a Conasa (20%) às empresas Brasiluz (60%) e FM Rodrigues (20%) no propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública.

Dos 27.000 pontos da iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, mais de 14.000 já foram substituídos pela tecnologia LED, em pouco mais de dois anos de contrato, e a modernização de todo o parque deverá estar concluída em 2019.

Conasa Rodovias

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

Em 2018, ampliando seu escopo de atuação, a Conasa passou a investir no segmento, com a constituição do Consórcio Via Brasil, do qual é líder com 40% de participação. Compõem ainda o consórcio as empresas CLD (29%), Rocha Cavalcante (12%), Zetta (12%), FBS (9%) e Fremix (1%).

Projeto da praça de pedágio em Alto Araguaia

VIA BRASIL

Fevereiro de 2018 viu a chegada do primeiro contrato da Via Brasil, que arrematou a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso. Somando 300 km de estrada, os dois trechos receberão investimentos da ordem de R$ 356 milhões e R$ 370 milhões, respectivamente.

As concessões de 30 anos, que integram o programa do Governo de Mato Grosso para melhoria da logística de transportes no estado, foi arrematada por R$ 16 milhões de outorga, ao fim de um processo licitatório de regras claras e tarifas fixas para a cobrança de pedágio, que só se dará após a recuperação e sinalização das estradas.

Inicialmente serão investidos R$ 78 milhões e R$ 83 milhões, respectivamente, para os trabalhos de recuperação de pavimento, restauração de elementos estruturais, revitalização de sinalização e dispositivos de segurança, além da aquisição de equipamentos, veículos de apoio e controle da operação.

Na segunda fase virá a ampliação com intersecções, marginais, acostamentos, acessos, trevos, alargamentos e retornos.

Governança Corporativa

"Atualmente a governança das empresas é tão importante para a economia mundial quanto a governança dos países." James Wolfensohn – ex-presidente do Banco Mundial

Num mundo em constante transformação, preservar o valor da empresa e sua sustentabilidade no tempo é um desafio constante e imperioso no gerenciamento de empresas. Essa convicção levou a Conasa a aderir às práticas de gestão preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em sua estratégia gerencial.

Um passo importante foi a decisão, em 2016, de tornar a maioria do Conselho de Administração independente contando com maior diversidade de capacidades, a partir da contratação de membros independentes, contribuindo para um melhor desempenho da organização.

A profissionalização do Conselho se insere num conjunto de medidas que vêm sendo implementadas, que incluem a adequação do estatuto social da empresa às normas da B3 e de acordo com a política de Governança Corporativa adotada pela companhia, fundamentada nos quatro princípios que a norteiam: transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.

Ética e compliance

A Conasa preza pelo rigoroso atendimento às exigências regulatórias do setor em todas as suas áreas de atividade e exige de seus colaboradores o mesmo rigor no que concerne à legislação e à conduta ética, de acordo com as recomendações expressas no Código de Ética e Postura da companhia, formalizado em 2018. Neste ano também iniciou a implementação do programa de compliance que será estendido a todas as empresas do grupo.

Nesse contexto, a Conasa vem se preparando para solicitar o registro na B3 no ambiente do BOVESPA MAIS. Em conformidade às exigências da CVM e B3, o website de Relações com Investidores (http://www.conasa.com/ri) já está em funcionamento.

GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia adotou uma estratégia de diversificação em setores de atuação, iniciando atuação em energia e rodovias, e crescimento em projetos de infraestrutura. Tal estratégia teve e terá impactos significativos no desempenho financeiro da Companhia.

A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento nos últimos anos, saindo de R$ 39.630 em 2013, para R$ 123.600 em 2015, R$ 160.404 em 2016 e R$ 138.693 em 2017 R$ 163.205 em 2018. A elevação de receitas advém do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias nas concessões de saneamento.

A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita líquida do grupo deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, como as rodovias sob administração do Via Brasil, assim como quando se considerarmos a consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações já adquiridas pela Companhia (R$ 158.064 de receita líquida em 2018, se considerada a Sanesalto no Consolidado da Conasa), a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle, e o início de faturamento de projetos com contratos assinados, como Águas de Meriti e Sanema.

Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013 para 1,72 em 2015 e fechou em 0,83 em 2018 em relação ao EBITDA Ajustado. A partir de 2015, a Companhia retomou investimentos e focou em crescimento, tendo o EBITDA Ajustado crescido de R$ 5.722 em 2015 para R$ 52.091 em 2017 e R$ 62.146 em 2018.

O exercício de 2018 inicia um novo ciclo da Companhia. A redução razão dívida líquida por EBITDA em níveis baixos para o setor de infraestrutura permitiu à Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios. De um lado, a empresa expandiu atividades e se sagrou vencedora de novas concessões (Via Brasil MT 100 e Via Brasil MT 320) e investiu em novos projetos (Sanema). De outro, iniciou processo de alavancagem financeira de ativos operacionais, com a autorização do Ministério das Cidades para a Águas de Itapema da emissão de R$ 100 milhões em debêntures incentivadas, conforme Lei 12.431, contratação do Santander como Coordenador Líder da emissão, e assinatura de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. para a Sanema.

Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA. Em 2018, a estrutura da Urbeluz e o setor de energia foram integrados ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC") da CONASA em Londrina, bem como o segmento de rodovias que já iniciou operação com apoio do CSC.

RECEITAS

A receita líquida da Companhia encerrou 2018 em R$ 163.205, contra R$ 138.693 em 2017. O aumento decorreu do aumento da receita bruta dos serviços, especialmente do setor de energia, que passou de R$ 79.327 em 2017 para R$ 100.714 em 2018, e pelo aumento da receita de construção vinculada aos investimentos em concessões e PPPs, que encerrou 2018 em R$ 40.833 contra R$ 28.365 em 2017.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram aumento decorrente do aumento de receita, de R$ 83.160 em 2017 para R$ 104.352 em 2018, resultado do custo de construção de R$ 28.365 em 2017 contra R$ 40.833 em 2018, que reflete aumento dos investimentos realizados pelas concessionárias neste ano e aumento dos materiais e insumos de R$ 11.507 para R$ 18.397 em 2018, resultado do aumento de receitas de energia no ano.

O Lucro Bruto cresceu de R$ 55.533 em 2017 para R$ 58.183 em 2018.

As despesas sofreram aumento de R$ 23.467 em 2017 para R$ 36.992 em 2018, decorrente de provisões realizadas no exercício e redução de equivalência patrimonial, a qual foi impactada positivamente em 2017 pelo resultado da Sanesalto com o PRT e PERT e a respectiva reversão de prejuízos acumulados.

EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões.

Em 2018, a Administração procedeu com provisões e baixas contábeis, detalhadas no Lucro Líquido abaixo. Tais provisões refletem a situação dos ativos da Companhia, mas afetaram o resultado de 2018. Para fins comparativos, o presente Relatório da Administração passa a demonstrar EBITDA ajustado, conforme notas de ajuste no quadro abaixo.

A Companhia apresenta os ajustes no EBITDA para melhor demonstrar os efeitos recorrentes das atividades operacionais, retirando efeitos contábeis positivos ou negativos de cada ano ou efeitos não recorrentes, de modo a aproximar a demonstração financeira do resultado operacional das atividades. A explicação de cada ajuste considerado encontra-se na seção de Lucro Líquido.

O EBITDA Ajustado da Companhia vem apresentando crescimento absoluto nos últimos exercícios, com a agregação de novos negócios desde 2012 e execução de política de redução de custos e ganho de eficiência operacional.

EBITDA	2018	2017 (reapresentado)[1]	2016 (reapresentado)[1]
Lucro Líquido	3.740	16.386	24.110
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.597	9.633	9.667
Depreciação e Amortização	1.454	5.793	4.882
Resultado Financeiro	2.512	4.849	5.730
EBITDA	29.615	37.858	48.389
Amortização do Ativo Financeiro[1]	15.661	11.370	4.374
Efeitos Não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas[2]	18.818	1.008	(942)
EBITDA Ajustado	61.914	52.257	52.111
Margem EBITDA Ajustado	60,53%	47,35%	41,00%

Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 e 2016 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração.

[1] Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

[2] Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2017 impactou diretamente o resultado financeiro daquele ano, pela atualização monetária e juros do passivo. Em 2018, o IGP-M, principal índice inflacionário do passivo da Companhia, saltou de -0,53% para 2017 para 7,55%. As despesas financeiras atingiram R$ 12.680, contra R$ 10.887 em 2017, apesar da redução da dívida líquida decorrente das amortizações realizadas.

Em contrapartida, as receitas financeiras, principalmente vinculadas à atualização do ativo financeiro nas PPPs do segmento de energia, saíram de R$ 6.238 em 2017 para R$ 10.168 em 2018, fruto do aumento dos investimentos nas PPPs. As despesas financeiras não tiveram grande alteração encerrando o exercício de 2018 em R$ 12.680 contra R$ 10.887 em 2017.

Em decorrência do aumento de receitas vinculadas às PPPs, o resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2018 em (R$ 2.512) contra (R$ 4.649) em 2017.

LUCRO RECORRENTE E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido encerrou o exercício em R$ 3.740 no ano de 2018, ante R$ 16.386 em 2017. A inversão se deve a provisões no segmento de energia em 2018 e impactos positivos do PRT e PERT no resultado de 2017, conforme demonstrado abaixo.

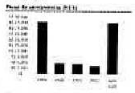
O lucro recorrente da Companhia cresceu de R$ 17.994 em 2017 para R$ 20.398 em 2018.

	2018	2017	2016
Lucro Líquido	3.740	16.386	24.110
Efeitos não recorrentes em receitas	-	8.382	(541)
[illegible]		8.382	
[illegible]			(541)
Efeitos não recorrentes em custos	-	(1.508)	-
[illegible]		(1.508)	
Efeitos não recorrentes em despesas	16.600	(3.878)	-
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		
[illegible]	[illegible]		
PCLD - Alagrass	[illegible]	585	
[illegible]	[illegible]		
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
Efeitos não recorrentes em resultado financeiro	-	2.186	-
[illegible]		[illegible]	
Efeitos não recorrentes em impostos	-	(3.587)	-
[illegible]		[illegible]	
[illegible]		[illegible]	
Lucro recorrente	20.398	17.994	23.883

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias.

O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações.

A Companhia espera aumentar nível de alavancagem, com a entrada em operação de novos negócios, como Via Brasil e Sanema, bem como investimentos previstos nas concessões em operação. As debêntures de infraestrutura autorizadas pelo Ministério das Cidades na Companhia Águas de Itapema foram emitidas em fevereiro de 2019, não estando contabilizadas no presente encerramento de exercício.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2018	2017 (reapresentado)[1]	2016 (reapresentado)[1]
Lucro Líquido	3.740	16.386	24.110
Imposto de Renda e Contribuição Social	13.597	9.633	9.667
Depreciação e Amortização	1.454	5.793	4.882
Resultado Financeiro	2.512	4.849	5.730
EBITDA	29.615	37.858	48.389
Amortização do Ativo Financeiro[1]	15.661	11.370	4.374
Efeitos Não Recorrentes em Receita, Custos e Despesas[2]	18.818	1.008	(942)
EBITDA Ajustado	61.914	52.257	52.111
Margem EBITDA Ajustado	60,53%	47,35%	41,00%
Dívida Bruta	56.741	66.069	96.764
Disponibilidades	3.116	4.229	3.711
Conta Reserva			4.995
Dívida Líquida	53.665	61.840	88.138
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	0,87 x	1,18 x	1,14 x

Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 e 2016 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração.

[1] Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

[2] Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios.

Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

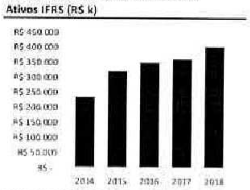
Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e ativos financeiros vinculados às PPPs. Os ativos intangíveis e financeiros concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão.

A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R$ 175.477 em 2017 para R$ 220.268 em 2018, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R$ 44.791 no exercício de 2018.

O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros.

O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.

Ativos IFRS (R$ k)



CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2018.

A remuneração dos auditores no exercício de 2018 foi de R$ 123 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R$ 287 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

Cláusula Compromissória

A CONASA está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social, já adaptado para listagem no ambiente do Bovespa Mais.

CONTINUAÇÃO ►►►

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

CONASA INFRAESTRUTURA S.A. e suas controladas
Balanço patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		18.795	17.299	103.138	100.719
Caixa e equivalentes de caixa	4	32	5	3.116	6.223
Contas a receber de clientes	5	732	603	15.860	20.180
Ativo financeiro	15	-	-	15.920	11.830
Impostos a recuperar	6	375	812	8.064	3.791
Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços	7	-	-	5.423	6.938
Adiantamentos	8	117	1.019	8.221	4.877
Partes relacionadas	9	339	2.232	2.294	383
Títulos de valores mobiliários	10	13.736	12.841	48.528	45.860
Outros ativos circulantes		122	12	183	1.148
Dividendos a receber		-	575	-	-
Não circulante		220.818	214.803	298.246	258.567
Ativo financeiro	15	-	-	38.886	10.667
Partes relacionadas	9	7.827	7.620	17.808	18.701
Títulos de valores mobiliários	10	35.275	29.188	9.268	9.643
Outros ativos não circulantes	11	6	364	961	15.827
Investimentos	12	176.742	173.084	48.516	32.161
Imobilizado	13	985	4.606	15.347	18.497
Intangível	14	190	42	187.563	153.071
Total do ativo		236.600	232.702	399.384	358.286

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		18.781	20.973	88.027	78.484
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.359	3.247	26.413	26.857
Fornecedores	18	1.908	1.653	30.920	15.220
Salários a pagar	19	181	168	1.874	1.763
Encargos sociais a pagar	19	346	72	2.186	1.206
Encargos tributários a pagar	19	1.408	80	21.224	14.119
Impostos e contribuições parcelados	20	72	183	3.544	3.770
Partes relacionadas	9	3.304	-	1.443	93
Adiantamento de clientes	21	275	11.911	688	12.043
Dividendos propostos	24.4	348	3.811	348	3.811
Demais contas a pagar		-	-	2	8
Não circulante		17.644	11.532	79.182	59.970
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	6.090	5.779	43.278	41.531
Impostos e contribuições parcelados	20	598	521	16.289	8.681
Impostos diferidos	22	-	-	9.016	-
Partes relacionadas	9	4.236	4.249	4.393	8.878
Perda com investimentos	12	440	973	418	812
Provisão para contingências	23	280	10	988	168
Patrimônio líquido controladores		218.175	200.247	218.175	200.247
Capital social	24.1	187.338	182.687	187.338	182.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.6	-	4.651	-	4.651
Reserva de capital	24.5	(2.505)	(2.505)	(2.505)	(2.505)
Reservas de lucros	24.2	50.342	35.414	50.342	35.414
Participações de não controladores		-	-	17.000	20.585
Total do patrimônio líquido		218.175	200.247	232.175	220.832
Total do passivo e patrimônio líquido		236.600	232.702	399.384	358.286

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	25	2.807	398	183.295	138.893
Custos dos serviços prestados	26	(1.088)	(181)	(104.092)	(83.180)
Lucro bruto		1.719	179	99.153	55.833
Receitas (despesas) operacionais		(3.418)	(1.384)	(28.882)	(11.467)
Despesas gerais e administrativas	27	(8.331)	(6.719)	(32.277)	(31.438)
Despesas comerciais	27	(154)	(24)	(6.926)	(3.696)
Outras receitas (despesas)	28	6.029	1.279	(4.890)	(2.385)
Resultado com equivalência patrimonial	12.5	(2.559)	17.718	5.107	6.028
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(1.797)	13.489	22.111	32.986
Resultado financeiro	29	1.243	1.808	(2.812)	(4.648)
Despesas financeiras		(385)	(2.123)	(12.980)	(10.857)
Receitas financeiras		1.626	3.931	10.168	6.234
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		7.448	15.237	19.649	27.417
Imposto de renda e contribuição social	31	(118)	(33)	(15.909)	(9.031)
Corrente		(118)	(33)	(14.848)	(13.177)
Diferido		-	-	(1.061)	4.146
Lucro líquido do exercício		7.330	15.204	3.740	18.386
Atribuível aos controladores	30	-	-	7.328	15.204
Atribuível aos não controladores	30	-	-	(3.588)	3.182
Lucro por ação - Reais	30	0,0483	0,0935	0,0483	0,0935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Total do resultado abrangente do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Atribuível aos controladores	-	-	7.328	15.204
Atribuível aos não controladores	-	-	(3.588)	3.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

Consolidado

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		158.187	131	-	1.199	16.172	1.421	-	177.322	28.563	195.425
Aumento de capital		4.500	-	-	-	-	-	-	4.500	-	4.500
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.500	-	-	-	-	-	4.500	-	4.500
Reversão de dividendos		-	-	-	-	-	4.237	-	4.237	-	4.237
Transação de capital		-	-	(2.505)	-	-	-	-	(2.505)	-	(2.505)
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.100)	(3.100)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	15.204	15.204	3.182	18.386
Destinação:											
Constituição da reserva legal		-	-	-	760	-	-	(760)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(3.611)	(3.611)	-	(3.611)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	10.833	-	(10.833)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		162.687	4.631	(2.505)	1.959	27.005	5.658	-	200.247	20.585	220.832
Aumento de capital		4.651	(4.651)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS 15/CPC 47	24.7	-	-	-	-	4.607	-	-	4.607	-	4.607
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	3	3
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	7.328	7.328	(3.588)	3.740
Destinação:											
Constituição da reserva legal		-	-	-	367	-	-	(367)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	(348)	(348)	-	(348)
Reversão de dividendos do exercício de 2017		-	-	-	3.341	-	-	-	3.341	-	3.341
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	6.613	-	(6.613)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		187.338	-	(2.505)	5.668	38.825	5.658	-	218.175	17.000	232.175

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	184	226	6.716	5.538
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.014	-	1.043	290
Provisão para contingências	270	(585)	820	(4.517)
Juros apropriados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	1.346	58	9.954	6.893
Juros apropriados sobre parcelamentos	50	112	432	(1.047)
Atualização sobre ativo financeiro	-	-	(6.463)	(2.294)
Tributos diferidos	-	33	1.061	13.832
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(9.805)	(3.751)	(3.161)	(1.906)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	1.598	342
Provisão para perdas - Águas de Santo Antônio	-	1.919	-	1.919
Perda com investimentos Envimax	-	3.504	-	3.504
Resultado de equivalência patrimonial	2.559	(17.718)	(5.107)	(6.028)
Resultado atribuído a não controlador	-	-	-	(3.182)
Realização da "mais valia" sobre investimentos	736	253	736	253
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	9.358	1.480	11.900	(3.132)
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.273)	(411)	4.367	(9.308)
Créditos tributários	(63)	(13)	(2.873)	2.139
Ativos destinados a aplicação nas concessões	-	-	1.215	(559)
Ativo financeiro (CIP) recebido	-	-	15.851	10.371
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(145)	1.238	15.700	(1.199)
Encargos tributários a Pagar	256	(441)	13.588	141
Salários e encargos sociais a pagar	289	(221)	780	605
Impostos e contribuições parcelados	(114)	2.296	7.350	(3.079)
Adiantamentos de clientes	(11.636)	-	(11.355)	-
Demais contas a pagar	1.136	71	11	(106)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.330)	-	(6.324)	-
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	52	3.385	51.879	28.890
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.193)	(3.577)	(5.451)	(17.087)
Aquisição de debêntures emitidas por partes relacionadas	-	(5.000)	-	-
Recebimento de títulos e valores mobiliários	2.752	2.024	4.099	6.318
Ativo financeiro (receita de construção)	-	-	(39.487)	(16.236)
Dividendos recebidos	4.830	179	-	-
Aporte de capital social nas investidas	(10.484)	(1.250)	(9.240)	(1.250)
Transação de capital sobre aumento de capital na investida Sanesul	-	-	-	(2.505)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.080)	(7.824)	(55.848)	(28.782)
Terceiros:				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.420	537	11.087	(5.389)
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos de debêntures	(2.013)	-	(29.562)	-
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	4.907	(5.431)	47	(629)
Participação de não controladores	-	-	-	62
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	4.500	-	4.500
Lucros distribuídos	(270)	-	(270)	-
Aumento de capital	-	4.500	-	4.500
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	4.044	4.106	(14.118)	3.084
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	27	(253)	(3.107)	3.012
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	5	258	6.223	3.211
Final do exercício	32	5	3.116	6.223
Aumento líquido/(redução) de caixa e equivalentes de caixa	27	(253)	(3.107)	3.012

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(valores expressos em Reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas de prestação de serviços	3.051	369	173.970	147.327
Outros resultados	8.861	5.885	5.962	2.903
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.558)	(1.483)
	11.912	6.254	171.374	148.747
Insumos adquiridos de terceiros	(7.846)	(7.277)	(119.297)	(90.557)
Produtos químicos consumidos	-	-	(1.891)	(1.456)
Materiais consumidos	(1.013)	(13)	(3.259)	(9.247)
Energia elétrica	(87)	(58)	(21.113)	(20.735)
Outros custos de produtos e serviços	(77)	(168)	(5.064)	(8.773)
Custo de construção	-	-	(40.833)	(28.365)
Serviços de terceiros contratados	(3.252)	(1.273)	(8.789)	(8.398)
Perdas na realização e recuperação de ativos	-	-	7	(704)
Outras despesas operacionais	(3.437)	(5.765)	(45.755)	(12.882)
Valor adicionado bruto	4.066	(1.023)	52.077	58.190
Depreciações e amortizações	(164)	(479)	(6.716)	(5.791)
Valor adicionado líquido	3.902	(1.502)	45.361	52.399
Resultado da equivalência patrimonial	(2.559)	17.718	5.107	6.028
Receitas financeiras	9.628	3.931	10.168	6.234
Valor adicionado total a distribuir	10.971	20.147	60.636	64.665
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	2.069	2.067	13.349	13.036
Remuneração Direta	1.860	1.842	11.311	11.987
Benefícios	58	75	1.061	748
FGTS	151	150	977	921
	2.069	2.067	13.349	13.836
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	848	2.454	30.481	23.059
Federais	697	2.437	25.682	19.313
Estaduais	18	17	376	99
Municipais	132	-	4.423	3.647
	848	2.454	30.481	23.059
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	356	224	1.602	1.485
Juros e variações monetárias	370	198	11.464	5.099
	726	422	13.066	6.584
Lucro líquido do exercício não distribuído	7.328	15.204	7.328	15.204
Participação de não controladores	-	-	(3.588)	3.182
Total	10.971	20.147	60.636	64.665

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR.
Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 18 empresas, sendo 11 concessões ou Parcerias Público Privadas ("PPPs") de saneamento básico, iluminação pública e, mais recentemente, rodovias, conforme descrito a seguir:
Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema")
A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado de Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto")
A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio")
A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004.
Em 13 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul")
A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Mariti Ltda., detendo 49% das cotas dessa concessionária.
Águas de Mariti Ltda. ("Águas de Mariti")
A Águas de Mariti é concessionária dos serviços de saneamento em São João de Meriti – RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2016, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário.	São João de Meriti-RJ

Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat")
A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos.
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax")
A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquífero subterrâneo.
Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz")
A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficientização energética. A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CaraguaLuz e MaricáLuz, destacadas abaixo.
Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete")
A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João de Meriti-RJ

Caraguá Luz S.A. ("CaraguaLuz")
A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública do município. O prazo de concessão é de 13 anos, contados a partir do início da prestação dos serviços em 2015.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2028	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Caraguatatuba-SP

Maricá Luz SPE S.A. ("MaricáLuz")
Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada de gestão de iluminação pública do Município de Maricá. Em 26 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 65% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP.
Mauá Luz Ltda. ("Mauá Luz")
A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução de Parceria Público Privada de gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Mauá - SP

Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM")
A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas.
Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE")
A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa.
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A ("ASB")
Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda.
Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema")
A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens à CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017.
Consórcio Via Brasil ("Consórcio Via Brasil")
Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado de Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2).
A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 18 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 370 milhões (Lote 2).
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 100")
Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil em 2018, a Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 100, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão das Rodovias MT 100	Mato Grosso

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 320")
Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil, a Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 320 em 12 de abril de 2019.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão das Rodovias MT 100	Mato Grosso

1.1. Planos da Administração
A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante a recadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente nos ramos de saneamento, iluminação pública e rodovias.
Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo suportados por capital circulante líquido negativo ou patrimônio líquido negativo.
A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa.
Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócio de cada concessão que preveem fluxo de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As informações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios.
2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis
A administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de maio de 2019.
3. Apresentação das informações contábeis
3.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
3.2. Base de mensuração
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.
A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤ ➤ ➤

A Companhia revisa suas estimativas contábeis críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal.

3.5. Base de consolidação

As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
	31/12/2018	31/12/2017
Controladas diretas		
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbalux Energética S.A.	80,00%	60,00%
Saneasul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Enviroas Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	100,00%	57,50%
Controladas indiretas		
Alegrete RJ Participações S.A.	50,00%	50,00%
Caragua Luz S.A.	30,00%	30,00%
Coligadas (*)		
Sanesalto Saneamento S.A. (**)	49,95%	49,95%
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda.	20,00%	20,00%
Via Brasil MT-100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	0,00%
Via Brasil MT-320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	0,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,00%	34,00%
Coligadas indiretas (*)		
Concessionária Águas de Mirim Ltda.	49,00%	49,00%
Sanema Saneamento de Macaé Ltda.	33,33%	33,33%

(*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras.
(**) Totalidade das ações adquiridas, com transferência dos 51,05% a termo em 2025 ou com autorização dos debenturistas da Sanesalto para troca de controle, ainda não obtida.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das [illegible]

[illegible]

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

3.5.9. Imobilizado

[illegible]

	Taxa de depreciação ao ano
Edificações	10 %
Instalações	10 %
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %

[illegible]

3.5.9. Impairment de ativos não financeiros

[illegible]

3.5.10. Fornecedores

[illegible]

3.5.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures

[illegible]

[illegible]

4. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e saldos em conta corrente	11	5	378	508
Aplicação liquidez imediata (a)	21	-	2.740	5.615
	32	5	3.118	6.123

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI (100% do CDI em 2017).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber - saneamento	-	-	9.499	8.419
Contas a receber - partes relacionadas	732	803	276	131
Contas a receber - iluminação pública	-	-	3.083	6.362
Contas a receber - demais clientes	-	-	247	428
Fornecimento a faturar (*)	-	-	8.812	8.389
(-) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	-	-	(6.027)	(4.469)
	732	803	15.888	20.160

(*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime de competência.

A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. [illegible] A provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. [illegible]

Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer - faturados	732	803	3.011	2.969
A vencer - a faturar	-	-	8.812	8.989
Vencidos de 1 a 30 dias	-	-	3.005	2.029
Vencidos de 31 a 60 dias	-	-	1.891	184
Vencidos de 61 a 180 dias	-	-	1.473	1.493
Vencidos acima de 180 dias	-	-	3.726	7.943
(-) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(6.027)	(4.469)
	732	803	15.888	20.160

6. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS a recuperar	-	-	82	81
COFINS a recuperar	-	-	307	354
ISS a recuperar (a)	499	499	515	594
INSS a compensar (b)	-	-	2.051	39
IRRF a compensar	-	-	854	265
IRPJ a recuperar	46	-	1.902	1.763
CSLL a recuperar	-	-	834	672
Outros impostos a recuperar	30	13	59	23
	575	512	6.604	3.791

(a) O ISS a recuperar na controladora refere-se à retenção na prestação de serviços em contrato emergencial com o município de Palhoça-SC que se encerrou em 2016, com retenção de 5% e valor devido efetivo de 2%.
(b) Em 2017, a controlada Urbalux inseriu no PERT créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, não consolidados no PERT em 2018. Com isso, a controlada utilizará os créditos para compensação de INSS dentro dos próximos exercícios.

7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços

O almoxarifado e os ativos a serem alocados nas concessões e serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbalux Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Materiais de uso e consumo	350	269
Bombas e equipamentos	318	308
Tubos e conexões para água	121	109
Tubos e conexões para esgoto	590	950
Postes e acessórios	293	254
Fios e cabos	243	257
Lâmpadas e luminárias	1.638	1.339
Reatores e relés	201	242
Ferragens e acessórios	250	330
Outros materiais para manutenção	224	1.494
Mercadoria para aplicação - adiantamento	807	1.127
	5.423	6.836

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda destes ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

8. Adiantamentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a funcionários	14	18	44	78
Adiantamento a fornecedores (a)	-	-	7.582	3.422
Outros	103	1.001	595	1.177
	117	1.019	8.221	4.677

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados pela controlada Urbalux, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Partes relacionadas

9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Companhia Águas de Itapema (a)	-	1.496	-	-
Sanetrat Saneamento S.A. (a)	-	353	-	-
Consórcio Construtor Catarinense	509	383	509	383
	509	2.232	509	383
Mútuos				
Consórcio Caragua	-	-	1.123	-
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	-	-	592	-
	-	-	1.715	-
	509	2.232	2.224	383
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Enviroas Serviços Ambientais S.A.	33	33	-	-
Mauá Luz Ltda	266	120	266	190
Conasa SPE S.A. (a)	-	654	-	-

CONTINUAÇÃO ➤ ➤ ➤

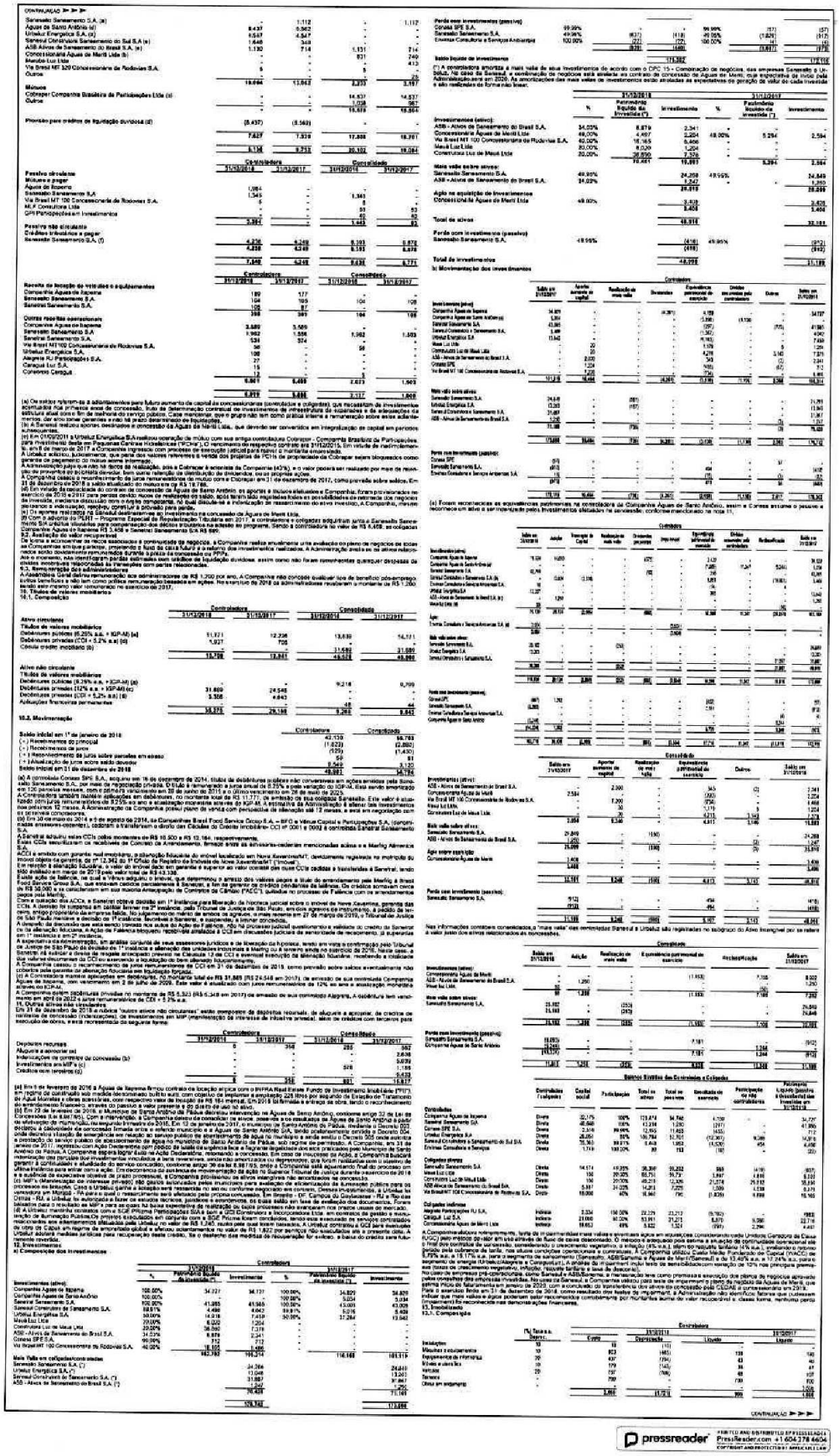
pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER
PressReader.com +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



pressreader
PRESS READER
PRESS READER.COM +1 604 278 4604
COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Consolidado 31/12/2018 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/2017 Líquido
Instalações	10	31	(15)	10	12
Máquinas e equipamentos	10	2.985	(1.696)	1.389	1.670
Equipamentos de informática	20	1.216	(799)	417	433
Móveis e utensílios	10	733	(432)	303	357
Veículos	20	6.676	(3.380)	2.490	777
Benfeitorias em imóveis	-	6.644	(2.385)	4.259	1.230
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Obras em andamento	-	109	-	109	3.616
		24.362	(8.666)	15.347	16.487

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações contábeis.

13.2. Movimentação do imobilizado

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Instalações	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	198	-	-	(60)	138
Equipamentos de informática	46	27	-	(30)	43
Móveis e utensílios	47	5	-	(13)	38
Veículos	107	-	-	(59)	48
Terrenos	700	-	-	-	700
Obras em andamento (*)	3.506	1.016	(4.522)	-	-
	4.604	1.048	(4.522)	(162)	968

(*) Refere-se a obra de built to suit, conforme mencionado na Nota 21(a).

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	1	-	(1)	-
Máquinas e equipamentos	257	-	(59)	198
Equipamentos de informática	96	7	(57)	46
Móveis e utensílios	45	20	(18)	47
Veículos	198	-	(91)	107
Terrenos	700	-	-	700
Obras em andamento	-	3.506	-	3.506
	1.297	3.533	(226)	4.604

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Instalações	12	-	-	(2)	10
Máquinas e equipamentos	1.670	6	(3)	(284)	1.389
Equipamentos de informática	433	135	(20)	(131)	417
Móveis e utensílios	357	11	(6)	(59)	303
Veículos	777	1.965	-	(252)	2.490
Benfeitorias em imóveis	5.230	1	-	(992)	4.259
Terrenos	6.370	-	-	-	6.370
Obras em andamento	3.616	1.014	(4.522)	(1)	109
	18.487	3.132	(4.551)	(1.691)	15.347

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	16	-	(1)	-	(3)	12
Máquinas e equipamentos	2.109	10	(54)	(166)	(277)	1.677
Equipamentos de informática	215	203	(20)	146	(144)	400
Móveis e utensílios	350	76	(58)	83	(90)	329
Veículos	977	577	(82)	-	(723)	749
Benfeitorias em imóveis	6.274	-	(82)	-	(910)	5.302
Terrenos	6.370	-	-	-	-	6.370
Obras em andamento	31	3.187	-	-	-	3.016
	16.442	4.483	(290)	-	(2.148)	18.487

14. Intangível

a) Composição

	Taxa de Amortização (a)	Consolidado 31/12/2018 Custo	Amortização	Líquido	31/12/2017 Líquido
Ativo intangível de concessão					
Em curso (Águas de Itapema) (a)		-	-	-	69
Em serviço (Águas de Itapema) (a)	3,27%	146.817	(43.960)	102.857	106.704
		146.817	(43.960)	102.857	106.773
Direito de Uso					
Direito de Uso - Arrendamento (b)	7,14%	17.376	(124)	17.252	-
		17.376	(124)	17.252	-
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	5.624	(3.073)	2.551	1.338
		5.624	(3.073)	2.551	1.338
Mais valia sobre ativos das investidas					
Saneasul	-	31.867	-	31.867	31.867
Urbeluz (c)	2,11%	13.203	(167)	13.046	13.203
		45.070	(167)	44.913	45.070
		214.888	(47.364)	167.563	153.071

(a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões está baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso esta seja menor que o período da concessão.
(b) Refere-se ao direito de uso, decorrente do valor presente do ativo built to suit da Companhia Águas de Itapema.
(c) A taxa de amortização da mais valia é apurada conforme percentual anual da expectativa de geração de caixa à valor justo, e sua contribuição para formação da mais valia. Portanto, a taxa não é linear.
A Companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

b) Movimentação do intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas/Impairment	Amortização	Transferências	Saldo em 31/12/2018
Ativo intangível de concessão						
Em curso	69	-	-	-	(69)	-
Em serviço	106.704	553	-	(4.469)	69	102.857
	106.773	553	-	(4.469)	-	102.857
Direito de Uso						
Direito de Uso - Arrendamento	-	17.376	-	(124)	-	17.252
	-	17.376	-	(124)	-	17.252
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	1.228	1.726	-	(403)	-	2.551
	1.228	1.726	-	(403)	-	2.551
Mais valia sobre ativo intangível de investida						
Saneasul	31.867	-	-	-	-	31.867
Urbeluz	13.203	-	-	(157)	-	13.046
	45.070	-	-	(167)	-	44.913
	153.071	19.655	-	(5.163)	-	167.563

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2017
Ativo intangível de concessão						
Em curso	17.994	-	-	-	(17.925)	69
Em serviço	79.902	11.813	-	(3.085)	17.925	106.704
	97.896	11.813	-	(3.085)	-	106.773
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	771	822	-	(305)	-	1.228
	771	822	-	(305)	-	1.338
Mais valia sobre ativo intangível de investida						
Saneasul	-	-	-	-	31.867	31.867
Urbeluz	13.203	-	-	-	-	13.203
	13.203	-	-	-	31.867	45.070
Água						
Enersul	3.804	-	(3.804)	-	-	-
	3.804	-	(3.804)	-	-	-
	115.464	12.634	(3.804)	(3.390)	31.867	153.071

Teste de impairment do ativo intangível

A Companhia elabora rotineiramente, teste de impairment dos ativos intangíveis considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão, considerando o crescimento vegetativo, a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e comerciais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 9,79% a.a. a 15,17% a.a. para o segmento de saneamento (Águas de Itapema e Águas de Meriti/Saneasul), 13,48% a.a. a 17,24% a.a. para o segmento de energia (Urbeluz/Alegrete e Caraguá Luz). A análise de impairment inclui teste de sensibilidade com variação de 10% nas principais premissas (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto).

No caso de empresa pré-operacional como a Saneasul, os ativos intangíveis tiveram como premissa a execução dos planos de negócios aprovados pelo conselho de empresa investida. A Companhia utilizou para teste de impairment o plano de negócio da Águas de Meriti, que estima início de faturamento em janeiro de 2020, com a conclusão da transferência dos ativos da concessão pela CEDAE à concessionária em 2019, e por ainda não ter iniciado a operação, a Saneasul ainda não iniciou a amortização do intangível, a qual se dará a partir da operação efetiva.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de impairment, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis podem estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

14.1. Serviços de construção

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	1.106	11.812
Custo de construção	(1.106)	(11.812)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção.

15. Ativo Financeiro

A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais há contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros.

15.1. Composição

Consolidado	31/12/2018 Alegrete	Caraguá Luz	Total	31/12/2017 Alegrete	Caraguá Luz	Total
Saldo inicial	3.388	19.061	22.409	3.891	11.448	11.338
Adições (receita de construção)	12.460	27.002	39.467	4.846	11.567	16.553
Juros e atualização financeira	985	5.468	6.453	673	1.532	2.205
Recebimento Contrato Iluminação	(3.828)	(9.623)	(15.451)	(6.055)	(5.623)	(11.681)
Saldo final	10.877	41.798	52.688	3.341	19.061	22.409
TIR (*)	10% a.a.	10% a.a.		17% a.a.	10% a.a.	
Circulante			15.820			11.859
Não circulante			36.855			10.597
			52.688			22.406

(*) Taxa de retorno do ativo financeiro

15.2. Serviços de construção

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	39.467	16.553
Custos de construção	(39.467)	(16.553)
	-	-

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura do serviço público implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

15.3. Contraprestação

A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPP's ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa-as anualmente.

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Alegrete		
Contraprestação	28.624	29.491
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(5.828)	(5.087)
(=) Receita Bruta	22.796	23.584
Caraguá		
Contraprestação	30.092	25.919
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(2.823)	(7.402)
(=) Receita Bruta	20.269	18.517
Consolidado		
Contraprestação	58.716	55.410
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(10.651)	(12.369)
(=) Receita Bruta	42.065	42.041

Teste de impairment do ativo financeiro

A Companhia elabora rotineiramente, teste de impairment dos ativos financeiros considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), pelo método do valor em uso, através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de PPPs. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 9,79% a.a. a 15,17% a.a. para o segmento de energia. A análise de impairment inclui teste de sensibilidade com variação de 10% nas principais premissas (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto).

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de impairment, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos financeiros poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

16. Fornecedores

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores - Saneamento básico	-	-	4.479	8.835
Fornecedores - Iluminação pública	-	-	24.629	6.710
Fornecedores - Saneamento ambiental	-	-	279	324
Fornecedores - outros	1.608	1.653	1.439	1.367
	1.608	1.653	30.826	16.236

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures

17.1. Composição

Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Crédito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de project finance, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

Controladora	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2018 Circulante	Não Circulante	31/12/2017 Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de Giro - PRÉ	dez/18	16,30%	847	-	976	-
Cédulas de Crédito Bancário - IGPM	dez/21	10,00%	2.184	4.388	1.925	5.779
Finame - PRÉ	nov/18	6,00%	356	702	346	-
			3.388	5.090	3.247	5.779

Consolidado	Vencimento final	Taxa efetiva anual	31/12/2018 Circulante	Não Circulante	31/12/2017 Circulante	Não Circulante
Empréstimos e financiamentos						
Capital de giro - PRÉ	Diversos	3,15%	7.127	13.400	3.832	11.160
Outros empréstimos e financiamentos - PRÉ	Diversos	10,30%	305	-	14	38
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	8,00%	1.722	2.877	324	1.611
Capital de giro - CDI	Diversos	5,50%	1.428	1.098	4.308	873
Cédulas de crédito bancário - IGPM	Diversos	11,00%	12.193	4.397	14.844	18.658
			22.779	21.775	23.722	31.980
Debêntures						
Debêntures - IGPM	jun/24	8,75%	2.542	8.910	2.356	9.551
			2.643	8.910	2.356	9.551
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	abr/19	1,01%	27	-	146	-
Finame - PRÉ	Diversos	1,15%	228	721	345	-
Arrendamento (Built to suit)	dez/37	12,67%	808	11.872	-	-
			1.063	12.593	591	-
			26.413	43.278	26.557	41.531

17.2. Amortização de empréstimos e financiamentos

Ano de Vencimento	31/12/2018 Controladora	Consolidado	31/12/2017 Controladora	Consolidado
2018	-	-	3.247	26.667
2019	3.358	26.413	3.169	24.742
2020	1.980	6.534	2.610	4.604
2021	1.980	5.385	-	4.530
2022	1.130	4.290	-	2.530
Após 2022	-	27.069	-	5.125
Total	8.448	69.691	9.026	68.088
Circulante	3.358	26.413	3.247	26.557
Não circulante	5.090	43.278	5.779	41.531
	8.448	69.691	9.026	68.088

17.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.026	68.088
Captações	1.420	11.834
(-) Pagamentos do principal	(2.015)	(20.562)
(-) Pagamentos de juros	(1.330)	(5.854)
Provisão de juros	1.346	9.054
Custo de captação	-	33
Arrendamento (a)	-	12.498
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.448	69.691

(a) Adição com início de operação do built to suit da Águas de Itapema.

17.4. Garantias dadas

Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras.

As CCB's (cédulas de crédito bancários) emitidas pela Águas de Itapema e as debêntures da CONASA SPE S.A. são financiamentos estruturados na modalidade de project finance, com cessão dos recebíveis futuros, além de alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia. Estes contratos contam ainda com uma aplicação financeira vinculada de no mínimo três parcelas, porém são resgatáveis a qualquer momento.

As debêntures emitidas pela CONASA SPE S.A. contam com fiança corporativa da Companhia.

Os créditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados.

Por último, as CCBs emitidas pela Águas de Santo Antônio contam com fiança da Companhia, estando reconhecidas no passivo da controladora dada a continuidade da concessão.

A Companhia não está sujeita a incidência de covenants financeiros.

17.5. Debêntures Conasa-SPE S.A.

Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência) e não possuem covenant. Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram resgatadas 11.799 debêntures no valor de R$ 1 cada.

A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetária pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024.

É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, à razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

17.6. Amortização das Debêntures

Ano de Vencimento	Conasa-SPE S.A.
2019	2.542
2020	2.542
2021	2.542
2022	2.542
2023	1.264
	11.452

18. Encargos tributários a pagar

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
PIS e COFINS a recolher	434	1	5.488	1.566
Retenção de impostos	11	70	426	1.066
Impostos de renda e contribuição social	371	9	13.420	5.310
ISS a recolher	592	-	799	238
ISS diferido	-	-	1.111	503
PIS e COFINS diferidos (*)	-	-	-	1.607
Impostos de renda e contribuição social diferidos (*)	-	-	-	5.435
	1.408	80	21.226	16.115

(*) Referem-se aos impostos sobre faturamentos não realizados e de notas não recebidas, porém, já reconhecidos. Estes impostos foram reclassificados em 2018 para o longo prazo.

19. Salários e encargos sociais a pagar

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos sociais	320	97	2.098	1.256
Férias e encargos sociais	120	122	1.213	1.276
Outros	67	19	528	533
	507	238	3.839	3.065

20. Impostos e contribuições parcelados

a) Composição

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Circulante				
Parcelamento previdenciário	20	-	125	-
Parcelamento federal	-	-	2.234	1.076
Parcelamento PRT/PERT (a)	52	183	1.565	2.694
	72	183	3.944	3.776
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	76	-	815	-
Parcelamento federal	-	-	4.863	3.291
Parcelamento PRT/PERT (a)	522	521	10.611	5.390
	598	521	16.289	8.681
	670	704	20.233	12.461

b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado
2019	3.944
2020	3.044
2021	3.901
2022	3.815
2023	4.629
	20.233

(a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório a desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos.

Entretanto com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, exceto a investida Companhia Águas de Itapema, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive os previdenciários. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas.

Em 2017 a controlada Urbeluz inseriu no PERT, créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços porém, estes créditos não foram compensados com débitos na consolidação do PERT em 2018. Além da não utilização deste crédito, a controlada inseriu débitos não reconhecidos em exercícios anteriores.

21. Adiantamentos de clientes

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
INFRA Real Estate (a)	-	11.840	-	11.840
Urbeluz Energética S.A.	-	71	413	71
Outros	275	-	275	132
	275	11.911	688	12.043

(a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R$ 11.840, com respectivo valor de locação de R$ 164 mensal atualizados pelo IPCA. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com término da obra em dezembro de 2018, além de figurar como fiadora do contrato de locação.

22. Impostos diferidos

Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz e Alegrete na constituição dos ativos financeiros. Logo abaixo a composição dos valores por tributo.

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Pis diferido	458	-
Cofins diferido	2.033	-
Imposto de renda diferido	4.614	-
Constituição social diferido	1.731	-
	8.816	-

(*) Em 2017 a controlada Urbeluz apresentou os saldos de impostos diferidos agrupados com os Encargos Tributários a pagar.

21. Provisão para contingências

21.1. Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características dessas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Saldos patrimoniais:

Controladora 31/12/2018	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	10	-	270	280
	10	-	270	280

Controladora 31/12/2017	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	10	-	-	10
	10	-	-	10

Consolidado 31/12/2018	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	138	580	270	988
	138	580	270	988

Consolidado 31/12/2017	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Probabilidade de perda				
Provável	138	30	-	168

b) Movimentação

Controladora	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	-	-	10
Adições	-	-	270	270
Saldo em 31 de dezembro de 2018	10	-	270	280

Consolidado	Cível	Trabalhista	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	138	30	-	168
Adições	-	560	270	830
Saldo em 31 de dezembro de 2018	138	580	270	988

Ações cíveis

Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Águas de Itapema, e referem-se a indenizações por danos morais decorrentes e cobranças indevidas de faturas de consumidores.

Ações trabalhistas

Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios.

23.2. Provisões com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 5.271 em processos cíveis, R$ 7.297 em processos trabalhistas e R$ 20.743 em processos tributários, considerados como perdas possíveis, e em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 3.701 em processos cíveis, R$ 1.170 em processos trabalhistas e R$ 119 em processos tributários.

24. Patrimônio Líquido

24.1. Capital social subscrito e integralizado

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 que era de R$ 162.687, representado por 162.687 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado em 31 de outubro de 2018 em R$ 4.651 representado por 4.651 ações ordinárias, assim em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado ficou em R$ 167.338, representado por 167.338 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas.

	31/12/2018 Número de ações	%	31/12/2017 Número de ações	%
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	167.338	100%	162.687	100%
	167.338	100%	162.687	100%

24.2. Reserva de retenção de lucros

Conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento de capital, propõe retenção da parcela do lucro excedente à constituição de reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R$ 6.613, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2018 possuía o valor de R$ 50.342 (R$ 35.414 em 2017).

24.3. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, do lucro líquido do exercício foi destinado à reserva legal o montante de R$ 367 (R$ 780 em 2017).

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

24.4. Dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 1% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2018, conforme prevê o artigo 36 do estatuto social, no montante de R$ 348 (R$ 3.411 em 2017). Durante o exercício de 2018, foram distribuídos R$ 270 a título de dividendos. O saldo residual de R$ 3.541 não foi distribuído, e os acionistas deliberaram em assembleia por reverter o referente saldo para reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de dividendos propostos totaliza R$ 348.

24.5. Transação de capital

Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R$ 13.624, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, esta operação gerou uma transação de capital no montante de R$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia.

24.6. Adiantamento para futuro aumento de capital

A Companhia manteve no patrimônio líquido o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com a Controladora, porém, como mencionado na nota explicativa 24.1, converteu esse adiantamento em capital social:

	31/12/2018	31/12/2017
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	-	4.651
	-	4.651

24.7. Ajustes IFRS 15/CPC 47

A Companhia optou por aplicar o método de transição simplificado do IFRS 15/CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" a partir de 1º de janeiro de 2018, o que resultou em mudanças nas políticas contábeis e ajustes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. De acordo com essa regra de transição, a nova norma foi adotada sob a forma de transição simplificada, e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, conforme quadros abaixo:

Consolidado	31/12/2017	1º de janeiro de 2018 IFRS 15 /CPC 47	1º de janeiro de 2018 Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante	100.719	9.187	109.906
Não circulante	258.567	(3.508)	255.059
Total do ativo	359.286	5.679	364.965
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	78.484	1.072	79.556
Não circulante	59.970	-	59.970
Patrimônio líquido	220.832	4.607	225.439
	359.286	5.679	364.965

Consolidado	31/12/2017	1º de janeiro de 2018 IFRS 15 /CPC 47	1º de janeiro de 2018 Reapresentado
Balanço patrimonial			
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.273	-	6.225
Contas a receber de clientes	20.160	9.187	29.347
Ativo financeiro	11.839	-	11.839
Impostos a recuperar	3.791	-	3.791
Ativos destinados à aplicação nas concessões	6.838	-	6.838
Adiantamentos	4.877	-	4.877
Partes relacionadas	383	-	383
Títulos de valores mobiliários	45.600	-	45.600
Outros ativos circulantes	1.148	-	1.165
	100.719	9.187	109.906
Não circulante			
Ativo financeiro	10.567	-	10.567
Partes relacionadas	18.701	-	18.701
Títulos de valores mobiliários	9.843	-	9.843
Outros ativos não circulantes	15.827	-	15.827
Investimentos	32.101	-	32.101
Imobilizado	18.457	(3.508)	14.949
Intangível	153.071	-	153.071
	258.567	(3.508)	255.059
Total do ativo	359.286	5.679	364.965

Consolidado	31/12/2017	1º de janeiro de 2018 IFRS 15 /CPC 47	1º de janeiro de 2018 Reapresentado
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.567	-	26.567
Fornecedores	15.229	-	15.229
Salários a pagar	1.763	-	1.763
Encargos sociais a pagar	1.296	-	1.296
Encargos tributários a pagar	14.119	1.072	15.191
Impostos e contribuições parcelados	3.770	-	3.770
Partes relacionadas	93	-	93
Adiantamento de clientes	12.043	-	12.043
Dividendos propostos	3.611	-	3.611
Demais contas a pagar	8	-	8
	78.484	1.072	79.556
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.531	-	41.531
Impostos e contribuições parcelados	8.681	-	8.681
Partes relacionadas	8.678	-	8.678
Perda com investimentos	912	-	912
Provisão para contingências	168	-	168
	59.970	-	59.970
Patrimônio líquido			
Capital social	162.687	-	162.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.651	-	4.651
Reserva de capital	(2.505)	-	(2.505)
Reservas de lucros	35.414	4.607	40.021
Participação de não controladores	20.585	-	20.585
	220.832	4.607	225.439
Total do passivo e patrimônio líquido	359.286	5.679	364.965

O ajuste refere-se ao reconhecimento de receitas decorrente do contrato de construção na modalidade *built to suit*, que sob o aspecto do CPC 47 / IFRS 15, deve ser reconhecida ao longo do período de construção. Dessa forma, a receita e custo de construção referente a exercícios anteriores, nos montantes de R$ 8.115 e R$ 3.508, respectivamente, foram reconhecidos no patrimônio líquido de abertura, conforme definido pela regra de transição.

25. Receita operacional líquida

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Receita bruta de serviços (saneamento)	-	-	50.148	48.003
Receita bruta de serviços (energia)	-	-	76.423	65.347
Receita de obras de engenharia	2.853	-	5.292	7.413
Receita de construção (Saneamento) (*)	-	-	1.166	11.812
Receita de construção (Energia) (*)	-	-	38.467	16.553
Receita de locação de veículos e equipamentos	398	389	103	105
Cancelamentos	-	-	(2.629)	(1.902)
Impostos sobre prestação de serviços	(244)	(13)	(12.765)	(8.623)
	2.807	386	163.206	138.883

(*) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

26. Custos dos serviços prestados

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Custos com pessoal	-	-	(10.532)	(8.541)
Custos com materiais e insumos	(1.013)	(13)	(16.706)	(10.061)
Custos com produtos químicos	-	-	(1.691)	(1.456)
Custos com serviços de terceiros	(76)	(168)	(6.042)	(6.651)
Custos com depreciação e amortização	-	-	(5.982)	(4.455)
Custos com energia elétrica	-	-	(20.946)	(20.841)
Custos com construção (*)	-	-	(40.533)	(28.355)
	(1.089)	(181)	(104.083)	(83.160)

(*) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

27. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Despesas Administrativas				
Com pessoal	(2.889)	(1.937)	(7.787)	(5.931)
Com serviços de terceiros	(3.972)	(1.985)	(10.380)	(10.298)
Com viagem	(638)	(632)	(1.693)	(1.608)
Com locação	(356)	(224)	(965)	(919)
Com depreciação e amortização	(152)	(230)	(685)	(801)
Despesas com informática	(285)	(158)	(1.115)	(767)
Despesas tributárias	-	-	(3.393)	-
Multas fiscais indedutíveis	-	-	(1.277)	(137)
Outras despesas	(549)	(549)	(3.983)	(2.909)
	(8.831)	(5.719)	(30.477)	(23.430)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	(12)	-	(1.779)	(1.005)
Propaganda e publicidade	(104)	(24)	(424)	(395)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	-	-	(1.565)	(1.629)
Com depreciação e amortização	-	-	(49)	-
Perdas de títulos incobráveis	-	-	(2.019)	-
Outras despesas	(38)	-	(897)	(667)
	(154)	(24)	(6.428)	(3.696)
	(8.985)	(5.743)	(37.203)	(27.126)

28. Outras receitas(despesas)

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Outras receitas				
Serviços administrativos compartilhados (a)	6.002	3.490	2.023	1.603
Despesas recuperadas (b)	2.257	386	3.732	1.400
Ganhos com investimentos (c)	61	-	3.316	-
Outras receitas não operacionais	4	698	70	1.513
	8.324	4.573	9.139	4.416
Outras despesas				
Perdas com investimentos (d)	149	(5.423)	(9.438)	(5.423)
Despesas indedutíveis	-	-	-	(38)
Multas	(38)	(134)	(3.326)	(3.938)
Provisão para contingências	(270)	-	(820)	-
Amortização de mais valia em investimentos	(738)	(250)	(738)	(283)
Outras despesas	-	808	(1)	2.868
	(895)	(5.294)	(14.323)	(6.796)
	7.429	(721)	(4.984)	(2.348)

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (consolidadora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding.
(b) Referem-se a despesas recuperadas reconhecidas dentro do exercício de 2018, antes e depois do início de operação das investidas Sanema (R$ 518) referente ao engenheiro pago pela controladora e reembolsado pela Sanema, Via Brasil MT 100 (R$ 836) referente a despesas que a Conasa reconheceu e recuperou integralmente como pré-operacional, Águas de Santo Antônio (R$ 630) referente a despesas de advogados e consultores, e Urbeluz (R$ 1.400) referente a despesas recuperadas com o projeto de São João do Meriti, além de outras despesas recuperadas da própria controladora.
(c) A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na coligada Construtora Luz de Mauá Ltda referente ao exercício de 2018.
(d) As perdas com investimentos referem-se a baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R$ 1.519 em 2017 e R$ 3.104 em 2018 e Envimas no montante de R$ 3.904 em 2017 (Ágio) e R$ 73 em 2018. A Companhia reconheceu também por perda em 2018 o valor de R$ 5.023 dos ativos intangíveis não amortizados no contrato de concessão da investida Águas de Santo Antônio. Na investida Urbeluz foram reconhecidas para perdas os investimentos em MIP's (Manifestação de Interesse Público), conforme mencionado na Nota 11, as quais não evoluíram no processo para licitação das PPP's.

29. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(257)	(68)	(8.916)	(6.694)
Despesas bancárias	(11)	(3)	(1.037)	(637)
Juros tributários	(67)	(112)	(1.068)	(931)
Outras despesas financeiras	(50)	(1.940)	(764)	(2.725)
	(386)	(2.123)	(12.080)	(10.987)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	-	8	115	533
Juros sobre faturamento	67	-	495	430
Descontos obtidos	2	5	41	12
Rendimentos sobre títulos de dívida	9.549	3.751	3.121	1.068
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	-	-	6.403	835
Outras receitas financeiras	20	167	(65)	7.360
	9.128	3.931	10.168	6.238
	9.242	1.808	(2.912)	(4.649)

30. Resultado por Ação

Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

Consolidado	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	3.740	18.384
Lucro atribuído a não controladores	(3.588)	3.152
Resultado atribuível aos acionistas controladores	7.328	15.354

	31/12/2018	31/12/2017
Quantidade de ações	**Avos**	**Avos**
167.338.034	2/12	-
162.687.034	10/12	12/12
Média ponderada de ações	163.462.201	162.687.034
Lucro básico por ação (em Reais)	0,0483	0,0935

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

31. Segmentos Operacionais

A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica do contrato, além da relevância das receitas de cada segmento.

Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema/SC e Salto/SP, na gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa nas cidades de São João do Meriti/RJ e Caraguatatuba/SP e com Parcerias Público Privadas em Boa Vista/RR, Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ, e o fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental também na cidade de Salto/SP.

O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2018 e 2017, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial na cidade de Palhoça/SC.

O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2018, a Urbeluz detinha participação em três PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões.

O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanesul, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimas.

As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico.

As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

	Receitas líquidas 31/12/2018	Receitas líquidas 31/12/2017	Resultado operacional 31/12/2018	Resultado operacional 31/12/2017
Saneamento Básico	51.146	57.413	24.676	21.609
Iluminação Pública	106.714	75.327	(2.514)	7.084
Saneamento Ambiental	5.346	5.864	(201)	423
Outros	-	99	1	2.870
Total	163.206	138.883	22.161	32.066

	Depreciação e Amortização 31/12/2018	Depreciação e Amortização 31/12/2017	Total do Ativo 31/12/2018	Total do Ativo 31/12/2017
Saneamento Básico	(4.838)	(3.876)	260.480	241.986
Iluminação Pública	(819)	(1.011)	105.705	78.649
Saneamento Ambiental	(1.059)	(1.676)	11.615	12.509
Outros	-	(381)	32.884	26.743
Total	(6.716)	(6.936)	360.384	359.286

32. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2018 e início de 2019, a vigência até as datas variaram em 2018, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco Danos materiais	Valor em risco Lucros cessantes
Sanesul	100	-
Águas de Itapema	42.838	24.000
Urbeluz	52.437	-
	95.712	24.000

33. Instrumentos financeiros

33.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

33.2 Qualidade dos créditos de ativos financeiros

A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privada.

33.3 Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

Controladora	Categoria	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor de mercado	31/12/2017 Valor contábil	31/12/2017 Valor de mercado
Ativo financeiros (*)					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	32	32	5	5
Contas a receber	Custo amortizado	732	732	603	603
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.136	8.136	9.752	9.752
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	48.683	48.683	42.130	42.130
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.508	1.508	1.653	1.653
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	5.446	5.446	9.008	9.008
Partes relacionadas	Custo amortizado	7.540	7.540	4.248	4.248

Consolidado	Categoria	31/12/2018 Valor contábil	31/12/2018 Valor de mercado	31/12/2017 Valor contábil	31/12/2017 Valor de mercado
Ativo financeiros (*)					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.116	3.116	6.223	6.223
Contas a receber	Custo amortizado	15.686	15.686	20.160	20.160
Ativo financeiro	Custo amortizado	52.685	52.685	22.406	22.406
Partes relacionadas	Custo amortizado	30.102	30.102	19.084	19.084
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	54.794	54.794	56.703	56.703
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	30.508	30.508	15.226	15.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	69.891	69.891	68.088	68.088
Partes relacionadas	Custo amortizado	9.836	9.836	8.771	8.771

(*) Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 eram apresentados como empréstimos e recebíveis.

33.4 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

(a) Risco de mercado - Risco de taxa de juros: O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures.

CONTINUAÇÃO ➤➤➤

pressreader PRINTED AND DISTRIBUTED BY PRESSREADER PressReader.com +1 604 278 4604 COPYRIGHT AND PROTECTED BY APPLICABLE LAW

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PARANÁ

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PONTA GROSSA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Ponta Grossa realizará na sede da prefeitura, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, à Av. Visconde de Taunay, n.º 950, 2º andar, a seguinte licitação:

TOMADA DE PREÇOS Nº 1/2019 - FMS

Abertura em 25 de Junho de 2019, às 13h30min - Execução de obras para Adequação do Sistema de Prevenção Contra Incêndio e Pânico do Hospital da Criança Prefeito João Vargas de Oliveira, localizado na Rua Joaquim de Paula Xavier, n.º 500, Vila Nova, Bairro Estrela. Valor Máximo: R$ 90.417,37.

Maiores informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento, sito à Av. Visconde de Taunay, 950, no horário das 12h às 18h, fone 42-3220-1304 site http://www.pg.pr.gov.br/licitacoes

ANGELA CONCEIÇÃO OLIVEIRA POMPEU - Presidente

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA - PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Ponta Grossa realizará na sede da prefeitura, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Planejamento, à Av. Visconde de Taunay, n.º 950, 2º andar, a seguinte licitação:

TOMADA DE PREÇOS Nº 28/2019

Abertura em 24 de Junho de 2019, às 13h30min - Implantação de rotatória na interseção da Rua Afonso Celso com a Rua Cetão Monclaro [S 25° 5' 19.96" W 50° 9' 13.54"], Vila Luiz Silva, Centro. Valor Máximo: R$ 107.726,48

Maiores informações, bem como a íntegra do Edital e anexos, poderão ser obtidos junto ao Departamento Administrativo da Secretaria Municipal de Planejamento, sito à Av. Visconde de Taunay, 950, no horário das 12h às 18h, fone 42-3220-1304 site http://www.pg.pr.gov.br/licitacoes

Celso Augusto Sant'Anna - Secretário Municipal

pressreader

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário OFICIAL Paraná
Comércio, Indústria e Serviços

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

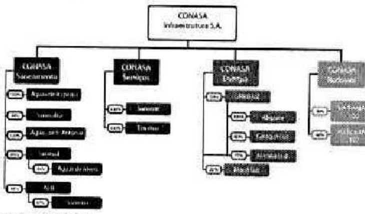
CNPJ 08.837.556/0001-49

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Os Administradores da **CONASA INFRAESTRUTURA S.A.** ("CONASA") apresentam as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2018, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente. As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

APRESENTAÇÃO

A CONASA atua por meio de Sociedades de Propósito Específico que operam nos setores em que está presente. Buscando contribuir para suprir a carência de investimentos nos diversos setores de infraestrutura, a CONASA vem diversificando desde 2015 suas áreas de atuação, que passaram a incluir, além dos segmentos de saneamento básico e tratamento de efluentes, serviços de iluminação pública e, mais recentemente, rodovias. Com sede em Londrina (PR), a Conasa reúne 18 empresas, em 7 estados da União: São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Alagoas, Pará, Roraima e Mato Grosso. No intuito de integrar as especificidades de cada setor, a Conasa instituiu internamente quatro grandes áreas, que gerenciam as unidades operacionais de cada segmento: Saneamento, Serviços, Energia, Rodovias.



Destaques de 2018

Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2). A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Durante o exercício, a controlada Águas de Itapema obteve autorização do Ministério das Cidades para emissão de R$ 100.000 (cem milhões de reais) em debêntures incentivadas, conforme Lei 12.431, e contratou o Banco Santander como Coordenador Líder. Em 22 de março de 2019, a emissão foi concluída, com prazo total de 8 anos, juros remuneratórios de IPCA + 7,0685% e rating da emissão atribuído pela Moodys de Aa3.br.

Áreas de Atuação

Saneamento: Abastecimento de água | Coleta e tratamento de esgoto. A Agenda 2030 da ONU, em seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, reservou singular atenção à questão do saneamento básico, enunciando o ODS 6 – "Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos". Todavia, as lacunas ainda existentes no Brasil no que concerne a infraestrutura de saneamento se demonstram em números expressivos: 17% dos brasileiros não têm acesso à água tratada e 48% não estão conectados à rede coletora de esgoto, segundo os últimos dados* publicados pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). Em 2014, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) fixou para 2033 a meta de universalização do Sistema de Água e Esgoto no Brasil. No entanto, o estudo realizado em 2018 pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI) demonstrou que a média dos investimentos realizados entre 2010 e 2017 – R$ 13,5 bilhões ao ano – está defasada em 62% em relação ao objetivo traçado no plano. A participação efetiva da iniciativa privada pode contribuir para reduzir esse déficit de investimentos, assegurando que os problemas sejam solucionados na escala e no prazo desejados. Com o propósito de atenuar o cenário precário relativo às deficiências de acesso à água potável e ao tratamento de esgoto em suas regiões de atuação, amparada em políticas públicas adequadas e fundamentada na legislação vigente, a Conasa atualmente opera em regime de concessão em Itapema (SC) e Salto (SP). Além disso, detém participação de 49% em concessionária de São João de Meriti (RJ) via Sanesul e detém participação em contrato de locação de ativos de coleta e tratamento de esgoto em Maceió (AL).

Conasa Águas de Itapema

Município: Itapema - SC

Concessão plena (água e esgoto) - 2004 a 2044

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2018): R$ 166 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 510 milhões

Acesso à água tratada: 100% da população

Acesso à coleta de esgoto: 74% da população

AVANÇOS CONQUISTADOS	2004	2018
Reservatórios de água tratada (litros)	800.000	9.000.000
Reservatórios de água bruta (litros)	135.000	290.000.000
Rede de distribuição de água (Km)	79	280
Capacidade de produção de água potável (l/s)	141	573
Acesso à rede coletora de esgoto	-	74%

Desde 2004 a Conasa Águas de Itapema detém a concessão dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto de Itapema, no litoral de Santa Catarina. Até 2018 já foram investidos R$ 166 milhões, assegurando a universalização do acesso à água tratada no município e dotando o município de rede coletora de esgoto que já alcança 74% da população. Com uma capacidade de produção diária de quase 50 milhões de litros de água tratada, o sistema tornou o município autossuficiente em abastecimento, sem interrupção nas temporadas de verão, período em que o consumo chega a aumentar em 550% - aumento registrado pela companhia em 2018. A instalação de reservatórios de água bruta podendo armazenar até 290 milhões de litros representa medida preventiva ao risco de eventual escassez dos recursos hídricos da região. A captação de recursos finalizada em 2019 permitirá à Águas de Itapema investir no sistema de abastecimento de água e tratamento de esgoto, enquadrado como prioritário por meio da Portaria do Ministério das Cidades nº320/2018, o qual compreende, entre outros investimentos, a expansão da rede coletora de esgoto e a ampliação da capacidade de armazenamento e abastecimento de água da Companhia Águas de Itapema, envolvendo, aproximadamente, 37 km de rede coletora de esgoto nos bairros Jardim Praia Mar e Morretes; ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto do bairro Morretes, construção de mais uma Estação de Tratamento de Água com capacidade de 125 litros por segundo e novos reservatórios de água tratada com capacidade para armazenar 7 milhões de litros e ampliação da Lagoa de Reservação de água bruta em mais 200 milhões de litros.

Sanesalto

Município: Salto - SP

Concessão de tratamento de esgoto - 2004 a 2032

INVESTIMENTO REALIZADO (até 2018): R$ 75 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 1 milhão

Acesso à coleta de esgoto: 98% da população

Exemplo do potencial de ampliação do acesso ao saneamento mediante o aporte de investimentos da iniciativa privada, a cidade de Salto, no Estado de São Paulo, viu o nível de tratamento de esgoto crescer de 0% (2004) para 70% já nos três primeiros anos de gestão da Sanesalto. Até 2018, além da construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), os investimentos da Conasa permitiram ainda a instalação de onze elevatórias na cidade, assegurando a 98% da população o acesso à rede coletora.

Evolução comprovada

Salto figura atualmente acima da média brasileira de eficiência no tratamento de esgoto, entre as mais eficientes do Brasil. O Ranking da Universalização do Saneamento 2018, realizado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), aponta a cidade na 19ª posição entre os 234 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes.

Sanema – Saneamento de Maceió

Município: Maceió - AL (oito bairros da parte alta)

Contrato de Locação de ativos tratamento de esgoto - 2020 a 2050

INVESTIMENTO REALIZADO (em 2018): R$ 10 milhões

INVESTIMENTO A REALIZAR: R$ 171 milhões

Início da operação: 2020

A CONASA ingressou em 2017 na Sanema que tem como objeto a construção e implantação de sistema de tratamento do esgoto em oito bairros, situados na Zona Alta de Maceió, totalizando investimentos de R$ 171 milhões, com a consequente locação do sistema para a CASAL (Companhia de Saneamento de Alagoas). Em 2017 foram iniciadas as obras da Estação de Tratamento de Esgoto Caçadores e a implantação da rede coletora de 112km. As instalações cobrirão 100% dos domicílios do perímetro do contrato, beneficiando uma população de 123 mil habitantes a partir de 2019.

Prêmio PNQS

Em 2018, as unidades Sanesalto e Conasa Águas de Itapema – esta pelo segundo ano consecutivo – foram agraciadas pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) com o Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento (PNQS) na categoria "AMEGSA – As Melhores em Gestão no Saneamento Ambiental" que reconhece as empresas do setor que se distinguem pela boa gestão dos serviços de saneamento.

Conasa Serviços

Saneamento Industrial

Além de prevenir a contaminação do solo, de águas superficiais, de lençóis freáticos e do ar, preservando os recursos naturais no presente e para as gerações futuras, o tratamento de efluentes industriais reveste igualmente um aspecto de impacto econômico. A complexidade do processo de tratamento tende a deslocar a empresa de sua atividade principal, visto que a gestão dos efluentes industriais apresenta especificidades e requer capacitações muito diferentes daquelas diretamente vinculadas ao processo produtivo. Uma solução adotada por grande número de indústrias, independente do porte, consiste na terceirização do serviço, assegurando que todo o processo seja operado por especialistas, dentro de estações de tratamento específicas para este fim nas instalações da empresa (onsite) ou em plantas de propriedade da terceirizada (offsite), respeitando as exigências legais para a destinação final dos resíduos. A Sanetrat Saneamento S.A. vem atuando no tratamento de efluentes industriais e residenciais desde 2008, atendendo clientes nos estados de São Paulo e de Santa Catarina para clientes Offsite, e em todo o Brasil para clientes Onsite. A Sanetrat atende atualmente mais de 200 empresas públicas e privadas ou municipalidades.

Conasa Energia

Iluminação Pública e Cidades Inteligentes

O ordenamento do tráfego urbano, a segurança pública, a valorização do patrimônio e a ocupação de espaços públicos são alguns dos aspectos relacionados à relevância da iluminação pública (IP) para a sociedade. Buscando a melhoria contínua desses serviços, o mercado da iluminação pública ganhou importância nos últimos anos com mudanças significativas, ensejando novos paradigmas, desafios e perspectivas para o setor, rumo à construção de cidades inteligentes. A transferência dos ativos de IP para os municípios foi o primeiro passo para as mudanças. Desde janeiro de 2015, foi entregue à administração municipal o encargo da elaboração de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública, que anteriormente cabia às distribuidoras de energia, abrindo espaço para parcerias público privadas com municípios. Com a aquisição da Urbeluz, em 2014, a Conasa ingressa no segmento.

Caraguatatuba - SP

Primeiro município do Estado de São Paulo a criar uma PPP para a gestão da Iluminação Pública, Caraguatatuba foi também o primeiro no Brasil a concluir os investimentos previstos em contrato. A cidade conta hoje com 100% dos pontos contratuais equipados com tecnologia LED. O novo sistema gerou economia de 67% no consumo de energia elétrica e 2.068 novos pontos foram instalados, com impacto significativo para a população. Caraguatatuba também é o primeiro município a beneficiar da parceria entre a Conasa e a NEC (multinacional japonesa de tecnologia), para o desenvolvimento de cidades inteligentes.

São João de Meriti - RJ

Conhecida como "Formigueiro das Américas", São João de Meriti é uma das cidades de maior densidade populacional do Brasil e a primeira do país a investir em uma Parceria Público-Privada de Iluminação Pública. O contrato prevê a substituição de 100% do parque pela tecnologia LED nos primeiros 5 anos, além da manutenção das instalações elétricas e eficientização da iluminação interna e sistemas de climatização nos 131 imóveis municipais.

Mauá Luz

A criação da Mauá Luz, em 2016, reuniu a Conasa (20%) às empresas Brasilluz (60%) e FM Rodrigues (20%) no propósito de atender ao município de Mauá na modernização, gestão e manutenção de seu parque de iluminação pública.

Dos 27.000 pontos de iluminação pública de Mauá, município da região do ABC Paulista, mais de 14.000 já foram substituídos pela tecnologia LED, em pouco mais de dois anos de contrato, e a modernização de todo o parque deverá estar concluída em 2019.

Conasa Rodovias

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

Em 2018, ampliando seu escopo de atuação, a Conasa passou a investir no segmento, com a constituição do Consórcio Via Brasil, do qual é líder com 40% de participação. Compõem ainda o consórcio as empresas CLD (26%), Rocha Cavalcante (12%), Zetta (12%), FBS (9%) e Fremix (1%).

Projeto da praça de pedágio em Alto Araguaia

Fevereiro de 2018 viu a chegada do primeiro contrato da Via Brasil, que arrematou a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso. Somando 300 km de estrada, os dois trechos receberão investimentos da ordem de R$ 356 milhões e R$ 370 milhões, respectivamente. As concessões de 30 anos, que integram o programa do Governo do Mato Grosso para melhoria da logística de transportes no estado, foi arrematada por R$ 16 milhões de outorga, ao fim de um processo licitatório de regras claras e tarifas fixas para a cobrança de pedágio, que só se dará após a recuperação e sinalização das estradas. Inicialmente serão investidos R$ 76 milhões e R$ 83 milhões, respectivamente, para os trabalhos de recuperação de pavimento, restauração de elementos estruturais, revitalização de sinalização e dispositivos de segurança, além da aquisição de equipamentos, veículos de apoio e controle da operação. Na segunda fase virá a ampliação com intersecções, marginais, acostamentos, acessos, trevos, entroncamentos e retornos.

Governança Corporativa

"Atualmente a governança das empresas é tão importante para a economia mundial quanto a governança dos países." *James Wolfensohn – ex-presidente do Banco Mundial*

Num mundo em constante transformação, preservar o valor da empresa e sua sustentabilidade no tempo é um desafio constante e imperioso no gerenciamento de empresas. Essa convicção levou a Conasa a aderir às práticas de gestão preconizadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa em sua estratégia gerencial. Um passo importante foi a decisão, em 2016, de tornar a maioria do Conselho de Administração independente contando com maior diversidade de capacidades, a partir da contratação de membros independentes, contribuindo para um melhor desempenho da organização. A profissionalização do Conselho se insere num conjunto de medidas que vêm sendo implementadas, que incluem a adequação do estatuto social da empresa às normas da B3 e de acordo com a política de Governança Corporativa adotada pela companhia, fundamentada nos quatro princípios que a norteiam: transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.

Ética e compliance

A Conasa preza pelo rigoroso atendimento às exigências regulatórias do setor em todas as suas áreas de atividade e exige de seus colaboradores o mesmo rigor no que concerne a legislação e a conduta ética, de acordo com as recomendações expressas no Código de Ética e Postura da companhia, formalizado em 2018. Neste ano também iniciou a implementação do programa de compliance que será estendido a todas as empresas do grupo. Nesse contexto, a Conasa vem se preparando para solicitar o registro na B3 no ambiente do BOVESPA MAIS. Em conformidade às exigências da CVM e B3, o website de Relações com Investidores (http://www.conasa.com/ri) já está em funcionamento.

GESTÃO DA QUALIDADE

A Gestão da Qualidade e as Certificações ISO 9001 e ISO 14001, das Investidas da CONASA visa a integração dos procedimentos, a satisfação dos clientes, o aperfeiçoamento contínuo dos processos e serviços, além do aprimoramento constante dos funcionários, o controle da ocorrência de problemas operacionais e o acompanhamento permanente da satisfação dos clientes.

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia adotou uma estratégia de diversificação em setores de atuação, iniciando atuação em energia e rodovias, e crescimento em projetos de infraestrutura. Tal estratégia teve e terá impactos significativos no desempenho financeiro da Companhia. A receita líquida consolidada da CONASA apresentou um significativo aumento nos últimos anos, saindo de R$ 39.630 em 2013, para R$ 123.800 em 2015, R$ 100.804 em 2016 e R$ 138.693 em 2017 R$ 163.205 em 2018. A elevação de receitas advém do início de faturamento das PPPs de iluminação pública e revisões tarifárias nas concessões de saneamento. A presente receita ainda não apresenta a totalidade do potencial da Companhia nas empresas em operação. A receita líquida do grupo deve aumentar com o início de operação de projetos em desenvolvimento, como as rodovias sob administração do Via Brasil, assim como quando se considerarmos a consolidação contábil da Sanesalto quando da transferência das ações já adquiridas pela Companhia (R$ 188.064 de receita líquida em 2018, se considerada a Sanesalto no Consolidado da Conasa), a partir da aprovação dos debenturistas para troca de controle, e o início de faturamento de projetos com contratos assinados, como Águas de Meriti e Sanema. Até 2015, o foco da Companhia foi a redução da razão Dívida Líquida por EBITDA, que passou de 10,92 em 2013 para 1,72 em 2015 e fechou em 0,83 em 2018 em relação ao EBITDA Ajustado. A partir de 2015, a Companhia retomou investimentos e focou em crescimento, tendo o EBITDA Ajustado crescido de R$ 5.722 em 2015 para R$ 52.091 em 2017 e R$ 62.146 em 2018. O exercício de 2018 inicia um novo ciclo da Companhia. A redução razão dívida líquida por EBITDA em níveis baixos para o setor de infraestrutura permitiu e permitirá a Companhia se realavancar, financiando os investimentos dos anos seguintes, bem como desenvolver novos negócios. De um lado, a empresa expandiu atividades e se sagrou vencedora de novas concessões

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

(Via Brasil MT 100 e Via Brasil MT 320) e investiu em novos projetos (Sanema). De outro, iniciou processo de alavancagem financeira de ativos operacionais, com a autorização do Ministério das Cidades para a Águas de Itapema da emissão de R$ 100 milhões em debêntures incentivadas, conforme Lei 12.431, contratação do Santander como Coordenador Líder da emissão, e assinatura de financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. para a Sanema. Foi importante também a redução de custos e eficiência operacional gerada pela centralização das atividades das investidas na CONASA. Em 2018, a estrutura da Urbeluz e o setor de energia foram integrados ao Centro de Serviços Compartilhados ("CSC") da CONASA em Londrina, bem como o segmento de rodovias que já iniciou operação com apoio do CSC.

RECEITAS

A receita líquida da Companhia encerrou 2018 em R$ 163.205, contra R$ 138.693 em 2017. O aumento decorreu de aumento da receita bruta dos serviços, especialmente do setor de energia, que passou de R$ 75.327 em 2017 para R$ 106.714 em 2018, e pelo aumento da receita de construção vinculada aos investimentos em concessões e PPPs, que encerrou 2018 em R$ 40.633 contra R$ 28.365 em 2017.

CUSTOS E DESPESAS

Os custos sofreram aumento decorrente do aumento de receita, de R$ 83.160 em 2017 para R$ 104.052 em 2018, resultado do custo de construção de R$ 28.365 em 2017 contra R$ 40.633 em 2018, que reflete aumento dos investimentos realizados pelas concessionárias neste ano e aumento das materiais e insumos de R$ 11.507 para R$ 18.397 em 2018, resultado do aumento de receitas de energia no ano. O Lucro Bruto cresceu de R$ 55.533 em 2017 para R$ 59.153 em 2018. As despesas sofreram aumento de R$ 23.467 em 2017 para R$ 36.992 em 2018, decorrente de provisões realizadas no exercício e redução da equivalência patrimonial, a qual foi impactada positivamente em 2017 pelo resultado da Sanesalto com o PRT e PERT e a respectiva reversão de prejuízos acumulados.

EBITDA

A Companhia utiliza as definições de EBITDA ou LAJIDA - Lucro Antes dos Juros, Impostos sobre Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização da Instrução CVM 527/2012, sendo o resultado líquido do período, acrescido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas das receitas financeiras e das depreciações, amortizações e exaustões. Em 2018, a Administração procedeu com provisões e baixas contábeis, detalhadas ao Lucro Líquido abaixo. Tais provisões refletem a situação dos ativos da Companhia, mas afetaram o resultado de 2018. Para fins comparativos, o presente Relatório da Administração passa a demonstrar EBITDA ajustado, conforme notas de ajuste no quadro abaixo. A Companhia apresenta os ajustes no EBITDA para melhor demonstrar os efeitos recorrentes das atividades operacionais, retirando efeitos contábeis positivos ou negativos de cada ano ou efeitos não recorrentes, de modo a aproximar a demonstração financeira do resultado operacional das atividades. A explicação de cada ajuste considerado encontra-se na seção de Lucro Líquido. O EBITDA Ajustado da Companhia vem apresentando crescimento absoluto nos últimos exercícios, com a agregação de novos negócios desde 2012 e execução de política de redução de custos e ganho de eficiência operacional.

EBITDA	2018	2017 (reapresentado)[1]	2016 (reapresentado)[1]
Lucro Líquido	3.740	18.386	24.310
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.909	9.031	9.667
Depreciação e Amortização	7.454	5.791	4.682
Resultado Financeiro	2.512	4.649	9.730
EBITDA	**29.615**	**37.858**	**48.389**
Amortização do Ativo Financeiro[2]	15.651	13.370	4.374
Efeitos não Recorrentes em Receita; Custos e Despesas[3]	16.658	1.009	(648)
EBITDA Ajustado	**61.924**	**52.237**	**52.115**
Margem EBITDA Ajustado	**50,52%**	**47,35%**	**41,60%**

[1] Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 e 2016 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração

[2] Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

[3] Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido

RESULTADO FINANCEIRO

Quanto às despesas financeiras, o controle inflacionário promovido pelo Governo Federal em 2017 impactou diretamente o resultado financeiro daquele ano, pela atualização monetária e juros do passivo. Em 2018, o IGP-M, principal índice inflacionário do passivo da Companhia, saltou de -0,53% para 2017 para 7,55%. As despesas financeiras atingiram R$ 12.680, contra R$ 10.887 em 2017, apesar da redução da dívida líquida decorrente das amortizações realizadas. Em contrapartida, as receitas financeiras, principalmente vinculadas à atualização do ativo financeiro nas PPPs do segmento de energia, saíram de R$ 6.238 em 2017 para R$ 10.168 em 2018, fruto do aumento dos investimentos nas PPPs. As despesas financeiras não tiveram grande alteração encerrando o exercício de 2018 em R$ 12.680 contra R$ 10.887 em 2017. Em decorrência do aumento de receitas vinculadas às PPPs, o resultado financeiro líquido encerrou o exercício de 2018 em (R$ 2.512) contra (R$ 4.649) em 2017.

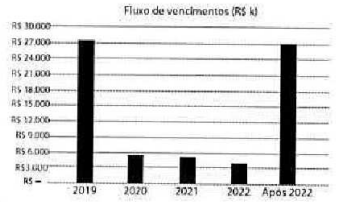
LUCRO RECORRENTE E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O lucro líquido encerrou o exercício em R$ 3.740 no ano de 2018, ante R$ 18.386 em 2017. A inversão se deve a provisões no segmento de energia em 2018 e impactos positivos do PRT e PERT no resultado de 2017, conforme demonstrado abaixo. O lucro recorrente da Companhia cresceu de R$ 17.994 em 2017 para R$ 20.398 em 2018.

	2018	2017	2016
Lucro Líquido	3.740	18.386	24.310
Efeitos não recorrentes em receitas	–	**8.392**	**(648)**
Receita da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.		8.392	
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016			(648)
Efeitos não recorrentes em custos	–	**(3.508)**	–
Custo da Conasa pela implantação do Built to Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.		(3.508)	
Efeitos não recorrentes em despesas	**16.658**	**(3.875)**	–
Impairment sobre indenização prevista pelos ativos não amortizados na caducidade da concessão da Águas de Santo Antônio	5.039		
Créditos com Terceiros - Urbeluz	3.227		
Baixa de ativos da Urbeluz relacionados à Manifestações de Interesse da Iniciativa Privada, as quais não avançaram para a fase de licitação da PPP	943		
Baixa de precatórios detidos pela Urbeluz	1.331		
Provisão de Receita da CaraguaLuz em razão de pleito administrativo sobre data de reajuste em 2016	648		
PCLD - Alegrete	805	(805)	
Adesão pela Urbeluz ao PERT com débitos referentes a 2013 e 2014 em discussão administrativa	4.665		
Equivalência Patrimônial positiva da Sanesalto pela adesão ao PRT/PERT		(5.062)	
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Multas)		(1.512)	
Provisão de impairment da Envimas por descontinuidade operacional da empresa		3.504	
Efeitos não recorrentes em resultado financeiro	–	**2.186**	–
Resultados com a adesão ao PRT/PERT (Juros)		270	
Reconhecimento IOF sobre operações entre partes relacionadas no PRT/PERT	–	1.916	
Efeitos não recorrentes em impostos	–	**(3.587)**	–
Resultados com a adesão ao PRT/PERT		(3.310)	
Provisão de Impostos Diretos da Conasa pela implantação do Built Suit, reconhecido diretamente em Patrimônio Líquido em 2018, em decorrência da vigência do CPC 47.	–	(277)	–
Lucro recorrente	**20.398**	**17.994**	**23.662**

PASSIVOS

Os passivos consolidados da Companhia se concentram nos financiamentos de longo prazo estruturados para realização de investimento pelas concessionárias. O quadro abaixo apresenta o fluxo de vencimento dos financiamentos para os próximos exercícios.



Pela natureza do financiamento de longo prazo, os fluxos de caixa operacionais das investidas serão suficientes para pagamento das obrigações. A Companhia espera aumentar nível de alavancagem, com a entrada em operação de novos negócios, como Via Brasil e Sanema, bem como investimentos previstos nas concessões em operação. As debêntures de infraestrutura autorizadas pelo Ministério das Cidades na Companhia Águas de Itapema foram emitidas em fevereiro de 2019, não estando contabilizadas no presente encerramento do exercício.

DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA

O EBITDA em comparação com a Dívida Líquida da Companhia é uma medição não contábil utilizada como indicativo para verificação da capacidade de geração de caixa para cumprimento das obrigações financeiras da empresa.

EBITDA	2018	2017 (reapresentado)[1]	2016 (reapresentado)[1]
Lucro Líquido	3.740	18.386	24.310
Imposto de Renda e Contribuição Social	15.909	9.031	9.667
Depreciação e Amortização	7.454	5.791	4.682
Resultado Financeiro	2.512	4.649	9.730
EBITDA	**29.615**	**37.858**	**48.389**
Amortização do Ativo Financeiro[2]	15.651	13.370	4.374
Efeitos não Recorrentes em Receita; Custos e Despesas[3]	16.658	1.009	(648)
EBITDA Ajustado	**61.924**	**52.237**	**52.115**
Margem EBITDA Ajustado	**50,52%**	**47,35%**	**41,60%**
Dívida Bruta	36.981	68.089	66.764
Disponibilidades	3.116	6.223	3.211
Conta Reserva	–	–	4.395
Dívida Líquida	**33.865**	**61.866**	**59.158**
Dívida Líquida EBITDA Ajustado	**0,87 x**	**1,18 x**	**1,14 x**

[1] Reapresentação em relação às Demonstrações de 2017 e 2016 para melhor adequar às normas contábeis e ajustes promovidos pela Administração

[2] Amortização do ativo financeiro é parte da contraprestação paga pelo poder concedente às concessionárias nas Parcerias Público privadas, fazendo parte da remuneração das SPEs. A Administração adiciona aos ajustes de EBITDA por se tratar de fluxo de caixa positivo de fato operacional das investidas.

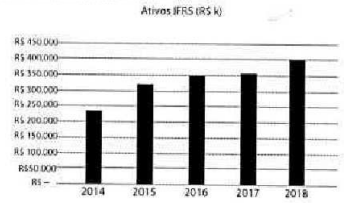
[3] Efeitos não recorrentes que afetam EBITDA demonstrados conforme seção de Lucro Líquido.

A evolução do indicador consolidado acima demonstra a redução da alavancagem da Companhia e suas investidas e solidez financeira agregada nos últimos anos com a execução do plano de negócios.

A redução do indicador se deu essencialmente pela amortização de dívidas nas investidas, previstas em cada plano de negócios, e pela agregação de receitas, seja através de reequilíbrios econômicos dos atuais projetos operacionais ou da conquista de novos negócios. Conforme já comentado, as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são suficientes para o cumprimento das obrigações contratuais de investimento nos projetos operacionais e para pagamento dos financiamentos já contratados. Além disso, o atual nível de geração de caixa e alavancagem permitirão a conquista de novos negócios e o financiamento dos investimentos.

ATIVOS

Quanto aos ativos relevantes da Companhia, há concentração do ativo em investimentos realizados nos atuais projetos operacionais, especialmente nos ativos intangíveis vinculados às concessões e ativos financeiros vinculados às PPPs. Os ativos intangíveis e financeiros concentram a totalidade dos investimentos que serão revertidos aos poderes concedentes ao final de cada período de concessão. A Companhia aumentou sua base de ativos regulatórios de R$ 175.477 em 2017 para R$ 220.268 em 2018, fruto de um investimento em ativos intangíveis e financeiros de R$ 44.791 no exercício de 2018. O ativo da Companhia também é composto por Títulos e Valores Mobiliários caracterizados por títulos de dívida de empresas do próprio grupo econômico e outros. O quadro abaixo apresenta a evolução do total do ativo.



CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período 2018. A remuneração dos auditores no exercício de 2018 foi de R$ 123 pela auditoria da Companhia, somado ao valor de R$ 287 pela auditoria de sociedades controladas, coligadas ou investidas. A contratação do mesmo auditor para todas as empresas do grupo permite um processo eficiente de auditoria.

Cláusula Compromissória

A CONASA está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social, já adaptado para listagem no ambiente do Bovespa Mais.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		15.795	17.899	103.138	100.719
Caixa e equivalentes de caixa	4	32	5	3.116	6.223
Contas a receber de clientes	5	732	603	15.889	20.160
Ativo financeiro	15	–	–	15.820	11.839
Impostos a recuperar	6	575	512	6.664	3.791
Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços	7	–	–	5.423	6.638
Adiantamentos	8	117	1.019	8.221	4.677
Partes relacionadas	9	509	2.232	2.294	383
Títulos de valores mobiliários	10	13.708	12.941	45.528	45.860
Outros ativos circulantes		122	12	183	1.148
Dividendos a receber		–	575	–	–
Não circulante		220.805	214.803	296.246	258.567
Ativo financeiro	15	–	–	36.865	10.567
Partes relacionadas	9	7.627	7.520	17.808	18.701
Títulos de valores mobiliários	10	35.275	29.189	9.266	9.843
Outros ativos não circulantes	11	6	358	861	13.827
Investimentos	12	176.742	173.088	48.516	32.101
Imobilizado	13	965	4.606	15.347	18.457
Intangível	14	190	42	167.583	153.071
Total do ativo		236.600	232.702	399.384	359.286

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante		10.781	20.923	88.827	78.484
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	3.359	3.247	26.413	26.557
Fornecedores	16	1.508	1.653	30.926	15.226
Salários a pagar	19	161	166	1.674	1.763
Encargos sociais a pagar	19	346	72	2.165	1.296
Encargos tributários a pagar	18	1.408	80	21.224	14.119
Impostos e contribuições parcelados	20	72	183	3.944	3.770
Partes relacionadas	9	3.304	–	1.443	93
Adiantamento de clientes	21	275	11.911	688	12.043
Dividendos propostos	24.4	348	3.611	348	3.611
Demais contas a pagar		–	–	2	6
Não circulante		10.644	11.532	78.382	59.970
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	5.090	5.779	43.278	41.531
Impostos e contribuições parcelados	20	598	521	16.289	8.681
Impostos diferidos	22	–	–	9.016	–
Partes relacionadas	9	4.236	4.249	8.393	8.678
Perda com investimentos	12	440	973	418	912
Provisão para contingências	23	280	10	988	168
Patrimônio líquido controladores		215.175	200.247	215.175	200.247
Capital social	24.1	167.338	162.687	167.338	162.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.6	–	4.651	–	4.651
Reserva de capital	24.5	(2.505)	(2.505)	(2.505)	(2.505)
Reservas de lucros	24.2	50.342	35.414	50.342	35.414
Participações de não controladores		–	–	17.000	20.585
Total do **patrimônio líquido**		215.175	200.247	232.175	220.832
Total do **passivo e patrimônio líquido**		236.600	232.702	399.384	359.286

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita operacional líquida	25	2.807	356	163.205	138.693
Custos dos serviços prestados	26	(1.089)	(181)	(104.052)	(83.160)
Lucro bruto		1.718	175	59.153	55.533
Receitas (despesas) operacionais		(3.515)	13.254	(36.992)	(23.467)
Despesas gerais e administrativas	27	(8.831)	(5.719)	(30.677)	(23.430)
Despesas comerciais	27	(154)	(24)	(6.526)	(3.696)
Outras receitas (despesas)	28	8.029	1.279	(4.896)	(2.369)
Resultado com equivalência patrimonial	12.b	(2.559)	17.718	5.107	6.028
Resultado operacional **antes dos efeitos financeiros**		(1.797)	13.429	22.161	32.066
Resultado financeiro	29	9.243	1.808	(2.512)	(4.649)
Despesas financeiras		(385)	(2.123)	(12.680)	(10.887)
Receitas financeiras		9.628	3.931	10.168	6.238
Lucro **antes do imposto de renda e contribuição social**		7.446	15.237	19.649	27.417
Imposto de renda e contribuição social	35	(118)	(33)	(15.909)	(9.031)
Corrente		(118)	(33)	(14.848)	(13.177)
Diferido		–	–	(1.061)	4.146
Lucro líquido do **exercício**		7.328	15.204	3.740	18.386
Atribuível aos controladores	30	–	–	7.328	15.204
Atribuível aos não controladores	30	–	–	(3.588)	3.182
Lucro por ação - Reais	30	0,0483	0,0935	0,0483	0,0935

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Total do resultado abrangente do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Atribuível ao controladora	–	–	7.328	15.204
Atribuível ao não controladora	–	–	(3.588)	3.182

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receitas de prestação de serviços	3.051	369	173.970	147.327
Outros resultados	8.861	5.885	5.962	2.903
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(1.558)	(1.483)
	11.912	6.254	178.374	148.747
Insumos adquiridos de terceiros	(7.846)	(7.277)	(126.297)	(90.557)
Produtos químicos consumidos	–		(1.691)	(1.456)
Materiais consumidos	(1.013)	(13)	(3.259)	(9.247)
Energia elétrica	(67)	(58)	(21.113)	(20.734)
Outros custos de produtos e serviços	(77)	(168)	(5.064)	(8.773)
Custo de construção	–	–	(40.633)	(28.365)
Serviços de terceiros contratados	(3.252)	(1.273)	(8.789)	(8.396)
Perdas na realização e recuperação de ativos		–	7	(704)
Outras despesas operacionais	(3.437)	(5.765)	(45.755)	(12.882)
Valor adicionado bruto	4.066	(1.023)	52.077	58.190
Depreciações e amortizações	(164)	(479)	(6.716)	(5.791)
Valor adicionado líquido	3.902	(1.502)	45.361	52.399
Resultado da equivalência patrimonial	(2.559)	17.718	5.107	6.028
Receitas financeiras	9.628	3.931	10.168	6.238
Valor adicionado total a distribuir	10.971	20.147	60.636	64.665
Pessoal				
Remuneração direta e benefícios	2.069	2.067	13.349	13.636
Remuneração Direta	1.860	1.842	11.311	11.967
Benefícios	58	75	1.061	748
FGTS	151	150	977	921
	2.069	2.067	13.349	13.636
Impostos, taxas e contribuições				
Impostos, taxas e contribuições	848	2.454	30.481	23.059
Federais	697	2.437	25.682	19.313
Estaduais	18	17	376	99
Municipais	133	–	4.423	3.647
	848	2.454	30.481	23.059
Remuneração de capitais de terceiros				
Aluguéis	356	224	1.602	1.485
Juros e variações monetárias	370	198	11.464	8.099
	726	422	13.066	9.584
Lucro líquido do exercício não distribuído	7.328	15.204	7.328	15.204
Participação de não controladores	–	–	(3.588)	3.182
Total	10.971	20.147	60.636	64.665

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

Consolidada — Controladora — Reservas de lucros

	Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Transação de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		158.187	151	–	1.191	16.972	1.421	–	177.922	20.503	198.425
Aumento de capital		4.500	–	–	–	–	–	–	4.500	–	4.500
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	4.500	–	–	–	–	–	4.500	–	4.500
Reversão de dividendos		–	–	–	–	–	4.237	–	4.237	–	4.237
Transação de capital		–	–	(2.505)	–	–	–	–	(2.505)	–	(2.505)
Participação de não controladores		–	–	–	–	–		–	–	(3.100)	(3.100)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–		–	15.204	15.204	3.182	18.386
Destinação:											
Constituição da reserva legal		–	–	–	760	–	–	(760)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(3.611)	(3.611)	–	(3.611)
Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	–	10.833	–	(10.833)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017		162.687	4.651	(2.505)	1.951	27.805	5.658	–	200.247	20.585	220.832
Aumento de capital		4.651	(4.651)	–	–	–	–	–	–	–	–
Ajustes IFRS 15/CPC 47	24.7	–	–	–	–	4.607	–	–	4.607	–	4.607
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	7.328	7.328	(3.588)	3.740
Destinação:											
Constituição da reserva legal		–	–	–	367	–	–	(367)	–	–	–
Dividendos mínimos obrigatórios		–	–	–	–	–	–	(348)	(348)	–	(348)
Reversão de dividendos do exercício de 2017	–	–	–	–	3.341	–	–	–	3.341	–	3.341
Constituição da reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	6.613	–	(6.613)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		167.338	(2.505)	5.659	5.659	39.025	5.658	–	215.175	17.000	232.175

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	7.328	15.204	3.740	18.386
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do **exercício ao caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais:**				
Depreciação e amortização	164	226	6.716	5.538
Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.014	–	1.043	290
Provisão para contingências	270	(585)	820	(4.512)
Juros apropriados sobre empréstimos , financiamentos e debêntures	1.346	68	9.954	6.693
Juros apropriados sobre parcelamentos	80	112	432	(1.047)
Atualização sobre ativo financeiro	–	–	(6.463)	(2.205)
Tributos diferidos	–	33	1.061	13.832
Rendimentos sobre títulos valores mobiliários	(9.605)	(3.751)	(3.181)	(1.968)
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	1.558	342
Provisão para perdas - Águas de Santo Antônio	–	1.919	–	1.919
Perda com Investimentos Envimax	–	3.504	–	3.504
Resultado de equivalência patrimonial	2.559	(17.718)	(5.107)	(6.028)
Resultado atribuído a não controlador	–	–	–	(3.182)
Realização do "mais valia" sobre investimentos	738	253	738	253
(Aumento)/redução nos ativos:				
Contas a receber de clientes	9.058	1.480	11.900	(3.132)
Demais contas a receber e adiantamentos	(1.273)	(411)	4.367	(9.308)
Créditos tributários	(63)	(13)	(2.873)	2.139
Ativos destinados a aplicação nas concessões	–	–	1.215	(559)
Ativo financeiro (CIP) recebida	–	–	15.651	11.371
Aumento/(redução) nos passivos:				
Fornecedores	(145)	1.236	15.700	(1.199)
Encargos tributários a Pagar	256	(441)	13.988	143
Salários e encargos sociais a pagar	269	(221)	780	605
Impostos e contribuições parcelados	(114)	2.299	7.350	(3.079)
Adiantamentos de clientes	(11.636)	–	(11.355)	–
Demais contas a pagar	1.136	71	(1)	(106)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(1.330)	–	(6.954)	–
Caixa Líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	52	3.265	61.079	28.690
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(1.193)	(3.577)	(5.451)	(17.087)
Aquisção de debêntures emitidas por partes relacionadas	–	(5.000)	–	–
Recebimento de títulos e valores mobiliários	2.752	2.024	4.090	8.316
Ativo financeiro (receita de construção)	–	–	(39.467)	(16.236)
Dividendos recebidos	4.836	179	–	–
Aporte de capital social nas investidas	(10.464)	(1.250)	(9.240)	(1.250)
Transação de capital sobre aumento de capital na investida Sanesul	–	–	–	(2.505)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimentos	(4.069)	(7.624)	(50.068)	(28.762)
Terceiros:				
Captações de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.420	537	11.667	(5.369)
Amortizações de principal sobre empréstimos, financiamentos de debêntures	(2.013)	–	(25.562)	
Acionistas:				
Empréstimos entre partes relacionadas	4.907	(5.431)	47	(629)
Participação de não controladores	–	–	–	82
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	4.500	–	4.500
Lucros distribuídos	(270)	–	(270)	–
Aumento de capital	–	4.500	–	4.500
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	4.044	4.106	(14.118)	3.084
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	27	(253)	(3.107)	3.012
Caixa e equivalente de caixa				
Início do exercício	5	258	6.223	3.211
Final do exercício	32	5	3.116	6.223
Aumento líquido/(redução) do caixa e equivalentes de caixa	27	(253)	(3.107)	3.012

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CONASA INFRAESTRUTURA S.A. ("Companhia" ou "Grupo") é uma sociedade por ações de capital fechado, que atua como holding com foco em infraestrutura, participando como acionista em sociedades, especialmente nos setores de saneamento ambiental, iluminação pública e rodovias, com sede em Londrina/PR. Atualmente a Companhia é detentora de participação relevante, direta e indiretamente, em 18 empresas, sendo 11 concessões ou Parcerias Público Privadas ("PPPs") de saneamento básico, iluminação pública e, mais recentemente, rodovias, conforme descrito a seguir: **Companhia Águas de Itapema ("Águas de Itapema"):** A Águas de Itapema é concessionária dos serviços de abastecimento de água e tratamento de esgoto do Município de Itapema, Estado da Santa Catarina. Os serviços compreendem a execução de todos os investimentos e atividades necessárias à gestão dos sistemas para abastecimento de água e esgotamento sanitário, mediante a cobrança de tarifa, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2044	Concessionária dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário	Itapema-SC

Sanesalto Saneamento S.A. ("Sanesalto"): A Sanesalto é uma sociedade anônima de capital aberto, detentora do Contrato de Concessão de Tratamento de Esgoto da cidade de Salto – SP, conforme quadro abaixo:

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2032	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	Salto-SP

Águas de Santo Antônio S.A. ("Águas de Santo Antônio"): A Companhia é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social a concessão de água do município de Santo Antônio de Pádua, estado do Rio de Janeiro, pelo prazo de 30 anos, contados da assinatura do contrato, em 30 de abril de 2004. Em 12 de janeiro de 2017, o Prefeito do Município de Santo Antônio de Pádua, mediante o decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio, contra a qual a Águas de Santo Antônio está recorrendo judicialmente

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2004	2034	Concessionária do sistema de abastecimento de água.	Santo Antônio de Pádua-RJ

Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A. ("Sanesul"): A Sanesul é uma sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal atualmente a participação como sócia na Águas de Meriti Ltda., detendo 49% das cotas desta concessionária. **Águas de Meriti Ltda. ("Águas de Meriti"):** A Águas de Meriti é concessionária dos serviços de saneamento em São João do Meriti – RJ. Empresa iniciou a efetiva prestação dos serviços após a assinatura da ordem de serviço, no dia 21 de julho de 2015, assumindo o sistema de coleta de esgoto do município de 460 mil habitantes. A concessão tem prazo de duração de 30 anos

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2045	Concessionária do sistema de esgotamento sanitário	São João de Meriti - RJ

Sanetrat Saneamento S.A. ("Sanetrat"): A Sanetrat é uma sociedade por ações de capital fechado e tem por objeto social principal o tratamento de efluentes industriais e investimentos correlatos. **Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. ("Envimax"):** A Envimax é uma sociedade anônima de capital fechado e tem por objeto social a atuação em engenharia ambiental, notadamente remediação e saneamento de solo e aquífero subterrâneo. **Urbeluz Energética S.A. ("Urbeluz"):** A controlada Urbeluz é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de iluminação pública e projetos de eficientização energética. A Urbeluz opera principalmente na gestão de iluminação pública e eficiência energética, atuando como acionista em sociedades de propósito específico, concessionárias de Parcerias Público Privadas ("PPP") de eficiência energética e gestão de iluminação pública. Atualmente, a Urbeluz detém participação relevante na Alegrete, CaraguaLuz e MarabáLuz, destacadas abaixo. **Alegrete RJ Participações S.A. ("Alegrete"):** A Alegrete é uma sociedade por ações de capital fechado e foi constituída como sociedade de propósito específico para gestão e eficientização do parque de Iluminação pública e dos prédios públicos de São João de Meriti, conforme contrato de concessão administrativa. O prazo de vigência do contrato de concessão é de 25 anos, até 2039.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2014	2039	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública e dos prédios públicos do município	São João de Meriti-RJ

Caraguá Luz S.A. ("CaraguaLuz"): A CaraguaLuz é uma sociedade anônima de propósito específico, constituída para execução do Contrato de Concessão Administrativa firmada entre a respectiva SPE e a Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, que tem como objeto a eficientização e gestão do parque de iluminação pública o município. O prazo de concessão é de 13 anos, contados a partir do início da prestação dos serviços em 2015.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2015	2028	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Caraguatatuba-SP

Marabá Luz SPE S.A. ("MarabáLuz"): Em 18 de julho de 2016, a Companhia e a Urbeluz participaram do processo concorrencial 001/2016/CEL/PMM, de Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Marabá. Em 05 de setembro de 2016, a proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A sociedade de propósito específico foi criada e firmou o contrato com o Município para a concessão administrativa com prazo de 25 anos. A Companhia e a Urbeluz detêm respectivamente 25% e 55% da SPE. Após assinatura do Contrato, em 25 de janeiro de 2017, o Município solicitou a anulação do contrato, através de ato decisório. A concessionária ingressou com Mandado de Segurança e Ação de Conhecimento solicitando o cancelamento da anulação, na qual obteve decisão favorável em 1ª instância e aguarda processo para início da PPP. **Mauá Luz Ltda. ("Maua Luz"):** A Mauá Luz é uma sociedade de propósito específico para execução da Parceria Público Privada da gestão de iluminação pública do Município de Mauá. A proposta foi homologada e o consórcio convocado para assinatura do contrato. A concessão administrativa será de 35 anos, contados desde o início da prestação dos serviços em dezembro de 2016.

Início	Fim	Atividade	Cidade/UF
2016	2051	Concessionária responsável pela gestão e eficientização do parque de iluminação pública do município	Mauá - SP

Construtora Luz de Mauá Ltda. ("Construtora LM"): A Construtora LM é uma sociedade criada para execução de obras de eficientização energética, trabalhando em regimes de empreitada global ou parcial, bem como em regime de administração, na qual a Companhia detém 20% das cotas. **Conasa SPE S.A. ("CONASA SPE"):** A Sociedade de propósito específico - SPE foi constituída em 9 de maio de 2014, e tem por objeto social realizar investimentos capazes de financiar a expansão de projetos de exploração de serviços públicos e/ou privados em saneamento, em parceria com sua controladora Conasa. **ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A ("ASB"):** Em fevereiro de 2017, a Companhia adquiriu 34% das ações da ASB, empresa controladora da Sanema Saneamento de Maceió Ltda. **Sanema – Saneamento de Maceió Ltda. ("Sanema"):** A Sanema detém contrato de locação de ativos de sistema de coleta e tratamento de esgoto na cidade de Maceió/AL com a CASAL Companhia de Saneamento de Alagoas. O contrato terá duração de 32 anos com entrega da infraestrutura em 2 anos e consequente locação dos bens a CASAL por 30 anos. A ordem de serviço foi recebida pela Sanema em novembro de 2017. **Consórcio Via Brasil ("Consórcio Via Brasil"):** Em 28 de fevereiro de 2018, a Companhia participou do processo de concessões de rodovias do Estado do Mato Grosso, como líder do Consórcio Via Brasil (40% de participação). O Consórcio arrematou, em leilão organizado pela B3, a concessão para conservação, recuperação e manutenção rodoviária de dois lotes de estradas estaduais no Mato Grosso, envolvendo os trechos de 111,9 km da rodovia MT-100, em Alto Araguaia (Lote 1), e de 188,2 Km da rodovia MT-320/MT-208, em Alta Floresta (Lote 2). A concessão dos 300,1 km de rodovias será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Governo de Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R$ 16 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 351 milhões (Lote 1) e R$ 370 milhões (Lote 2). **Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 100"):** Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil em 2018, a Via Brasil MT 100 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 100, assumindo a rodovia em 24 de setembro de 2018.

Início	Fim	Atividade	UF
2018	2048	Concessionária responsável pela gestão das Rodovias MT 100	Mato Grosso

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Via Brasil MT 320"): Com a homologação da proposta do Consórcio Via Brasil, a Via Brasil MT 320 foi criada como sociedade anônima de propósito específico e assinou o Contrato de Concessão da MT 320 em 12 de abril de 2019.

Início	Fim	Atividade	UF
2019	2049	Concessionária responsável pela gestão das Rodovias MT 100	Mato Grosso

1.1. **Planos da Administração:** A Companhia tem como foco participação em concessões que consistem na exploração de projetos de infraestrutura mediante arrecadação de tarifas e recebimento de contraprestações, notadamente nos ramos de saneamento, iluminação pública e rodovias. Os planos de negócio das controladas e coligadas incluem, notadamente durante a expansão dos sistemas, necessidades de capital, causando eventuais desequilíbrios financeiros de curto prazo apontados por capital circulante líquido negativo ou patrimônio líquido negativo. A situação econômico financeira de suas controladas e coligadas é controlada pela Companhia através de análises de balanço e análise do plano de negócios, com a projeção dos fluxos de caixa. Os planos da Administração estão baseados nos planos de negócio de cada concessão que preveem fase de investimentos e retorno financeiro de cada concessão. As informações contábeis da Companhia foram preparadas considerando o pressuposto de continuidade normal dos negócios. **2. Aprovação da emissão das demonstrações contábeis:** A administração da Companhia aprovou a apresentação das presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 30 de maio de 2019. **3. Apresentação das informações contábeis: 3.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **3.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes das registradas, devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas contábeis, críticas, julgamentos e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, em milhares de reais e com arredondamento na última decimal. **3.3. Base de consolidação:** As datas das demonstrações financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para a consolidação e cálculo de equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia. A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Controlada, incluídas na consolidação são como segue:

	Participação acionária	
Controladas diretas	31/12/2018	31/12/2017
Águas de Santo Antonio S.A.	100,00%	100,00%
Companhia Águas de Itapema	100,00%	100,00%
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	100,00%
Conasa SPE S.A.	99,99%	99,99%
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	50,00%
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A.	89,91%	89,91%
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	100,00%	57,50%
Controladas indiretas		
Alegrete RJ Participações S.A.	50,00%	50,00%
Caragua Luz S.A.	30,00%	30,00%
Coligadas (*)		
Sanesalto Saneamento S.A. (**)	49,95%	49,95%
Mauá Luz Ltda.	20,00%	20,00%
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	20,00%
Via Brasil MT-100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	0,00%
Via Brasil MT-320 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	0,00%
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	34,03%
Coligadas indiretas (*)		
Concessionária Águas de Meriti Ltda.	49,00%	49,00%
Sanema Saneamento de Maceió Ltda.	33,33%	33,33%

(*) Empresas que não consolidam nestas demonstrações financeiras. (**) Totalidade das ações adquiridas, com transferência dos 51,05% a termo em 2025 ou com autorização dos debenturistas da Sanesalto para troca de controle, ainda não obtida.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

Transações eliminadas na consolidação: Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **3.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o "Real", pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em milhares de reais. **3.5. Resumo das principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **3.5.1. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participação de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial", se existirem. **(c) Transações com participação de não controladores:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **(d) Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor. As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Grupo. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras. Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas e joint ventures inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por impairment acumulada. A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas do Grupo. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação do Grupo. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **3.5.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos, financiamentos e debêntures", no passivo circulante. **3.5.3 Ativos e passivos financeiros: 3.5.3.1 Ativo Financeiro - Classificação:** Até 31 de dezembro de 2017, a Companhia classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos. Conforme permitido pelas regras de transição do CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º. de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantinha instrumentos financeiros classificados apenas na categoria de custo amortizado. • Custo amortizado: Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados no custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, ativos financeiros, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber e saldos a receber da Agência Nacional de Águas – ANA.. **3.5.3.2 Passivo Financeiro - Classificação:** A Companhia classifica seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para empreiteiros e fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures, serviços a pagar, saldos a pagar decorrente de Parceria Público-Privada – PPP e compromissos de contratos de programa. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. **3.5.4 Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificados como não circulantes. A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas. A análise é realizada com base em dados objetivos do "contas a receber", histórico de recebimentos, garantias existentes, e pelas expectativas de perdas futuras. **3.5.5 Ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços:** Os ativos destinados a aplicação nas concessões e serviços são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação destes ativos é o da média ponderada móvel. Os custos destes ativos incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de materiais. Estes ativos são materiais destinados ao consumo, a alocação em serviços a serem prestados e à manutenção das infraestruturas de: a) tratamento e distribuição de água; b) coleta e tratamento do esgoto e c) manutenção de iluminação pública. Os materiais destinados às construções da infraestrutura vinculada à concessão das Controladas são classificados como "ativo intangível em curso". As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **3.5.6. Ativos financeiros de concessão:** Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão (construção e/ou melhorias) são reconhecidos como "Ativo financeiro", quando as concessionárias possuem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente pelos serviços de construção/melhoria, e o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. Além disso, o valor a ser ressarcido independe da utilização do serviço pelo público. O ativo financeiro de concessão é constituído com a execução dos investimentos previstos nos contratos de concessão mensurados pelo valor justo. O valor justo é determinado pelo preço definido contratualmente, quando há, ou pelo custo de aquisição. Posteriormente, o ativo financeiro é atualizado pela Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro ("TRAF") e amortizado pelo recebimento de contraprestações. No início de cada concessão é estimada pela Companhia a TRAF por meio de componentes internos e de mercado. Esta taxa remunerará o ativo financeiro no prazo de concessão, e periodicamente é revisada. O saldo do ativo financeiro de concessão reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São considerados no fluxo de caixa futuro as estimativas das Companhia na determinação da parcela mensal da contraprestação pecuniária que deve remunerar a infraestrutura. **3.5.7. Ativos intangíveis: Intangível - Contratos de concessão:** A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e coligadas, opera contratos de concessão incluindo a prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, fornecimento de água e coleta de esgotos, gestão de iluminação pública e outros; firmados com o poder concedente. A Companhia, suas controladas e coligadas reconhecem o ativo intangível ou ativo financeiro à medida em que realiza os investimentos vinculados no Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos ou contraprestação devida pelo poder concedente, conforme ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão e OCPC 05 – Contratos de concessão. Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão, ou no ativo financeiro, quando a contraprestação é devida diretamente pelo concedente ou a recuperação do ativo for superior ao prazo do Contrato de Concessão. Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor. Nos ativos financeiros, a amortização se dá pela parcela da contraprestação definida para amortização do ativo. **b) Ágio:** O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. **c) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **3.5.8. Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente escritórios e ativos não vinculados às concessões e PPPs. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Taxa de depreciação ao ano
Edificações	10 %
Instalações	10 %
Máquinas e equipamentos	10 %
Equipamentos de informática	20 %
Móveis e utensílios	10 %
Veículos	20 %

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas/despesas, líquidos" na demonstração do resultado. **3.5.9. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido. **3.5.10. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **3.5.11. Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Instrumentos financeiros compostos, os quais incluem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pelo Grupo compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo. O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pelo Grupo com emissão do título, e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos. Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.5.12. Provisões:** As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **3.5.13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **3.5.14. Capital social**: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **3.5.15. Reconhecimento da receita:** As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre a mesma, abatimentos e descontos. As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados. Para as receitas dos municípios permissionários que não pagam a fatura integral, a Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa no momento do faturamento em conta redutora da receita. A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos. **a) Receitas e despesas financeiras:** A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros conforme juros obtidos através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **b) Receitas de construção:** A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 (Contratos de Concessão) e CPC 47 (R1)/IFRS 15 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, onde a Companhia estima que o valor justo de sua constraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos mais margem. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula, exceto em casos que o contrato estabeleça de forma objetiva o valor contratual envolvido, como no caso da coligada Sanema, estabelecendo margem entre o valor do contrato e o custo orçado. As receitas com prestação de serviços são decorrentes de contratos de manutenção ou construção de obras em saneamento e gestão de iluminação pública com os municípios e empresas privadas. É divulgado para os contratos em andamento, ao término do período de reporte: (a) o montante agregado de custos incorridos e os lucros reconhecidos (menos as perdas reconhecidas) até a data; (b) o montante de adiantamentos recebidos; e (c) o montante de retenções. **c) Receita de remuneração dos ativos de concessão: Corresponde** à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor de investimento. **d) Receitas de operação e manutenção:** Após a fase de implantação da infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor efetivamente recebido. **3.5.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral/Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **3.6. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.7. Mudanças em políticas contábeis: 3.7.1. Novas normas, interpretações e alterações com aplicação efetiva desde 1º de janeiro de 2018:** As seguintes normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018: • IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e substitui a orientação no IAS 39/CPC 38, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de impairment para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas (doravante denominado modelo de perdas esperadas), em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Os impactos de adoção dessa norma não são materiais, exceto pela classificação dos ativos financeiros conforme descrito na nota 33.3. • IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes", essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Essa norma baseia-se no princípio de que a receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente, assim, o princípio de controle substituirá o princípio de riscos e benefícios. Ela substitui o IAS 11/CPC 17 - "Contratos de Construção", IAS 18/CPC 30 - "Receitas" e correspondentes interpretações. Os impactos de adoção dessa norma estão demonstrados na Nota 24.7. **3.7.2. Novas normas que ainda não estão em vigor:** A seguinte nova norma foi emitida, mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). • IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil": com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações. A norma irá afetar, em especial, a contabilização dos arrendamentos operacionais da Companhia. Com relação aos efeitos do IFRS 16 / CPC 06(R2) - Leases, a controlada Águas de Itapema firmou contrato de locação sob medida na modalidade de built to suit. Conforme o IFRS 16 / CPC 06(R2), a partir da entrega definitiva do imóvel, que se deu em dezembro de 2018, assim, o contrato de locação foi reconhecido como passivo e os ativos reversíveis foram reconhecidos como ativos intangíveis da controlada (direito de uso). Esses foram os principais impactos, e a Companhia acompanha demais situações para poder finalizar o processo de avaliação de sua adoção plena a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia e suas controladas pretendem aplicar a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção. Ativos de direito de uso relativos a arrendamentos de propriedades serão mensurados na transição como se as novas regras sempre tivessem sido aplicadas. Todos os outros ativos de direito de uso serão mensurados ao valor do passivo de arrendamento no momento da adoção (ajustado em relação a quaisquer despesas de arrendamento pagas antecipadamente ou acumuladas). A Companhia e suas controladas, estimam que a adoção dessa norma resultará na contabilização de ativos de direito de uso e passivo de arrendamento nos valores de R$ 1.978, respectivamente. Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e equivalentes de caixa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e saldos em conta corrente	11	5	376	593
Aplicação liquidez imediata (a)	21	–	2.740	2.618
	32	5	3.116	6.223

(a) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem mudança significativa de valor. O valor contábil é próximo ao seu valor justo. Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 100% do CDI (100% do CDI em 2017). **5. Contas a receber de clientes**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber - saneamento	–	–	9.499	8.419
Contas a receber - partes relacionadas	732	603	275	131
Contas a receber - iluminação pública	–	–	3.083	5.662
Contas a receber - demais clientes	–	–	247	428
Fornecimento a faturar (*)	–	–	8.812	9.989
(–) Provisão estimada crédito liquidação duvidosa	–	–	(6.027)	(4.469)
	732	603	15.889	20.160

(*) O fornecimento a faturar corresponde ao reconhecimento da receita do serviço prestado em campo conforme suas medições, porém não faturado até o encerramento do exercício, obedecendo o regime da competência. A Companhia registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes e consumidores. Além disso, a Companhia tem como política reconhecer como perda os saldos vencidos há mais de 180 dias, além de avaliar a estimativa de determinadas perdas esperadas. A provisão de créditos de liquidação duvidosa (PCLD) tem representatividade apenas na Companhia Águas de Itapema S.A. A Companhia e suas controladas avalia periodicamente suas contas a receber a fim de identificar e reconhecer possíveis perdas independente do prazo de seus vencimentos. Abaixo, a abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
A vencer - faturados	732	603	3.011	2.989
A vencer - a faturar	–	–	8.812	9.989
Vencidos de 1 a 30 dias	–	–	3.003	2.029
Vencidos de 31 a 60 dias	–	–	1.891	184
Vencidos de 61 a 180 dias	–	–	1.473	1.493
Vencidos acima de 180 dias	–	–	3.726	7.945
(–) Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	–	–	(6.027)	(4.469)
	732	603	15.889	20.160

6. Impostos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
PIS a recuperar	–	–	82	81
COFINS a recuperar	–	–	367	354
ISS a recuperar (a)	499	499	515	594
INSS a compensar (b)	–	–	2.051	39
IRRF a compensar	–	–	854	265
IRPJ a recuperar	46	–	1.902	1.763
CSLL a recuperar	–	–	834	672
Outros impostos a recuperar	30	13	59	23
	575	512	6.664	3.791

(a) O ISS a recuperar na controladora refere-se à retenção na prestação de serviços em contrato emergencial com o município de Palhoça - SC que se encerrou em 2016, com retenção de 5% e valor devido efetivo de 2%. **(b)** Em 2017, a controlada Urbeluz inseriu no PERT, créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, não consolidados no PERT em 2018. Com isso, a controlada utilizará os créditos para compensação de INSS dentro dos próximos exercícios. **7. Ativos destinados à aplicação nas concessões e serviços:** O almoxarifado e os ativos a serem alocados nas concessões e serviços a serem prestados são provenientes das controladas Águas de Itapema S.A., Urbeluz Energética S.A., Caraguá Luz S.A. e Alegrete RJ Participações S.A.:

	Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017
Materiais de uso e consumo	358	269
Bombas e equipamentos	318	305
Tubos e conexões para água	121	105
Tubos e conexões para esgoto	950	950
Postes e acessórios	293	254
Fios e cabos	243	257
Lâmpadas e luminárias	1.658	1.305
Reatores e relés	201	242
Ferragens e acessórios	250	330
Outros materiais para manutenção	224	1.494
Mercadoria para aplicação - adiantamento	807	1.127
	5.423	6.638

Os respectivos ativos estão avaliados ao custo médio. A Administração possui procedimentos de análise tempestiva de riscos de perda destes ativos e avaliou que os valores estão registrados no mínimo pelo seu custo recuperável.

8. Adiantamentos:	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento a funcionários	14	18	84	78
Adiantamento a fornecedores (a)	–	–	7.582	3.422
Outros	103	1.001	555	1.177
	117	1.019	8.221	4.677

(a) Adiantamentos a fornecedores realizados pela controlada Urbeluz, que derivam de antecipações, principalmente para aquisição de produtos e ativos que serão utilizados na prestação de serviços, nos próximos doze meses.

9. Partes relacionadas: 9.1. Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Companhia Águas de Itapema (a)	–	1.496	–	–
Sanetrat Saneamento S.A. (a)	–	353	–	–
Consórcio Construtor Catarinense	509	383	509	383
	509	2.232	509	383
Mútuos				
Consórcio Caraguá	–	–	1.123	–
Fortnort Desenvolvimento Ambiental e Urbano Ltda	–	–	662	–
	–	–	1.785	–
	509	2.232	2.294	383
Ativo não circulante				
Adiantamento para futuro aumento de capital e outras operações				
Envimax Serviços Ambientais S.A.	33	33	–	–
Maua Luz Ltda	266	120	266	190
Conasa SPE S.A. (a)	–	654	–	–
Sanesalto Saneamento S.A. (a)	–	1.112	–	1.112
Águas de Santo Antônio (d)	8.437	5.562	–	–
Urbeluz Energética S.A. (a)	4.547	4.547	–	–
Sanesul Construtora Saneamento do Sul S.A (e)	1.646	340	–	–
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (a)	1.130	714	1.131	714
Concessionária Águas de Meriti Ltda (b)	–	–	831	740
Marabá Luz Ltda	–	–	–	413
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.	5	–	5	–
Outros	–	–	–	28
	16.064	13.082	2.233	3.197
Mútuos				
Cobrapar Companhia Brasileira de Participações Ltda (c)	–	–	14.537	14.537
Outros	–	–	1.038	967
	–	–	15.575	15.504
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	(8.437)	(5.562)	–	–
	7.627	7.520	17.808	18.701
	8.136	9.752	20.102	19.084

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante				
Mútuos a pagar				
Águas de Itapema	1.954	–	–	–
Sanesalto Saneamento S.A.	1.345	–	1.345	–
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	5	–	5	–
MLF Consultoria Ltda	–	–	53	53
GPI Participações em Investimentos	–	–	40	40
	3.304	–	1.443	93
Passivo não circulante				
Créditos tributários a pagar				
Sanesalto Saneamento S.A. (f)	4.236	4.249	8.393	8.678
	4.236	4.249	8.393	8.678
	7.540	4.249	9.836	8.771

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Receita de locação de veículos e equipamentos				
Companhia Águas de Itapema	189	177	–	–
Sanesalto Saneamento S.A.	104	105	104	105
Sanetrat Saneamento S.A.	105	87	–	–
	398	369	104	105
Outras receitas operacionais				
Companhia Águas de Itapema	3.889	3.569	–	–
Sanesalto Saneamento S.A.	1.962	1.556	1.962	1.503
Sanetrat Saneamento S.A.	534	374	–	–
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	56	–	56	–
Urbeluz Energética S.A.	106	–	–	–
Alegrete RJ Participações S.A.	27	–	–	–
Caraguá Luz S.A.	15	–	–	–
Consórcio Caraguá	12	–	5	–
	6.601	5.499	2.023	1.503
	6.999	5.868	2.127	1.608

(a) Os saldos referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital às concessionárias (controladas e coligadas), que necessitam de investimentos acentuados nos primeiros anos de concessão, fruto de determinação contratual de investimentos de infraestrutura de expansões e de adequações da estrutura atual com o fim de melhoria do serviço público. Cabe mencionar, que o grupo não tem como prática interna a remuneração sobre estes adiantamentos, dar e/ou tomar garantias e não há prazo determinado de liquidações. (b) A Sanesul realizou aportes destinados a concessão da Aguas de Meriti Ltda., que deverão ser convertidos em integralização de capital em períodos subsequentes. (c) Em 01/09/2011 a Urbeluz Energética S.A realizou operação de mútuo com sua antiga controladora Cobrapar - Companhia Brasileira de Participações, para investimento desta em Pequenas Centrais Hidrelétricas ("PCHs"). O vencimento do respectivo contrato era 31/12/2015. Em virtude de inadimplemento, em 6 de março de 2017 a Companhia ingressou com processo de execução judicial para reaver o montante emprestado. A Urbeluz solicitou, judicialmente, que parte dos valores referentes à venda dos projetos de PCHs de propriedade da Cobrapar sejam bloqueados como garantia de pagamento do mútuo acima informado. A Administração julga que não há riscos de realização, pois a Cobrapar é acionista da Companhia (43%), e o valor poderá ser realizado por meio de retenção de proventos ao acionista devedor, bem como retenção de distribuição de dividendos, ou as próprias ações. A Companhia cessou o reconhecimento de juros remuneratórios do mútuo com a Cobrapar em 31 de dezembro de 2017, como provisão sobre saldos. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo atualizado do mútuo era de R$ 19.786. (d) Em virtude da caducidade do contrato de concessão da Águas de Santo Antônio, os aportes e mútuos efetuados a Companhia, foram provisionados no exercício de 2016 e 2017 para perdas devido riscos de realização do saldo, após terem sido esgotadas todas as possibilidades de retomada dos negócios da investida, mediante discussão com o órgão competente, no qual discute-se a indenização de ressarcimento do ativo investido. A Companhia, mesmo pleiteando a indenização, resolveu constituir a provisão para perda. (e) Os aportes realizados na Sanesul destinaram-se ao investimento na concessão da Aguas de Meriti Ltda. (f) Com o advento do PERT - Programa Especial de Regularização Tributária em 2017, a controladora e coligadas adquiriram junto a Sanesalto Saneamento S/A créditos tributários para compensação dos débitos tributários na adesão ao programa. Sendo a controladora no valor de R$ 4.469, as coligadas Companhia Águas de Itapema R$ 3.468 e Sanetrat Saneamento S/A R$ 689. **9.2. Avaliação do valor recuperável:** De forma a acompanhar os riscos associados à continuidade de negócios, a Companhia realiza anualmente uma avaliação do plano de negócios de todas as Companhias em que participa, projetando o fluxo de caixa futuro e o retorno dos investimentos realizados. A Administração avalia se os ativos relacionados serão devidamente remunerados durante o prazo da concessão ou PPPs. Até o momento, não identificaram perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como não foram reconhecidas quaisquer despesas de dívidas incobráveis relacionadas às transações com partes relacionadas. **9.3. Remuneração dos administradores:** A Assembleia Geral definiu remuneração aos administradores de R$ 1.200 por ano. A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego, outros benefícios e não tem como política remuneração baseada em ações. No exercício de 2018 os administradores receberam o montante de R$ 1.200, sendo este mesmo valor remunerado no exercício de 2017. **10. Títulos de valores mobiliários: 10.1. Composição**

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Ativo circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	11.771	12.236	13.839	14.171
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (d)	1.937	705	–	–
Cédula crédito imobiliário (b)	–	–	31.689	31.689
	13.708	12.941	45.528	45.860
Ativo não circulante				
Títulos de valores mobiliários				
Debêntures públicas (6,25% a.a. + IGP-M) (a)	–	–	9.218	9.799
Debêntures privadas (12% a.a. + IGP-M) (c)	31.889	24.546	–	–
Debêntures privadas (CDI + 5,2% a.a) (d)	3.386	4.643	–	–
Aplicações financeiras permanentes	–	–	48	44
	35.275	29.189	9.266	9.843

10.2. Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2018	42.130	55.703
(–) Recebimentos do principal	(1.823)	(2.660)
(–) Recebimentos de juros	(929)	(1.430)
(+) Reconhecimento de juros sobre parcelas em atraso	56	61
(+) Atualização de juros sobre saldo devedor	9.549	3.120
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	**48.983**	**54.794**

(a) A controlada Conasa SPE S.A., adquiriu em 16 de dezembro de 2014, títulos de debêntures públicas não conversíveis em ações emitidas pela Sanesalto Saneamento S.A., por meio de negociação privada. O título é remunerado a juros anual de 6,25% e pela variação do IGP-M. Está sendo amortizado em 120 parcelas mensais, com o primeiro vencimento em 26 de junho de 2015 e o último vencimento em 26 de maio de 2025. A Controladora também mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 11.771, de emissão de sua coligada Sanesalto. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 6,25% no ano e atualização monetária através do IGP-M. A estimativa da Administração é alienar tais investimentos nos próximos 12 meses. A Administração da Companhia possui plano de venda com perspectiva de alienação até 12 meses, e está em negociação com os possíveis compradores. (b) Em 30 de maio de 2014 e 5 de agosto de 2014, as Companhias Brasil Food Service Group S.A. - BFG e Vênus Capital e Participações S.A. (denominadas emissoras-cedentes), cederam e transferiram o direito das Cédulas de Crédito Imobiliário- CCI nº 0001 e 0002 à controlada Sanetrat Saneamento S.A.. A Sanetrat adquiriu estas CCIs pelos montantes de R$ 16.500 e R$ 12.184, respectivamente. Estas CCIs securitizaram os recebíveis de Contrato de Arrendamento, firmado entre as emissoras-cedentes mencionadas acima e a Marfrig Alimentos S.A.. A CCI é emitida com garantia real imobiliária, a alienação fiduciária do imóvel localizado em Nova Xavantina/MT, devidamente registrada na matrícula do imóvel objeto da garantia, de nº 12.342 do 1º Ofício de Registro de Imóveis de Nova Xavantina/MT ("Imóvel"). Em relação à alienação fiduciária, o valor do imóvel dado em garantia é superior ao valor contábil das duas CCIs cedidas e transferidas à Sanetrat, tendo sido avaliado em março de 2019 pelo valor total de R$ 43.338. Existe ação de falência, na qual a Vênus adquiriu o Imóvel, que determinou o arresto dos valores pagos a título do arrendamento pela Marfrig à Brasil Food Service Group S.A., que estavam cedidos parcialmente à Sanetrat, a fim de garantir os créditos pendentes da falência. Os créditos somavam cerca de R$ 30.000 e se caracterizam em sua maioria Antecipação de Contratos de Câmbio ("ACC"), quitados no processo de Falência com os arrendamentos pagos pela Marfrig. Com a quitação dos ACCs, a Sanetrat obteve decisão em 1ª instância para liberação da hipoteca judicial sobre o imóvel de Nova Xavantina, garantia das CCIs. A decisão foi suspensa em caráter liminar na 2ª instância, pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em dois agravos de instrumento, a pedido de terceiro, antigo proprietário da empresa falida. No julgamento do mérito de ambos os agravos, o mais recente em 27 de março de 2019, o Tribunal de Justiça de São Paulo manteve a decisão de 1ª instância, favorável à Sanetrat, e suspendeu a liminar concedida. A despeito da discussão que está sendo travada nos autos da Ação de Falência, não há processo judicial questionando a validade do crédito da Sanetrat ou da alienação fiduciária. A Ação de Falência bloqueou recebíveis atrelados à CCI em discussões judiciais de senioridade de recebimento, já superadas em 1ª instância e em 2ª instância. A expectativa da Administração, em análise conjunta de seus assessores jurídicos é de liberação da hipoteca, tendo em vista a confirmação pelo Tribunal de Justiça de São Paulo da decisão de 1ª instância e alienação das unidades industriais à Marfrig ou à terceiro ainda no exercício de 2019. Neste caso, a Sanetrat irá exercer o direito de resgate antecipado previsto na Cláusula 12 da CCI e eventual execução da alienação fiduciária, recebendo a totalidade dos valores decorrentes da CCI ou exercendo a liquidação do bem alienado fiduciariamente. A Companhia cessou o reconhecimento de juros remuneratórios da CCI em 31 de dezembro de 2015, como provisão sobre saldos eventualmente não cobertos pela garantia da alienação fiduciária em liquidação forçada. (c) A Controladora mantém aplicações em debêntures, no montante total de R$ 31.889 (R$ 24.546 em 2017), de emissão de sua controlada Companhia Águas de Itapema, com vencimento em 2 de julho de 2029. Este valor é atualizado com juros remuneratórios de 12% ao ano e atualização monetária através do IGP-M. A Companhia detém debêntures privadas no montante de R$ 5.323 (R$ 5.348 em 2017) de emissão de sua controlada Alegrete. A debênture tem vencimento em abril de 2022 e juros remuneratórios de CDI + 5,2% a.a.. **11. Outros ativos não circulantes:** Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica "outros ativos não circulantes" estão compostos de depósitos recursais, de aluguéis a apropriar, de créditos de contratos de concessão (indenizações), de investimentos em MIP (manifestação de interesse da iniciativa privada), além de créditos com terceiros para execução de obras, e está representada da seguinte forma:

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Depósitos recursais	6	358	285	562
Aluguéis a apropriar (a)	–	–	–	2.608
Indenizações de contratos de concessão (b)	–	–	–	5.039
Investimentos em MIP's (c)	–	–	576	1.185
Créditos com terceiros (d)	–	–	–	6.433
	6	358	861	15.827

(a) Em 5 de fevereiro de 2016 a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, com respectivo valor de locação de R$ 164 mensal. Em 2018 foi firmada a entrega da obra, tendo o reconhecimento do arrendamento financeiro, através do passivo a valor presente e do direito de uso no ativo. (b) Em 22 de fevereiro de 2016, o Município de Santo Antônio de Pádua decretou intervenção na Águas de Santo Antônio, conforme artigo 32 da Lei de Concessões (Lei 8.987/95). Com a intervenção, a Companhia deixou de consolidar os ativos, passivos e os resultados da Águas de Santo Antônio a partir da efetivação da intervenção, no segundo trimestre de 2016. Em 12 de janeiro de 2017, o município de Santo Antônio de Pádua, mediante o Decreto 003, declarou a caducidade da concessão firmada entre o referido município e a Águas de Santo Antônio S/A, tendo posteriormente emitido o Decreto 004, onde decretou situação de emergência em relação ao serviço público de abastecimento de água no município e ainda emitiu o Decreto 005 onde autoriza a prestação do serviço publico de abastecimento de água no município de Santo Antônio de Pádua, sob regime de permissão. A Companhia, em 31 de janeiro de 2017, ingressou com Ação Declaratória com pedido de tutela de urgência face a flagrante ilegalidade dos atos praticados pelo Município de Santo Antônio de Pádua. A Companhia espera lograr êxito na Ação Declaratória, retomando a concessão. Em caso de insucesso da Ação, a Companhia buscará indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que foram realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, conforme artigo 36 da lei 8.987/95, onde a Companhia está aguardando final do processo em última instância para entrar com a ação. Em decorrência da ausência de movimentação da ação no Superior Tribunal de Justiça durante o exercício de 2018 e a ausência de expectativa objetiva de prazo processual, a Companhia provisionou os ativos intangíveis não amortizados na concessão. (c) MIP's (Manifestação de interesse privado) são gastos autorizados pelos municípios para avaliação de eficientização da iluminação pública para os processos de licitação. Caso a Urbeluz ganhe a licitação será ressarcida no ato ou conforme negociado em contrato. Desses investimentos, a Urbeluz foi vencedora em Marabá - PA para o qual o ressarcimento será efetuado pela própria concessão. Em Brasília - DF, Campos do Goytacazes - RJ e Rio das Ostras - RJ, a Urbeluz foi autorizada a fazer os estudos técnicos, jurídicos e econômicos, os quais estão em fase de avaliação dos documentos. Foram baixados para o resultado as MIP's para as quais há baixa expectativa de realização ou cujos processos não avançaram nos prazos usuais de mercado. (d) A Urbeluz mantinha contratos com a SGE PRizma Participações S/A e com a GCI Construtora e Incorporadora Ltda. em contratos de gestão e manutenção de Iluminação Pública. Os projetos executados em conjunto com a SGE Prizma foram concluídos, tendo esta executado os serviços contratados relacionados aos adiantamentos efetuados pela Urbeluz no valor de R$ 1.240, razão pela qual foram baixados. A Urbeluz contratou a GCI para execução de obra de Capex em regime de empreitada global e efetuou adiantamentos no valor de R$ 1.622 por serviços não executados até a presente data. A Urbeluz adotará medidas jurídicas para recuperação deste crédito. Se o desfecho das medidas de recuperação for exitoso, a baixa do crédito será futuramente revertida.

12. Investimentos: Composição dos investimentos

Controladora

	31/12/2018 %	31/12/2018 Patrimônio líquido da investida (*)	31/12/2018 Investimento	31/12/2017 %	31/12/2017 Patrimônio líquido da investida (*)	31/12/2017 Investimento
Investimentos (ativo):						
Companhia Águas de Itapema	100,00%	34.727	34.727	100,00%	34.829	34.829
Companhia Águas de Santo Antônio	100,00%	–	–	100,00%	5.034	5.034
Sanetrat Saneamento S.A.	100,00%	41.985	41.985	100,00%	43.005	43.005
Sanesul Construtora de Saneamento S.A.	89,91%	4.496	4.042	89,91%	6.016	5.409
Urbeluz Energética S.A.	50,00%	14.918	7.459	50,00%	27.284	13.642
Mauá Luz Ltda	20,00%	6.020	1.204	–	–	–
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	36.890	7.378	–	–	–
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	6.879	2.341	–	–	–
Conasa SPE S.A.	99,99%	712	712	–	–	–
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	16.165	6.466	–	–	–
		162.792	106.314		116.168	101.919
Mais Valia em coligadas/controladas						
Sanesalto Saneamento S.A. (*)			24.268			24.849
Urbeluz Energética S.A. (*)			13.046			13.203
Sanesul Construtora de Saneamento S.A. (*)			31.867			31.867
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (*)			1.247			1.250
			70.428			71.169
			176.742			173.088
Perda com investimentos (passivo)						
Conasa SPE S.A.	99,99%	–	–	99,99%	(57)	(57)
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%	(837)	(418)	49,95%	(1.826)	(912)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais	100,00%	(22)	(22)	100,00%	(4)	(4)
		(859)	(440)		(1.887)	(973)
Saldo líquido de investimento			176.302			172.115

(*) A controladora amortiza a mais valia de seus investimentos de acordo com o CPC 15 - Combinação de negócios, das empresas Sanesalto e Urbeluz. No caso da Sanesul, a combinação de negócios está atrelada ao contrato de concessão de Aguas de Meriti, cuja expectativa de início pela Administração, será em 2020. As amortizações das mais valias de investimentos estão atreladas às expectativas de geração de valor de cada investida e são realizadas de forma não linear.

Consolidado

	31/12/2017 %	31/12/2017 Patrimônio líquido da investida (*)	31/12/2017 Investimento	31/12/2016 %	31/12/2016 Patrimônio líquido da investida (*)	31/12/2016 Investimento
Investimentos (ativo):						
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%	6.879	2.341	–	–	–
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%	4.497	2.204	49,00%	5.294	2.594
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	40,00%	16.165	6.466	–	–	–
Mauá Luz Ltda	20,00%	6.020	1.204	–	–	–
Construtora Luz de Mauá Ltda	20,00%	36.890	7.378	–	–	–
		70.451	19.593		5.294	2.594
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%		24.268	49,95%		24.849
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	34,03%		1.247	–	–	1.250
			25.515			26.099
Ágio na aquisição de investimentos						
Concessionária Águas de Meriti Ltda	49,00%		3.408			3.408
			3.408			3.408
Total de ativos			48.516			32.101

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

	Consolidado					
	31/12/2017			31/12/2016		
Investimentos (ativo):	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento	%	Patrimônio líquido da investida (*)	Investimento
Perda com investimento (passivo)						
Sanesalto Saneamento S.A.	49,95%		(418)	49,95%		(912)
Total de investimentos			(418)			(912)
b) Movimentação dos investimentos			48,098			31,189

Controladora

Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2017	Aporte/aumento de capital	Realização de mais valia	Dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Outros	Saldo em 31/12/2018
Companhia Águas de Itapema	34.829	–	–	(4.261)	4.159	–	–	34.727
Companhia Águas de Santo Antônio (a)	5.034	–	–	–	(3.898)	(1.136)	–	–
Sanetrat Saneamento S.A.	43.005	–	–	–	(297)	–	(723)	41.985
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	5.409	–	–	–	(1.367)	–	–	4.042
Urbeluz Energética S.A	13.642	–	–	–	(6.183)	–	–	7.459
Mauá Luz Ltda	–	20	–	–	1.179	–	5	1.204
Construtora Luz de Mauá Ltda	–	20	–	–	4.215	–	3.143	7.378
ASB – Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	–	2.000	–	–	343	–	(2)	2.341
Conasa SPE	–	1.224	–	–	(455)	–	(57)	712
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	–	7.200	–	–	(734)	–	–	6.466
	101.919	10.464	–	(4.261)	(3.038)	(1.136)	2.366	106.314
Mais valia sobre ativos:								
Sanesalto Saneamento S.A.	24.849	–	(581)	–	–	–	–	24.268
Urbeluz Energética S.A.	13.203	–	(157)	–	–	–	–	13.046
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	31.867	–	–	–	–	–	–	31.867
ASB – Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.250	–	–	–	–	–	(3)	1.247
	71.169	–	(738)	–	–	–	(3)	70.428
	173.088	10.464	(738)	(4.261)	(3.038)	(1.136)	2.363	176.742
Perda com investimento (passivo):								
Conasa SPE	(57)	–	–	–	–	–	57	–
Sanesalto Saneamento S.A.	(912)	–	–	–	494	–	–	(418)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	(4)	–	–	–	(15)	–	(3)	(22)
	(973)	–	–	–	479	–	54	(440)
	172.115	10.464	(738)	(4.261)	(2.559)	(1.136)	2.417	176.302

(a) Foram reconhecidas as equivalências patrimoniais na controladora da Companhia Águas de Santo Antônio, assim a Conasa assume o passivo e reconhece um ativo a ser indenizado pelos investimentos efetuados na concessão, conforme mencionado na nota 11.

Controladora

Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2016	Adição	Transação de Capital	Realização de mais valia	Dividendos propostos	Impairment	Equivalência patrimonial do exercício	Dívidas assumidas pela controladora	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Companhia Águas de Itapema	18.934	14.050	–	–	(575)	–	2.420	–	–	34.829
Companhia Águas de Santo Antônio (a)	–	–	–	–	–	–	(1.069)	11.347	(5.244)	5.034
Sanetrat Saneamento S.A.	42.799	–	–	–	(90)	–	296	–	–	43.005
Sanesul Construtora e Saneamento S.A. (b)	–	13.824	(2.505)	–	–	–	9.051	–	(14.961)	5.409
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	10	–	–	–	–	–	(14)	–	4	–
Urbeluz Energética S.A	13.337	–	–	–	–	–	305	–	–	13.642
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A. (c)	–	1.250	–	–	–	–	–	–	–	1.250
Mauá luz Ltda. (d)	50	–	–	–	–	–	–	–	(50)	–
	75.130	29.124	(2.505)	–	(665)	–	10.989	11.347	(20.251)	103.169
Ágio:										
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A. (d)	3.504	–	–	–	–	(3.504)	–	–	–	–
	3.504	–	–	–	–	(3.504)	–	–	–	–
Mais valia sobre ativos:										
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	–	–	(253)	–	–	–	–	–	24.849
Urbeluz Energética S.A.	13.203	–	–	–	–	–	–	–	–	13.203
Sanesul Construtora e Saneamento S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	31.867	31.867
	38.305	–	–	(253)	–	–	–	–	31.867	69.919
	116.939	29.124	(2.505)	(253)	(665)	(3.504)	10.989	11.347	11.616	173.088
Perda com investimento (passivo):										
Conasa SPE	(887)	1.282	–	–	–	–	(452)	–	–	(57)
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	–	–	–	–	–	7.181	–	–	(912)
Envimax Consultoria e Serviços Ambientais S.A.	–	–	–	–	–	–	–	–	(4)	(4)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	–	–	–	–	–	–	–	5.244	–
	(14.224)	1.282	–	–	–	–	6.729	–	5.240	(973)
	102.715	30.406	(2.505)	–	(665)	(3.504)	17.718	11.347	(15.011)	172.115

Consolidado

Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2017	Aporte/aumento de capital	Realização de mais valia	Equivalência patrimonial do exercício	Outros	Saldo em 31/12/2017
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	–	2.000	–	343	(2)	2.341
Concessionária Águas de Meriti	2.594	–	–	(390)	–	2.204
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	–	7.200	–	(734)	–	6.466
Mauá luz Ltda.	–	20	–	1.179	5	1.204
Construtora Luz de Mauá Ltda.	–	20	–	4.215	3.143	7.378
	2.594	9.240	–	4.613	3.146	19.593
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	24.849	–	(580)	–	–	24.268
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	1.250	–	–	–	(3)	1.247
	26.099	–	(580)	–	(3)	25.515
Ágio sobre aquisição						
Concessionária Águas de Meriti	3.408	–	–	–	–	3.408
	3.408	–	–	–	–	3.408
	32.101	9.240	(580)	4.613	3.143	48.516
Perda com investimento (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	(912)	–	–	494	–	(418)
	31.189	9.240	(580)	5.107	3.143	48.098

Nas informações contábeis consolidadas, a "mais valia" das controladas Sanesul e Urbeluz são registradas no subgrupo do Ativo Intangível por se referir à valor justo dos ativos relacionados às concessões.

Consolidado

Investimentos (ativo):	Saldo em 31/12/2016	Adição	Realização de mais valia	Equivalência patrimonial do exercício	Reclassificação	Saldo em 31/12/2017
Concessionária Águas de Meriti	–	–	–	(1.153)	7.155	6.002
ASB - Ativos de Saneamento do Brasil S.A.	–	1.250	–	–	–	1.250
Mauá luz Ltda.	50	–	–	–	(50)	–
	50	1.250	–	(1.153)	7.105	7.252
Mais valia sobre ativos:						
Sanesalto Saneamento S.A.	25.102	–	(253)	–	–	24.849
	25.102	–	(253)	–	–	24.849
	25.152	1.250	(253)	(1.153)	7.105	32.101
Perda com investimento (passivo):						
Sanesalto Saneamento S.A.	(8.093)	–	–	7.181	–	(912)
Companhia Águas de Santo Antônio	(5.244)	–	–	–	5.244	–
	(13.337)	–	–	7.181	5.244	(912)
	11.815	1.250	(253)	6.028	12.349	31.189

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

Balanço Sintético das Controladas e Coligadas

	Controladas / coligadas	Capital social	Participação	Total de ativos	Total de passivos	Resultado do exercício	Participação de não controladores	Patrimonio Liquido (passivo a descoberto) das Investidas em 31/12/2018
Controladas								
Companhia Águas de Itapema	Direta	32.175	100%	129.474	94.746	4.159	–	34.727
Sanetrat Saneamento S/A	Direta	40.648	100%	43.214	1.230	(297)	–	41.985
Conasa SPE S.A.	Direta	2.516	99,99%	12.165	11.453	(455)	–	712
Urbeluz Energetica S.A	Direta	20.051	50%	106.704	82.701	(12.367)	9.086	14.918
Sanesul Construtora e Saneamento do Sul S/A	Direta	35.363	89,91%	6.448	1.952	(1.520)	454	4.496
Envimax Consultoria e Serviços	Direta	1.749	100,00%	90	113	(16)	–	(22)
Coligadas diretas								
Sanesalto Saneamento S/A	Direta	14.574	49,95%	58.366	59.202	589	(419)	(837)
Maua Luz Ltda	Direta	100	20,00%	65.751	59.731	5.897	4.816	6.020
Construtora Luz de Maua Ltda	Direta	100	20,00%	49.216	12.326	21.074	29.512	36.890
ASB Ativos de Saneamento do Brasil S/A.	Direta	5.887	34,03%	14.318	7.225	1.009	4.538	6.879
Via Brasil MT 100 Concessionária de Rodovias S.A.	Direta	18.000	40%	16.960	795	(1.835)	9.699	16.165
Coligadas indiretas								
Alegrete Participações RJ S.A.	Indireta	2.334	100,00%	22.229	23.212	(5.192)	–	(983)
Caraguá Luz S.A.	Indireta	21.000	60,00%	53.991	31.275	6.870	9.086	22.716
Concessionária Águas de Meriti Ltda	Indireta	18.653	49%	5.822	1.324	(797)	2.294	4.497

A Companhia elabora rotineiramente, teste de *impairment* das mais valias e eventuais ágios em aquisições, considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão, considerando o crescimento vegetativo, a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 9,79% a.a. a 15,17% a.a. para o segmento de saneamento (Sanesalto, ASB/Sanema e Águas de Meriti/Sanesul) e de 13,48% a.a. a 17,24% a.a. para o segmento de energia (Urbeluz/Alegrete e Caraguá.luz). A análise de *impairment* inclui teste de sensibilidade com variação de 10% nas principais premissas (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto). No caso de empresas pré-operacionais, como Sanesul e ASB/Sanema, a mensuração teve como premissa a execução dos planos de negócios aprovado pelos conselhos das empresas investidas. No caso da Sanesul, a Companhia utilizou para teste de *impairment* o plano de negócio da Águas de Meriti, que estima início de faturamento em janeiro de 2020, com a conclusão da transferência dos ativos da concessão pela CEDAE à concessionária em 2019. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de *impairment*, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que mais valias e ágios poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras. **13. Imobilizado. 13.1. Composição**

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Controladora 31/12/18 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/17 Líquido
Instalações	10	10	(10)	–	–
Máquinas e equipamentos	10	603	(465)	138	198
Equipamentos de informática	20	437	(394)	43	46
Móveis e utensílios	10	179	(143)	36	47
Veículos	20	757	(709)	48	107
Terrenos	–	700	–	700	700
Obras em andamento	–	–	–	–	3.508
		2.686	(1.721)	965	4.606

	(%) Taxa a.a. Deprec.	Consolidado 31/12/18 Custo	Depreciação	Líquido	31/12/17 Líquido
Instalações	10	25	(15)	10	12
Máquinas e equipamentos	10	3.085	(1.696)	1.389	1.670
Equipamentos de informática	20	1.216	(799)	417	433
Móveis e utensílios	10	733	(430)	303	357
Veículos	20	6.070	(3.580)	2.490	777
Benfeitorias em imóveis	-	6.644	(2.385)	4.259	5.220
Terrenos	-	6.370	-	6.370	6.370
Obras em andamento	-	109	-	109	3.618
		24.252	(8.905)	15.347	18.457

Segundo a Administração não há indicadores na Companhia e em suas controladas, de que determinados ativos poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda estimada foi reconhecida nas demonstrações financeiras. **13.2. Movimentação do imobilizado**

Controladora	Saldo em 31/12/2017	Adição	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Instalações	–	–	–	–	–
Máquinas e equipamentos	198	–	–	(60)	138
Equipamentos de informática	46	27	–	(30)	43
Móveis e utensílios	47	2	–	(13)	36
Veículos	107	–	–	(59)	48
Terrenos	700	–	–	–	700
Obras em andamento (*)	3.508	1.014	(4.522)	–	–
	4.606	1.043	(4.522)	(162)	965

(*) Refere-se a obra de built to suit, conforme mencionado na Nota 21(a).

Controladora	Saldo em 31/12/2016	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Instalações	1	–	(1)	–
Máquinas e equipamentos	257	–	(59)	198
Computadores e periféricos	96	7	(57)	46
Moveis e utensílios	45	20	(18)	47
Veículos	198	–	(91)	107
Terrenos	700	–	–	700
Imobilizado em andamento	–	3.508	–	3.508
	1.297	3.535	(226)	4.606

Consolidado	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2018
Instalações	12	–	–	(2)	10
Máquinas e equipamentos	1.670	6	(3)	(284)	1.389
Equipamentos de informática	433	135	(20)	(131)	417
Móveis e utensílios	357	11	(6)	(59)	303
Veículos	777	1.965	–	(252)	2.490
Benfeitorias em imóveis	5.220	1	–	(962)	4.259
Terrenos	6.370	–	–	–	6.370
Obras em andamento	3.618	1.014	(4.522)	(1)	109
	18.457	3.132	(4.551)	(1.691)	15.347

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Adição	Baixas	Transferencias	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
Instalações	16	–	(2)	–	(2)	12
Máquinas e equipamentos	2.199	10	(56)	(199)	(277)	1.677
Computadores e periféricos	215	203	(20)	146	(144)	400
Móveis e utensílios	360	76	(68)	53	(92)	329
Veículos	977	577	(82)	–	(723)	749
Benfeitorias em imóveis	6.274	–	(62)		(910)	5.302
Terrenos	6.370	–	–		–	6.370
Imobilizado em Andamento	31	3.587			–	3.618
	16.442	4.453	(290)	–	(2.148)	18.457

14. Intangível: a) Composição

	Taxa de Amortização	Consolidado 31/12/18 Custo	Amortização	Líquido	31/12/17 Líquido
Ativo Intangível de concessão					
Em curso (Águas de Itapema) (a)		–	–	–	69
Em serviço (Águas de Itapema) (a)	3,27%	146.817	(43.950)	102.867	106.704
		146.817	(43.950)	102.867	106.773
Direito de Uso					
Direito de Uso - Arrendamento (b)	7,14%	17.376	(124)	17.252	–
		17.376	(124)	17.252	–
Softwares e aplicativos					
Softwares e aplicativos	20,00%	5.626	(3.075)	2.551	1.228
		5.626	(3.075)	2.551	1.228
Mais valia sobre ativos das investidas					
Sanesul	-	31.867	–	31.867	31.867
Urbeluz (c)	2,11%	13.203	(157)	13.046	13.203
		45.070	(157)	44.913	45.070
		214.889	(47.306)	167.583	153.071

(a) A taxa de amortização do ativo intangível relacionados às concessões esta baseada nos prazos dos contratos de concessão, dado que o investimento será remunerado ao longo do período, ou pelo prazo de vida útil, caso este seja menor que o período da concessão. (b) Refere-se ao direito de uso, decorrente do valor presente do ativo built to suit da Companhia Águas de Itapema. (c) A taxa de amortização da mais valia é apurada conforme percentual anual da expectativa de geração de caixa a valor justo, e sua contribuição para formação da mais valia. Portanto, a taxa não é linear. A Companhia não possui saldos de infraestrutura cedidos pelo poder concedente.

b) Movimentação do intangível:

Consolidado	Saldo em 31/12/17	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/18
Ativo intangível de concessão						
Em curso	69	–	–	–	(69)	–
Em serviço	106.704	593	–	(4.499)	69	102.867
	106.773	593	–	(4.499)	–	102.867
Direito de Uso						
Direito de Uso - Arrendamento	–	17.376	–	(124)	–	17.252
	–	17.376	–	(124)	–	17.252
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	1.228	1.726	–	(403)	–	2.551
	1.228	1.726	–	(403)	–	2.551
Mais valia sobre ativo intangível de Investida						
Sanesul	31.867	–	–	–	–	31.867
Urbeluz	13.203	–	–	(157)	–	13.046
	45.070	–	–	(157)	–	44.913
	153.071	19.695	–	(5.183)	–	167.583

Consolidado	Saldo em 31/12/16	Adições	Baixas / Impairment	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/16
Ativo Intangível de concessão						
Em curso	17.994		–	–	(17.925)	69
Em serviço	79.992	11.812	–	(3.025)	17.925	106.704
	97.986	11.812	–	(3.025)	–	106.773
Softwares e aplicativos						
Softwares e aplicativos	771	822	–	(365)	–	1.228
	771	822	–	(365)	–	1.228
Mais valia sobre ativo intangível de investida						
Sanesul	–	–	–	–	31.867	31.867
Urbeluz	13.203	–	–	–	–	13.203
	13.203	–	–	–	31.867	45.070
Ágio						
Envimax	3.504		(3.504)	–	–	–
	3.504	–	(3.504)	–	–	–
	115.464	12.634	(3.504)	(3.390)	31.867	153.071

Teste de *impairment* do ativo intangível. A Companhia elabora rotineiramente, teste de *impairment* dos ativos intangíveis considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de concessão, considerando o crescimento vegetativo, a inflação (4% a.a.), além do reajuste tarifário (4% a.a.), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 9,79% a.a. a 15,17% a.a. para o segmento de saneamento (Águas de Itapema e Águas de Meriti/Sanesul), 13,48% a.a. a 17,24% a.a. para o segmento de energia (Urbeluz/Alegrete e Caraguá.Luz). A análise de *impairment* inclui teste de sensibilidade com variação de 10% nas principais premissas (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto). No caso de empresa pré-operacional como a Sanesul, os ativos intangíveis tiveram como premissa a execução dos planos de negócios aprovados pelo conselho da empresa investida. A Companhia utilizou para teste de *impairment* o plano de negócio da Águas de Meriti, que estima início de faturamento em janeiro de 2020, com a conclusão da transferência dos ativos da concessão pela CEDAE à concessionária em 2019, e por ainda não ter iniciado a operação, a Sanesul ainda não iniciou a amortização do intangível, a qual se dará a partir da operação efetiva. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de *impairment*, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras. **14.1. Serviços de construção:**

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	1.166	11.812
Custo de construção	(1.166)	(11.812)
	–	–

A Companhia atua como responsável primária pela construção e instalação da infraestrutura relacionada à concessão, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios. A Companhia não possui margem de lucro sobre os serviços de construção. **15. Ativo Financeiro:** A Companhia e suas controladas registram os investimentos realizados em regime de concessão administrativa, nas quais ha contraprestação paga diretamente pelo poder concedente, como ativos financeiros. **15.1. Composição:**

Consolidado	31/12/18 Alegrete	Caraguá Luz	Total	31/12/17 Alegrete	Caraguá Luz	Total
Saldo inicial	3.345	19.061	22.406	3.891	11.445	15.336
Adições (receita de construção)	12.465	27.002	39.467	4.646	11.907	16.553
Juros e atualização financeira	995	5.468	6.463	673	1.532	2.205
Recebimento Contrato Iluminação	(5.828)	(9.823)	(15.651)	(5.865)	(5.823)	(11.688)
Saldo final	10.977	41.708	52.685	3.345	19.061	22.406
TRAF (*)	19% a.a.	10% a.a		19% a.a.	10% a.a.	
Circulante			15.820			11.839
Não circulante			36.865			10.567
			52.685			22.406

(*) Taxa de retorno do ativo financeiro **15.2. Serviços de construção:**

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Receita de construção	39.467	16.553
Custos de construção	(39.467)	(16.553)
	–	–

A Companhia atua como responsavel primário pela construção e instalação da infraestrutura do serviço publico implantada ao longo do contrato da PPP ou outra modalidade equivalente, quer seja com seus próprios esforços ou por meio de contratação de terceiros, estando exposta, significativamente, aos seus riscos e benefícios.

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

15.3. Contraprestação: A contraprestação é a remuneração paga pelo poder concedente em decorrência dos contratos de concessão administrativa e PPPs ao concessionário. Esta remuneração, por característica, inclui parcela de remuneração e amortização do ativo financeiro, vinculada aos investimentos realizados, e parcela de remuneração dos serviços prestados pela concessionária, como operação e manutenção da infraestrutura concessionada. A Companhia e suas controladas bifurcam a contraprestação entre a parcela de amortização do ativo financeiro e a receita bruta de prestação de serviços com base em estimativas, vinculadas ao equilíbrio econômico financeiro dos contratos de concessão, e revisa as anualmente.

	Consolidado	
	2018	**2017**
Alegrete		
Contraprestação	28.624	29.491
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(5.828)	(5.967)
(=) Receita Bruta	**22.796**	**23.524**
Caraguá		
Contraprestação	30.092	25.919
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(9.823)	(7.402)
(=) Receita Bruta	**20.269**	**18.517**
Consolidado		
Contraprestação	58.716	55.410
(-) Parcela para Amortização do Ativo	(15.651)	(13.369)
(=) Receita Bruta	**43.065**	**42.041**

Teste de *impairment* do ativo financeiro: A Companhia elabora rotineiramente, teste de *impairment* dos ativos financeiros considerando cada Unidade Geradora de Caixa (UGC), pelo método do valor em uso, através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final dos contratos de PPPs. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 9,79% a.a. a 15,17% a.a. para o segmento de energia. A análise de *impairment* inclui teste de sensibilidade com variação de 10% nas principais premissas (taxas de crescimento vegetativo, inflação, reajuste tarifário e taxa de desconto). Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, como resultado dos testes de *impairment*, a Administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos financeiros poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, desso forma, nenhuma perda (*impairment*) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

16. Fornecedores:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Fornecedores - Saneamento basico	–	–	4.579	6.835
Fornecedores - Iluminação pública	–	–	24.629	6.710
Fornecedores - Saneamento ambiental	–	–	279	324
Fornecedores - outros	1.508	1.653	1.439	1.357
	1.508	**1.653**	**30.926**	**15.226**

17. Empréstimos, financiamentos e debêntures: 17.1. Composição: Os empréstimos e financiamentos estão centralizados em Cédulas de Credito Bancário (CCB) e debêntures, estruturadas na modalidade de *project finance*, securitizando o fluxo de caixa da Companhia e suas Controladas. Além disso, conta com financiamentos bancários de capital de giro e financiamentos de equipamentos através da linha FINAME do BNDES.

			Controladora			
			31/12/2018		31/12/2017	
Empréstimos e financiamentos	**Vencimento final**	**Taxa efetiva anual**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Capital de Giro - PRÉ	dez/18	18,30%	947	–	976	–
Cédulas de Creditos Bancarios - IGPM	dez/21	10,00%	2.184	4.368	1.926	5.779
Finame - PRÉ	nov/18	6,99%	228	722	345	–
			3.359	**5.090**	**3.247**	**5.779**

			Consolidado			
			31/12/2018		31/12/2017	
Empréstimos e financiamentos	**Vencimento final**	**Taxa efetiva anual**	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
Capital de giro - PRÉ	Diversos	3,15%	7.127	13.460	3.632	11.162
Outros empréstimos e financiamentos - PRÉ	Diversos	12,00%	308	–	14	38
Financiamento para aquisição de mercadorias - PRÉ	Diversos	6,00%	1.722	2.877	524	1.611
Capital de giro - CDI	Diversos	5,80%	1.428	1.069	4.908	673
Cédulas de crédito bancárias - IGPM	Diversos	11,00%	12.193	4.367	14.644	18.496
			22.778	**21.773**	**23.722**	**31.980**
Debêntures						
Debentures - IGPM	jun/24	8,75%	2.542	8.910	2.335	9.551
			2.542	**8.910**	**2.335**	**9.551**
Arrendamentos mercantis financeiros						
Finame - PRÉ	abr/19	8,81%	27	–	155	–
Finame - PRÉ	Diversos	3,15%	228	723	345	–
Arrendamento (Built to suit)	dez/27	12,62%	838	11.872	–	–
			1.093	**12.595**	**500**	–
			26.413	**43.278**	**26.557**	**41.531**

17.2. Amortização de empréstimos e financiamentos:

	2018		2017	
Ano de Vencimento	**Controladora**	**Consolidado**	**Controladora**	**Consolidado**
2018	–	–	3.247	26.557
2019	3.359	26.413	3.169	24.742
2020	1.980	6.534	2.610	4.604
2021	1.980	5.385	–	4.530
2022	1.130	4.290	–	2.530
Após 2022	–	27.069	–	5.125
Total	**8.449**	**69.691**	**9.026**	**68.088**
Circulante	3.359	26.413	3.247	26.557
Não circulante	5.090	43.278	5.779	41.531
	8.449	**69.691**	**9.026**	**68.088**

17.3. Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**9.026**	**68.088**
Captações	1.420	11.634
(-) Pagamentos do principal	(2.013)	(25.562)
(-) Pagamentos de juros	(1.330)	(6.954)
Provisão de juros	1.346	9.954
Custo de captação	–	33
Arrendamento (a)	–	12.498
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**8.449**	**69.691**

(a) Adição com início de operação do *built to suit* da Aguas de Itapema. **17.4. Garantias dadas:** Os empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados, notas promissórias, avais dos acionistas e aplicações financeiras. As CCB's (cédulas de créditos bancários) emitidas pela Aguas de Itapema e as debêntures da CONASA SPE S.A. são financiamentos estruturados na modalidade de *project finance*, com cessão dos recebíveis futuros, além de alienação das ações das sociedades de propósito específico em garantia. Estes contratos contam ainda com uma aplicação financeira vinculada de no mínimo três parcelas, porém são resgatáveis a qualquer momento. As debêntures emitidas pela CONASA-SPE S.A. contam com fiança corporativa da Companhia. Os creditos obtidos pela Companhia junto a instituições financeiras repassadoras do BNDES na modalidade FINAME contam com garantia sobre os bens financiados. Por último, as CCBs emitidas pela Águas de Santo Antônio contam com fiança da Companhia, estando reconhecidas no passivo da controladora dada a caducidade da concessão. A Companhia não está sujeita a incidência de *covenants* financeiros. **17.5. Debêntures Conasa-SPE S.A.** Em 15 de maio de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures não conversíveis em ações, série única da investida Conasa SPE S.A. Em 26 de setembro de 2014 foi realizada a emissão de 50 mil debêntures, com o valor nominal unitário de R$ 1, totalizando R$ 50.000 sob a forma escritural. As debêntures são da espécie quirografária (sem preferência) e não possuem covenant. Elas estão garantidas por fiança. Até 31 de dezembro de 2018, foram escrituradas 11.799 debêntures no valor de R$ 1 cada. A remuneração das debêntures será de 8,75% a.a. com atualização monetaria pelo IGP-M. O prazo da dívida é de 120 parcelas mensais sucessivas, a partir de 1º de julho de 2015 com o último pagamento em 1º de junho de 2024. É assegurada aos debenturistas a remuneração em razão dos lucros da Companhia, a serem pagos nas mesmas condições de pagamento aos acionistas da Companhia, a razão de 1% sobre o montante distribuído, até o máximo de R$ 0,50 (cinquenta centavos de real) por debênture, a cada período de 12 (doze) meses, atualizados monetariamente.

17.6. Amortização das Debêntures:

Ano de Vencimento	Conasa - SPE
2019	2.542
2020	2.542
2021	2.542
2022	2.542
2023	1.284
	11.452

18. Encargos tributários a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
PIS e COFINS a recolher	434	1	5.466	1.966
Retenção de impostos	11	70	428	1.055
Impostos de renda e contribuição social	371	9	13.420	5.319
ISS a recolher	592	–	799	239
ISS diferido	–	–	1.111	503
PIS e COFINS diferidos (*)	–	–	–	1.607
Impostos de renda e contribuição social diferidos (*)	–	–	–	3.430
	1.408	**80**	**21.224**	**14.119**

(*) Referem-se aos impostos sobre faturamentos não realizados e de notas não recebidas, porém, já reconhecidos. Estes impostos foram reclassificados em 2018 para o longo prazo. **19. Salários e encargos sociais a pagar:**

	Controladora		Consolidado	
	2018	**2017**	**2018**	**2017**
Salários e encargos sociais	320	97	2.098	1.250
Férias e encargos sociais	120	122	1.215	1.276
Outros	67	19	526	533
	507	**238**	**3.839**	**3.059**

20. Impostos e contribuições parcelados: a) Composição:

	Controladora		Consolidado	
Circulante	**2018**	**2017**	**2018**	**2017**
Parcelamento previdenciário	20	–	125	–
Parcelamento federal	–	–	2.234	1.076
Parcelamento PRT/PERT (a)	52	183	1.585	2.694
	72	**183**	**3.944**	**3.770**
Não circulante				
Parcelamento previdenciário	76	–	815	–
Parcelamento federal	–	–	4.663	3.291
Parcelamento PRT/PERT (a)	522	521	10.811	5.390
	598	**521**	**16.289**	**8.681**
	670	**704**	**20.233**	**12.451**

b) Amortização por ano de vencimento:

Ano de Vencimento	Consolidado
2019	3.944
2020	3.944
2021	3.901
2022	3.815
2023	4.629
	20.233

(a) Em 31 de maio de 2017, todas as empresas do grupo aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituída pela MP 766 de 4 de janeiro de 2017. Optando pela modalidade de pagar 24% do seu saldo total dos débitos tributários em 24 parcelas, e o restante com a utilização de créditos de Prejuízo Fiscal e Base Negativa de empresas do mesmo grupo. Poderiam incluir dívidas tributárias existentes vencidas até 30 de novembro de 2016, bem como os débitos originados de autuações lavradas pela Secretaria da Receita Federal, sendo obrigatório e desistência de eventual discussão judicial sobre tais débitos. Entretanto com publicação da MP 783 instituindo o PERT – Programa Especial de Regularização Tributária, e convertida posteriormente na Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, as empresas do grupo, fizeram a adesão ao programa, migrando parcela do PRT, exceto a investida Companhia Águas de Itapema, podendo incluir todos os débitos vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive os previdenciários. Optando pela modalidade de pagar 5% do seu saldo total dos débitos em 5 parcelas, e o restante após aplicação das reduções, compensando com o imposto de renda e contribuição social diferidos decorrente de prejuízo fiscal e base negativa ou parcelando em 145 prestações mensais e sucessivas. Em 2017 a controlada Urbeluz inseriu no PERT, créditos de INSS retidos sobre prestação de serviços, porém, estes créditos não foram compensados com débitos na consolidação do PERT em 2018. Além da não utilização deste crédito, a controlada inseriu débitos não reconhecidos em exercícios anteriores. **21. Adiantamentos de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
INFRA Real Estate (a)	–	11.840	–	11.840
Urbeluz Energética S.A	–	71	413	71
Outros	275	–	275	132
	275	**11.911**	**688**	**12.043**

(a) Em 05 de fevereiro de 2016, a Águas de Itapema firmou contrato de locação atípica com o INFRA Real Estate Fundo de Investimento Imobiliário ("FII"), em regime de construção sob medida (denominado built to suit), com objetivo de implantar a ampliação 225 litros por segundo da Estação de Tratamento de Água Morretes e obras acessórias, previstas no Plano Municipal de Saneamento e orçadas em R$ 11.840, com respectivo valor de locação de R$ 164 mensal atualizados pelo IPCA. Para desenvolvimento do objeto do referido contrato, a Conasa estabeleceu direito de uso de superfície em favor do FII e foi por este contratada em regime de empreitada global para execução das obras de implantação, com término da obra em dezembro de 2018, além de figurar como fiadora do contrato de locação. **22. Impostos diferidos:** Os impostos diferidos são provisionados sobre as receitas de construção já reconhecidas, principalmente nas investidas Caraguá Luz e Alegrete, na constituição dos ativos financeiros. Logo abaixo a composição dos valores por tributo:

	Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Pis diferido	438	–
Cofins diferido	2.033	–
Imposto de renda diferido	4.814	–
Constribuição social diferido	1.731	–
	9.016	–

(*) Em 2017 a controlada Urbeluz apresentou os saldos de impostos diferidos agrupados com os Encargos Tributários a pagar. **23. Provisão para contingências: 23.1. Processos com probabilidade de perda provável:** A Companhia é parte passiva em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração acredita, baseada na opinião de seus consultores legais, que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas. Em função das características destas provisões e do processo judiciário, não é possível fazer uma estimativa precisa do momento de desembolso dos valores provisionados, os quais consideram os juros e encargos financeiros até a data do balanço.

(a) Saldos patrimoniais:

	Controladora 31/12/2018			
Probabilidade de perda	**Cível**	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Provável	10	–	270	280
	10	–	**270**	**280**

	Controladora 31/12/2017			
Probabilidade de perda	**Cível**	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Provável	10	-	-	10
	10	-	-	**10**

	Consolidado 31/12/2018			
Probabilidade de perda	**Cível**	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Provável	138	580	270	988
	138	**580**	**270**	**988**

	Consolidado 31/12/2017			
Probabilidade de perda	**Cível**	**Trabalhista**	**Tributária**	**Total**
Provável	138	30	-	168
	138	**30**	-	**168**

(b) Movimentação:

	Controladora			
	Cível	**Trabalhista**	**Tributário**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10	–	–	10
Adições	–	–	270	270
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**10**	–	**270**	**280**

	Consolidado			
	Cível	**Trabalhista**	**Tributário**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	138	30	–	168
Adições	–	550	270	820
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**138**	**580**	**270**	**988**

Ações cíveis: Os principais processos contingentes cíveis são contra a controlada Companhia Aguas de Itapema, e referem-se indenizações por danos morais decorrentes a cobranças indevidas de faturas de consumidores. **Ações trabalhistas:** Na Urbeluz, a Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado. As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-funcionários vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a pleitos indenizatórios. **23.2. Processos com probabilidade de perda possível:** A Companhia e suas controladas são partes em outras ações cujo risco de perda é considerado pela administração, e corroborado pelos advogados externos responsáveis pela condução dos processos, como possível, e para os quais nenhuma provisão foi reconhecida. Esses valores são avaliados e atualizados numa periodicidade, nunca inferior a um ano. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 5.271 em processos cíveis, R$ 7.297 em processos trabalhistas e R$ 20.743 em processos tributários, considerados como perdas possíveis, e em 31 de dezembro de 2017 a Companhia e suas controladas possuem os saldos de R$ 3.701 em processos cíveis, R$ 1.170 em processos trabalhistas e R$ 119 em processos tributários. **24. Patrimônio Líquido: 24.1. Capital social subscrito e integralizado:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2017 que era de R$ 162.687, representado por 162.687 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, foi aumentado em 31 de outubro de 2018 em R$ 4.651 representado por 4.651 ações ordinárias, assim em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado ficou em R$ 167.338, representado por 167.338 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Número de ações	**%**	**Número de ações**	**%**
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	167.338	100%	162.687	100%
	167.338	**100%**	**162.687**	**100%**

24.2. Reserva de retenção de lucros: Conforme a lei 11.638/07 (Lei das Sociedades por Ações), a Administração da Companhia, de acordo com o orçamento do capital, propôs retenção de parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos no montante de R$ 6.613, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária. Em 31 de dezembro de 2018 possuía o valor de R$ 50.342 (R$ 35.414 em 2017).

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

24.3. Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, do lucro líquido do exercício fora destinado a reserva legal o montante de R$ 367 (R$ 760 em 2017). A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital. **24.4. Dividendos mínimos obrigatórios:** A Companhia reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios de 5% do lucro líquido ajustado, em 31 de dezembro de 2018, conforme prevê o artigo 30 do estatuto social, no montante de R$ 348 (R$ 3.611 em 2017). Durante o exercício de 2018, foram distribuídos R$ 270 a título de dividendos. O saldo residual de R$ 3.341 não foi distribuído, e os acionistas deliberaram em assembleia, por reverter o referente saldo para reserva de retenção de lucros. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo de dividendos propostos totaliza R$ 348. **24.5. Transação de capital:** Em 26 de dezembro de 2017, a Companhia aumentou o capital social da controlada Sanesul em R$ 13.824, alterando sua participação nesta sociedade de 83,7% para 89,91%, como não houve aumento proporcional pelo acionista não controlador, essa operação gerou uma transação de capital no montante de R$ 2.505, que fora contabilizada diretamente no Patrimônio Líquido da Companhia. **24.6. Adiantamento para futuro aumento de capital:** A Companhia mantinha no patrimônio líquido o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) com a Controladora, porém, como mencionado na nota explicativa 24.1, converteu esse adiantamento em capital social:

	31/12/2018	31/12/2017
Infra Setorial Fundo de Investimento em Participações	–	4.651
	–	4.651

24.7. Ajustes IFRS 15/CPC 47: A Companhia optou por aplicar o método de transição simplificado do IFRS 15/CPC 47 - "Receitas de Contratos com Clientes" a partir de 1º de janeiro de 2018, o que resultou em mudanças nas políticas contábeis e ajustes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. De acordo com essa regra de transição, a nova norma foi adotada sob a forma de transição simplificada, e não irá reapresentar os valores comparativos para o ano anterior à primeira adoção, conforme quadros abaixo:

		1º de janeiro de 2018	
Balanço patrimonial	**31/12/2017**	**IFRS 15 /CPC 47**	**Reapresentado**
Ativo			
Circulante	100.719	9.187	109.906
Não circulante	258.567	(3.508)	255.059
Total do ativo	359.286	5.679	364.965
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante	78.484	1.072	79.556
Não circulante	59.970	–	59.970
Patrimônio líquido	220.832	4.607	225.439
	359.286	5.679	364.965

		1º de janeiro de 2018	
Balanço patrimonial	**31/12/2017**	**IFRS 15 /CPC 47**	**Reapresentado**
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.223	–	6.223
Contas a receber de clientes	20.160	9.187	29.347
Ativo financeiro	11.839	–	11.839
Impostos a recuperar	3.791	–	3.791
Ativos destinados à aplicação nas concessões	6.638	–	6.638
Adiantamentos	4.677	–	4.677
Partes relacionadas	383	–	383
Títulos de valores mobiliários	45.860	–	45.860
Outros ativos circulantes	1.148	–	1.148
	100.719	9.187	109.906
Não circulante			
Ativo financeiro	10.567	–	10.567
Partes relacionadas	18.701	–	18.701
Títulos de valores mobiliários	9.843	–	9.843
Outros ativos não circulante	15.827	–	15.827
Investimentos	32.101	–	32.101
Imobilizado	18.457	(3.508)	14.949
Intangível	153.071	–	153.071
	258.567	(3.508)	255.059
Total do ativo	359.286	5.679	364.965

		Consolidado	
		1º de janeiro de 2018	
Passivo e patrimônio líquido	**31/12/2017**	**IFRS 15 /CPC 47**	**Reapresentado**
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	26.557	–	26.557
Fornecedores	15.226	–	15.226
Salários a pagar	1.763	–	1.763
Encargos sociais a pagar	1.296	–	1.296
Encargos tributários a pagar	14.119	1.072	15.191
Impostos e contribuições parcelados	3.770	–	3.770
Partes relacionadas	93	–	93
Adiantamento de clientes	12.043	–	12.043
Dividendos propostos	3.611	–	3.611
Demais contas a pagar	6	–	6
	78.484	1.072	79.556
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	41.531	–	41.531
Impostos e contribuições parcelados	8.681	–	8.681
Partes relacionadas	8.678	–	8.678
Perda com investimentos	912	–	912
Provisão para contingências	168	–	168
	59.970	–	59.970
Patrimônio líquido			
Capital social	162.687	–	162.687
Adiantamento para futuro aumento de capital	4.651	–	4.651
Reserva de capital	(2.505)	–	(2.505)
Reservas de lucros	35.414	4.607	40.021
Participação de não controladores	20.585	–	20.585
	220.832	4.607	225.439
Total do passivo e patrimônio líquido	359.286	5.679	364.965

O ajuste refere-se ao reconhecimento de receitas decorrente do contrato de construção na modalidade built to suit, que sob o aspecto do CPC 47 / IFRS 15, deve ser reconhecida ao longo do período de construção. Dessa forma, a receita e custo de construção referente a exercícios anteriores, nos montantes de R$ 8.115 e R$ 3.508, respectivamente, foram reconhecidos no patrimônio líquido de abertura, conforme definido pela regra de transição. **25. Receita operacional líquida:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Receita bruta de serviços (saneamento)	–	–	50.148	48.003
Receita bruta de serviços (energia)	–	–	76.423	65.342
Receita de obras de engenharia	2.653	–	9.292	7.413
Receita de construção (Saneamento) (*)	–	–	1.166	11.812
Receita de construção (Energia) (*)	–	–	39.467	16.553
Receita de locação de veículos e equipamentos	398	369	103	105
Cancelamentos	–	–	(2.629)	(1.902)
Impostos sobre prestação de serviços	(244)	(13)	(10.765)	(8.633)
	2.807	356	163.205	138.693

(*) Receita de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões. **26. Custos dos serviços prestados**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Custos com pessoal	–	–	(10.052)	(9.541)
Custos com materiais e insumos	(1.013)	(13)	(16.706)	(10.051)
Custos com produtos químicos	–	–	(1.691)	(1.456)
Custos com serviços de terceiros	(76)	(168)	(8.042)	(8.651)
Custos com depreciação e amortização	–	–	(5.982)	(4.455)
Custos com energia elétrica	–	–	(20.946)	(20.641)
Custos com construção (*)	–	–	(40.633)	(28.365)
	(1.089)	(181)	(104.052)	(83.160)

(*) Custo de construção reconhecida, decorrente do investimento em infraestrutura vinculada às concessões.

27. **Despesas gerais, administrativas e comerciais**

	Controladora		Consolidado	
Despesas Administrativas	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Com pessoal	(2.889)	(1.937)	(7.787)	(5.931)
Com serviços de terceiros	(3.972)	(1.993)	(10.389)	(10.298)
Com viagem	(638)	(632)	(1.093)	(1.608)
Com locação	(356)	(224)	(955)	(819)
Com depreciação e amortização	(162)	(226)	(685)	(891)
Despesas com informática	(265)	(166)	(1.115)	(787)
Despesas tributárias	–	–	(3.393)	–
Multas fiscais indedutíveis	–	–	(1.277)	(127)
Outras despesas	(549)	(541)	(3.983)	(2.969)
	(8.831)	(5.719)	(30.677)	(23.430)
Despesas Comerciais				
Com pessoal	(12)	–	(1.779)	(1.005)
Propaganda e publicidade	(104)	(24)	(424)	(395)
Provisão estimada p/ créditos liquidação duvidosa	–	–	(1.558)	(1.629)
Com depreciação e amortização	–	–	(49)	–
Perdas de títulos incobráveis	–	–	(2.019)	–
Outras despesas	(38)	–	(697)	(667)
	(154)	(24)	(6.526)	(3.696)
	(8.985)	(5.743)	(37.203)	(27.126)

28. Outras receitas (despesas)

	Controladora		Consolidado	
Outras receitas	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Serviços administrativos compartilhados (a)	6.602	5.499	2.023	1.503
Despesas recuperadas (b)	2.257	386	3.722	1.400
Ganhos com investimentos (c)	61	–	3.314	–
Outras receitas não operacionais	4	688	70	1.512
	8.924	6.573	9.129	4.415
Outras despesas				
Perdas com investimentos (d)	149	(5.423)	(9.438)	(5.423)
Despesas indedutíveis	–	–	–	(38)
Multas	(36)	(124)	(3.028)	(3.938)
Provisão para contingências	(270)	–	(820)	–
Amortização de mais valia em investimentos	(738)	(253)	(738)	(253)
Outras despesas	–	506	(1)	2.868
	(895)	(5.294)	(14.025)	(6.784)
	8.029	1.279	(4.896)	(2.369)

(a) A Companhia centraliza os serviços administrativos na controladora, desta forma o valor (controladora) trata-se de serviços administrativos compartilhados das investidas efetuados pela holding. **(b)** Referem-se a despesas recuperadas reconhecidas dentro do exercício de 2018, antes e depois do início de operação das investidas Sanema (R$ 518) referente ao engenheiro pago pela controladora e reembolsado pela Sanema, Via Brasil MT-100 (R$ 835) referente a despesas que a Conasa reconheceu e recuperou integralizando como pré-operacional. Águas de Santo Antônio (R$ 530) referente a despesas de advogados e consultores, e Urbeluz (R$ 1.400) referente a despesas recuperadas com o projeto de São João do Meriti, além de outras despesas recuperadas da própria controladora. **(c)** A Companhia reconheceu o ganho com o investimento na coligada Construtora Luz de Mauá Ltda referente ao exercício de 2018. **(d)** As perdas com investimentos referem-se a baixa de investimentos de Águas de Santo Antônio no montante de R$ 1.919 em 2017 e R$ 3.104 em 2018 e Envimax no montante de R$ 3.504 em 2017 (Ágio) e R$ 73 em 2018. A Companhia reconheceu também por perda em 2018 o valor de R$ 5.023 dos ativos intangíveis não amortizados no contrato da concessão da investida Águas de Santo Antônio. Na investida Urbeluz foram reconhecidas para perdas os investimentos em MIP's (Manifestação de Interesse Público), conforme mencionado na Nota 11, as quais não evoluíram no processo para licitação das PPP's.

29. Resultado financeiro	Controladora		Consolidado	
Despesas Financeiras	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(257)	(68)	(8.919)	(6.694)
Despesas bancárias	(11)	(3)	(1.037)	(537)
Juros tributários	(67)	(112)	(1.960)	(931)
Outras despesas financeiras	(50)	(1.940)	(764)	(2.725)
	(385)	(2.123)	(12.680)	(10.887)
Receitas financeiras				
Rendimentos sobre aplicação	–	8	113	533
Juros sobre faturamento	57	–	495	430
Descontos obtidos	2	5	41	12
Rendimentos sobre títulos de dívida	9.549	3.751	3.121	1.968
Juros e atualização monetária sobre o ativo financeiro	–	–	6.463	935
Outras receitas financeiras	20	167	(65)	2.360
	9.628	3.931	10.168	6.238
	9.243	1.808	(2.512)	(4.649)

30. **Resultado por Ação:** Calculado através da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade de ações disponíveis no final do exercício.

	Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
Lucro líquido do exercício	3.740	18.386
Lucro atribuído a não controladores	(3.588)	3.182
Resultado atribuível aos acionistas controladores	7.328	15.204
	31/12/2018	**31/12/2017**
Quantidade de ações	Avos	Avos
167.338.034	2/12	–
162.687.034	10/12	12/12
Média ponderada de ações	163.462.201	162.687.034
Lucro básico por ação (em Reais)	0,0483	0,0935

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico. **31. Segmentos Operacionais:** A Administração definiu os segmentos operacionais reportáveis com base nos relatórios utilizados para tomada de decisões estratégicas, analisados pela Diretoria Executiva, os quais são segmentados pela característica técnica e relação jurídica de contrato, além da relevância das receitas de cada segmento. Atualmente, a Companhia atua, diretamente, ou através de controladas e coligadas, nos segmentos de concessões de saneamento básico nas cidades de Itapema/SC e Salto/SP, na gestão de iluminação pública sob regime de concessão administrativa nas cidades de São João do Meriti/RJ e Caraguatatuba/SP e com Parcerias Público Privadas em Boa Vista/RR, Rio das Ostras/RJ e Campos dos Goytacazes/RJ, e o fornecimento ao setor privado de serviços de saneamento ambiental também na cidade de Salto/SP. O setor de concessões de saneamento básico é o mais importante negócio da Companhia. As sociedades de propósito específico, controladas ou coligadas, Águas de Itapema, Sanesalto, Águas de Meriti são concessionárias do fornecimento de água e/ou tratamento de esgoto. Esse segmento é caracterizado pelo alto investimento no início das concessões e pela remuneração através de tarifa dos investimentos realizados. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. Nos exercícios de 2016 e 2015, a Companhia também realizou operação de sistemas de água e esgoto municipais, em regime de contratação emergencial na cidade de Palhoça/SC. O setor de energia e iluminação pública apresenta um enorme potencial, desde a Resolução Aneel 414/10. Através da Urbeluz, a Companhia atua no setor em Parcerias Público Privadas ("PPP") e prestação direta de serviços e obra. No encerramento do exercício de 2018, a Urbeluz detinha participação em três PPP. Além das empresas investidas, a Companhia participa de processos licitatórios com objetivo de obter novas concessões. O segmento de saneamento ambiental se caracteriza especialmente pelo tratamento de efluentes industriais, atividade realizada pela Sanetrat, e remediação de solo e serviços de engenharia ambiental, atividade realizada pela Envimax. As demais atividades da Companhia ou de suas controladas e coligadas são classificadas em outros segmentos operacionais, pela atual relevância na atuação do grupo econômico. As informações consolidadas por segmento operacional de negócios, analisadas pela Diretoria Executiva, correspondente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, são as seguintes:

	Receitas líquidas		Resultado operacional	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saneamento Básico	51.146	57.413	24.675	21.689
Iluminação Pública	106.714	75.327	(2.314)	7.084
Saneamento Ambiental	5.345	5.854	(201)	423
Outros	–	99	1	2.870
Total	163.205	138.693	22.161	32.066

	Depreciação e Amortização		Total do Ativo	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saneamento Básico	(4.838)	(3.070)	250.480	241.086
Iluminação Publica	(819)	(1.011)	106.705	78.649
Saneamento Ambiental	(1.059)	(1.076)	11.615	12.808
Outros	–	(381)	30.584	26.743
Total	(6.716)	(5.538)	399.384	359.286

32. **Seguros:** A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. Durante o exercício de 2018 e início de 2019, e vigentes até as datas variáveis em 2018, os contratos de seguros que a Companhia possui são para seu próprio imobilizado. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria, consequentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes. Abaixo os valores em risco:

	Valor em risco	
	Danos materiais	**Lucros cessantes**
Sanetrat	300	–
Águas de Itapema	42.935	24.000
Urbeluz	52.487	–
	95.722	24.000

33. Instrumentos financeiros: 33.1. Análises dos instrumentos financeiros: A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. **33.2. Qualidade dos créditos de ativos financeiros:** A administração da Companhia julga que seus créditos de instrumentos financeiros são considerados prováveis de recebimentos, uma vez que na maioria são com órgãos públicos ligados a concessões ou contratos de parcerias público privado. **33.3. Categoria de instrumentos financeiros:** Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

		Controladora			
		31/12/2018		31/12/2017	
Ativo financeiros (*)	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	32	32	5	5
Contas a receber	Custo amortizado	732	732	603	603
Partes relacionadas	Custo amortizado	8.136	8.136	9.752	9.752
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	48.983	48.983	42.130	42.130
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	1.508	1.508	1.653	1.653
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	8.449	8.449	9.026	9.026
Partes relacionadas	Custo amortizado	7.540	7.540	4.249	4.249

		Consolidado			
		31/12/2018		31/12/2017	
Ativo financeiros (*)	Categoria	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3.116	3.116	6.223	6.223
Contas a receber	Custo amortizado	15.889	15.889	20.160	20.160
Ativo financeiro	Custo amortizado	52.685	52.685	22.406	22.406
Partes relacionadas	Custo amortizado	20.102	20.102	19.084	19.084
Títulos de valores mobiliários	Custo amortizado	54.794	54.794	55.703	55.703
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	30.926	30.926	15.226	15.226
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Custo amortizado	69.691	69.691	68.088	68.088
Partes relacionadas	Custo amortizado	9.836	9.836	8.771	8.771

(*) Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2017 eram apresentados como empréstimos e recebíveis. **33.2. Fatores de risco financeiro.** As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. **(a)** ***Risco de mercado*** **- Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas ao CDI, e os empréstimos e financiamentos são valorizados com taxa pré-fixadas. A Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo. A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração / aumento de 25% e 50% respectivamente nas variáveis. A base de cálculo utilizada é o valor apresentado nas notas explicativas caixa e equivalentes de caixa e debêntures:

Consolidado					Cenários	
Instrumento financeiro	Risco	Saldo Atual	Saldo em risco (*)	Provável	Possível (25%) (**)	Remoto (50%) (**)
Ativo Financeiro						
Outros investimentos	Redução da taxa CDI	3.116	200	2	1	1
Debêntures Sanesalto	Redução da Taxa IGPM	23.057	1.738	(841)	(631)	(421)
Sanetrat CCI	Redução da Taxa IPCA	31.689	1.188	64	48	32
Passivo financeiro						
CCB Águas de Itapema	Aumento na taxa IGPM	10.009	755	(366)	(457)	(548)
BRDE Águas de Itapema	Aumento na taxa TJLP	12.830	896	66	83	99
CCB Águas de Santo Antônio	Aumento na taxa IGPM	6.551	494	(239)	(299)	(359)
Capital de Giro Urbeluz	Aumento na taxa CDI	12.643	812	6	8	9
Finame	Aumento na taxa TJLP	255	18	1	1	2
Debêntures - Conasa SPE	Aumento na taxa IGPM	11.452	863	(418)	(522)	(626)
		111.602	6.964	(1.725)	(1.768)	(1.811)

(*) Saldo em risco é o montante do ativo ou passivo vinculado à variação de taxa no exercício seguinte. (**) Os montantes são expectativas de incremento ou redução nas receitas ou despesas financeiras. Devido à natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada. ***(b) Risco de crédito:*** *O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito com clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha. Quanto o risco de crédito associado a cliente, a Administração julga como risco baixo, pois possuem apenas um cliente, e este é fundamentado por contrato de prestação de serviços com recebíveis mensais fixos;* ***(c) Risco de liquidez:*** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

Controladora 31/12/2017							
Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Fornecedores	1.653	1.653	1.653	–	–	–	–
Cédulas de Crédito Bancário	7.705	8.210	1.926	2.095	2.095	2.095	–
Empréstimos e financiamentos	1.321	1.342	1.342	–	–	–	–
Partes relacionadas	4.249	4.249	4.249	–	–	–	–
	14.928	15.454	9.170	2.095	2.095	2.095	–

Controladora 31/12/2018							
Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Fornecedores	1.508	1.508	1.508	-	-	-	-
Cédulas de Crédito Bancário	6.551	7.517	2.436	2.541	2.541	-	-
Empréstimos e financiamentos	1.898	2.103	1.246	299	273	285	-
Partes relacionadas	7.540	7.773	7.773	-	-	-	-
	17.497	18.901	12.963	2.840	2.814	285	-

Consolidado 31/12/2017							
Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Fornecedores	15.226	15.226	15.226	–	–	–	–
Debêntures	11.886	12.492	2.335	2.539	2.539	2.539	2.539
Cédulas de Crédito Bancário - Itapema	25.435	26.546	12.716	13.830	–	–	–
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	7.705	9.437	1.926	2.504	2.504	2.504	–
Capital de Giro - CDI	13.474	21.113	3.632	4.119	4.119	4.119	5.125
Capital de Giro - PRÉ	9.588	9.588	9.588	–	–	–	–
Partes relacionadas	8.771	4.249	4.249	–	–	–	–
	92.085	98.651	49.672	22.992	9.162	9.162	7.664

Consolidado 31/12/2018							
Passivos financeiros	Valor contábil	Fluxo Financeiro Projetado	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	Acima de 49 meses
Fornecedores	30.926	34.339	34.339	–	–	–	–
Debêntures	11.452	14.501	2.547	2.657	2.657	2.657	3.985
Cédulas de Crédito Bancário - Itapema	10.009	10.009	10.009	–	–	–	–
Cédulas de Crédito Bancário - Santo Antônio	6.551	10.058	2.436	2.541	2.541	2.541	–
Capital de Giro - CDI	35.794	38.346	8.684	4.153	2.187	2.112	21.210
Capital de Giro - PRÉ	5.885	5.885	3.269	2.616	–	–	–
Partes relacionadas	9.836	9.972	9.972	–	–	–	–
	110.453	123.111	71.256	11.966	7.384	7.309	25.195

(d) Risco de taxa de câmbio: A Companhia não atua com instrumentos financeiros atrelados a moedas estrangeiras. Desta forma, a administração julga não ter riscos relacionadas a variações de taxas de câmbio. **34. Compromissos vinculados aos contratos de concessão.** A Companhia e suas controladas possuem alguns principais compromissos vinculados aos contratos de concessão, conforme segue: (i) A Companhia Águas de Itapema tem o compromisso de investimentos entre 2016 e o final da concessão de **R$ 510 milhões**, sendo investimentos em água de **R$ 165 milhões** e investimentos em esgoto de mais de **R$ 335 milhões**, conforme planos de investimentos definidos no **Plano Municipal de Saneamento** e no Contrato de Concessão. **(ii)** A Sanesalto concluiu os investimentos previstos na concessão, restando apenas a operação do sistema até 2032. (iii) A Caraguá Luz encerrou em 2018 a substituição de todas as luminárias existentes por luminárias LED, conforme previsto no contrato de **PPP**. (iv) A Alegrete RJ Participações S.A. tem como compromisso de investimento finalizar em 2019 (ano 5 da **PPP**) a substituição por LED, além da substituição de tais luminárias num segundo ciclo de investimento entre o ano 11 e 15 da PPP, com uma previsão de cerca de R$ 100 milhões em iluminação pública. Estão previstos também investimentos em eficientização de prédios públicos e aquisição de equipamentos, que somam cerca de R$ 22 milhões durante a concessão. (v) A Sanema tem como compromisso de investimento a execução de Estação de Tratamento de Esgoto e rede de coleta, com as respectivas estações elevatórias de esgoto, na área de atendimento definida pelo contrato com Contrato de Empreitada Global firmado de R$ 171 milhões até outubro de 2020. (vi) A Via Brasil MT-100, concessão de 111 km de rodovia por 30 anos, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R$ 10.000. Com a concessão, a rodovia deve receber investimentos de R$ 351 milhões. (vii) A Via Brasil MT-320/208, concessão dos 188 km de rodovias, tem como compromisso de investimento a implantação de praças de pedágio, sistemas de apoio ao usuário e recapeamento da rodovia. O direito de outorga foi arrematado por cerca de R$ 6 milhões. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos de R$ 370 milhões. **35. Impostos de Renda e Contribuição Social (reconciliação).** A Companhia e suas controladas apuram o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo regime fiscal do lucro real e pelo regime de Lucro Presumido. Na opção pelo lucro real, a apuração do imposto de renda e da contribuição social é realizada considerando todas as despesas dedutíveis e as receitas tributáveis por meio do cálculo da alíquota nominal de 25% de IRPJ e 9% de CSLL sobre a base de cálculo do lucro real, e na apuração do lucro presumido é utilizada a presunção de 32%, e a apuração é realizada conforme a legislação tributária dos tributos do ano corrente. Abaixo a reconciliação do IRPJ e da CSLL.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018	31/12/2018
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	–	–	(1.818)	(722)
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	–	–	(618)	(245)
Reconciliação para despesas efetivas:				
Despesas não dedutíveis	–	–	–	1
Outros	–	–	–	1
Imposto de renda e contribuição social lançado no resultado	–	–	–	(73)
Taxa efetiva	–	–	0,00%	-10,11%
Lucro presumido				
Vendas brutas	398	369	127.768	120.930
Serviços prestados	2.653	–	2.653	–
Base de Presunção	3.051	369	130.421	120.930
Presunção lucro para IRPJ (32 %)	127	118	40.886	38.698
Presunção lucro para IRPJ (8 %)	212	–	212	–
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	51	1	146	127
Base tributável	390	119	41.244	38.825
IRPJ apurado 15%	(59)	(22)	(6.187)	(5.824)
Adicional do IRPJ	(14)	–	(4.100)	(3.859)
(-) IRRF sobre notas emitidas	–	–	(839)	–
Total IRPJ apurado	(73)	(22)	(11.126)	(9.683)
Presunção lucro para CSLL 32%	127	119	40.886	38.698
Presunção lucro para CSLL 12%	318	–	318	–
Rendimentos de aplicações financeiras e descontos e multas	51	1	146	127
Base tributável	496	120	41.350	38.825
CSLL apurada	(45)	(11)	(3.722)	(3.494)
Imposto renda, contribuição social corrente	(118)	(33)	(14.848)	(13.177)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	(1.061)	(7.551)
Imposto de renda e contribuição social períodos anteriores	–	–	–	11.697
Total	(118)	(33)	(15.909)	(9.031)

36. Eventos Subsequentes. O Consórcio Via Brasil criou a sociedade de propósito específico Via Brasil MT 320, conforme previsto no Edital de Concorrência, para administração da rodovia MT 320/208 no Estado do Mato Grosso. A data de constituição da sociedade se deu em 17 de dezembro de 2018 com capital inicial de R$ 10 com definição em seu artigo 6º de aumento de capital social até atingir R$ 17.372. Em 12 de abril de 2019, a Via Brasil MT 320 assinou o Contrato de Concessão das rodovias, com expectativa de assunção dos serviços 30 dias após a assinatura e 1 ano para execução dos serviços iniciais, incluindo a implantação de praças de pedágio e início de faturamento. Em 7 de fevereiro de 2019, a Águas de Itapema emitiu R$ 100 milhões em debêntures incentivadas pela Lei 12.431/2011, com objetivo de alavancar recursos para o ciclo de investimento 2016 a 2019, previsto no Contrato de Concessão. A Captação contou com o Banco Santander (Brasil) S.A. como coordenador líder e obteve rating Aa3.br pela Moody's. As debêntures são da espécie com garantia real (ações da Águas de Itapema) e com garantia fidejussória adicional da Companhia, bem como cessão fiduciária dos recebíveis do Contrato de Concessão, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações. Sobre o saldo devedor, incidirá juros remuneratórios equivalentes a 7,0685% ao ano e as debêntures terão prazo de vidência de 104 meses da data de emissão, com vencimento em 15 de outubro de 2027. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, os juros e a amortização serão apurados e pagos em 17 parcelas semestrais, nos dias 15 de abril e outubro de cada ano, sem carência.

Mario Vieira Marcondes Neto - Diretor Presidente
Isaac do Nascimento - Contador CRC-PR043806/0-1

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E SOBRE O RELATÓRIO DE AUDITORIA DOS AUDITORES INDEPENDENTES.

Os Diretores da Companhia declaram para os fins do disposto no artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI da Instrução CVM 480 de 7 de dezembro de 2009, que: (i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas findo em 31 de dezembro de 2018; e (ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras individuais e consolidados findo em 31 de dezembro de 2018. **Diretoria executiva: Diretor Presidente:** Mario Vieira Marcondes Neto; **Diretor Administrativo Financeiro:** Manoel Motta Netto; **Diretor de Operações:** César Alcides Ferreira de Menezes; **Diretor de Relações com Investidores:** Paulo Guida. **Contador:** Isaac do Nascimento – CRC PR 043.806/O-1

Diretoria executiva: Diretor Presidente: Mario Vieira Marcondes Neto; **Diretor Administrativo Financeiro:** Manoel Motta Netto; **Diretor de Operações:** César Alcides Ferreira de Menezes;
Diretor de Relações com Investidores: Paulo Guida.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do conselho: Marcus Vinicius Bossa Grassano; **Conselheiro:** Mario Vieira Marcondes Neto; **Conselheiro:** José Roberto de Mattos Curan;
Conselheiro: Giuseppe Viscomi, **Conselheiro:** Camilo Ferraz Pegoraro Nonino.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação

Diário Oficial Certificado Digitalmente
O Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná, da garantia de autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site http://www.imprensaoficial.pr.gov.br

CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

CNPJ 08.837.556/0001-49

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Conasa Infraestrutura S.A. **Opinião.** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Conasa Infrestrutura S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Conasa Infraestrutura S.A. e da Conasa Infraestrutura S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião.** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria.** Assuntos. Porque é um PAA, Como o assunto foi conduzido. Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria. Recuperabilidade dos investimentos em coligadas, ativo intangível e ativo financeiro da concessão (*teste de impairment*) – Notas 12, 14 e 15.** Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas, possuem registrado nas rubricas investimentos em coligadas, ativo intangível e ativo financeiro de concessão, os montantes de R$ 48.516 mil, R$167.583 mil e R$ 52.685 mil, respectivamente. Esses ativos se relacionam, substancialmente a investimentos efetuados em infraestrutura e mais valias decorrentes de contratos de concessão pública registrados. Consideramos o teste de *impairment* em relação a esses ativos como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, consequentemente, nas demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; a verificação do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia e suas controladas, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções, tais como taxa de crescimento vegetativo, reajuste tarifário e taxa de desconto, mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados observáveis de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas. Para os investimentos relevantes em coligadas, analisamos as informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como: histórico de recebimento de dividendos e dificuldade financeira significativa. Para os casos em que identificamos indicadores de desvalorização, obtivemos o cálculo do valor recuperável de ativos efetuado pelas coligadas para discussão e análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Reconhecimento de receita não faturada (Notas 3,5,15 e 5).** As transações de serviço de saneamento são processadas por meio de rotinas e controles automatizados e manuais. Parte das receitas de prestação de serviço refere-se a serviços prestados e não faturados aos consumidores, que consideram estimativas de consumo médio dos usuários e a tarifa vigente na data do encerramento contábil. Em 31 de dezembro de 2018, o valor estimado de receita não faturada é de R$ 8.812 mil. Os riscos observados que demandaram foco em nossa auditoria referem-se ao ambiente de tecnologia, incluindo o sistema de informação e os controles de acesso/mudanças, e os potenciais efeitos sobre o reconhecimento da receita não faturada fora de período de competência, além de utilização de estimativas e premissas críticas para mensuração do fornecimento não faturado. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ciclo de receitas e contas a receber da Companhia e suas controladas; entendimento da metodologia de cálculo adotada para a estimativa mensal de "Fornecimentos a faturar"; recálculo da estimativa em comparação com as tarifas vigentes em cada empresa nos referidos períodos; comparação, em base amostral, da estimativa calculada com a fatura emitida posteriormente, obtendo explicação para as diferenças relevantes, quando aplicável; testes de recebimentos subsequentes à cada uma das faturas selecionadas para teste; e comparação das informações calculadas de forma independente com os relatórios internos de monitoramento da Companhia e suas controladas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios para elaboração das estimativas proporcionaram uma base razoável para o reconhecimento da receita não faturada, com aspectos de melhoria nos sistemas e controles reportados à administração e a governança da Companhia, e as divulgações estão consistentes com os dados e informações obtidos. **Outros assuntos. Demonstrações do Valor Adicionado.** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior.** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com data de 13 de julho de 2018, sem ressalvas. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor.** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Maringá, 6 de junho de 2019. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 Adriano Machado - Contador CRC 1PR042584/O-7.

52964/2019

CERTIFICO O REGISTRO EM 15/10/2019 17:14 SOB Nº 20196318092.
PROTOCOLO: 196318092 DE 11/10/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 11904807405. NIRE: 41300075760.
CONASA INFRAESTRUTURA S.A.

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 15/10/2019
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais. Informando seus respectivos códigos de verificação